

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO (UENF)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
(PPGSP)**

NEILA FABER DA SILVA PRUCOLI

**REGIÃO FLUMINENSE DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL:
analisando coexistência de conflitos e cooperação**

**Campos dos Goytacazes – RJ
2024**

NEILA FABER DA SILVA PRUCOLI

**REGIÃO FLUMINENSE DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL:
analisando coexistência de conflitos e cooperação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Sociologia Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eugênia Ferreira Totti

Campos dos Goytacazes – RJ

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

P971 Prucoli, Neila Faber da Silva.

"REGIÃO FLUMINENSE DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL : ANALISANDO COEXISTÊNCIA DE CONFLITOS E COOPERAÇÃO" / Neila Faber da Silva Prucoli. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

165 f. : il.
Bibliografia: 152 - 158.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientadora: Maria Eugenia Ferreira Totti.

1. gestão de recursos hídricos; . 2. comitê de bacia hidrográfica; . 3. conflito; . 4. cooperação.. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320


**REGIÃO FLUMINENSE DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL:
analisando coexistência de conflitos e cooperação**

NEILA FABER DA SILVA PRUCOLI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Sociologia Política.

APROVADA: 31 / 05 / 2024

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL
Data: 26/04/2024 20:52:55-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>


Prof.ª Dr.ª Shirlena Campos de Souza Amaral
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Documento assinado digitalmente
 GERSON TAVARES DO CARMO
Data: 26/04/2024 13:54:55-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>


Prof. Dr. Gerson Tavares do Carmo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Documento assinado digitalmente
 ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI
Data: 27/05/2024 18:36:23-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Eliana Crispim França Luquetti
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Documento assinado digitalmente
 ANDRÉ BOHRER MARQUES
Data: 26/04/2024 13:57:45-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. André Bohrer Marques
Universidade Estácio de Sá
Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

Documento assinado digitalmente
 MARIA EUGENIA FERREIRA TOTTI
Data: 27/04/2024 17:39:49-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Maria Eugenia Ferreira Totti
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
Orientadora

Dedico esta tese aos meus três filhos: Marina, Lincoln e Benício. Que o todo vivido até aqui pela mãe de vocês possa servir de aprendizado para a vida de cada um.

AGRADECIMENTOS

Foi preciso vencer inúmeras etapas ao longo desses quatro anos. A primeira delas foi vivenciar uma pandemia. Por isso, é um desafio expressar em poucas palavras a minha gratidão a tudo que tantas pessoas me oportunizaram para que eu alcançasse meu propósito de ser doutora em Sociologia Política pela UENF.

A Deus, toda Honra e toda Glória, por me carregar no colo a todo o momento. Aos meus Orixás, minha gratidão, disciplina e obediência por me conduzirem a todo o momento na permissão divina. Ao Santiago, meu anjo da guarda, que sempre esteve ao meu lado, orientando-me, fortalecendo-me e me mostrando que eu seria capaz.

Aos meus pais, Sr. Nilson (*in memorian*) e Dona Santa (*in memorian*), e a Samuel, por todo o amor dedicado a mim e a minha família. Vocês são minha energia de cada dia.

Ao Roy, meu marido, e aos meus filhos, Marina, Lincoln e Benício, pelo incentivo, compreensão e paciência em toda a minha trajetória.

A Sr^a Maria de Lourdes Barbosa, minha segunda mãe, aquela que Deus me presenteou para receber seu amor, seu colo.

A minha orientadora Prof.^a Maria Eugenia, por acreditar em mim, oportunizando-me essa conquista tão sonhada. Você abriu a porta e me permitiu realizar esse sonho. Jamais irei esquecer!

Ao Prof. André Bohrer Marques, que não só me ajudou a conduzir esse novo caminho de aprendizado na minha carreira, como se tornou um grande amigo e incentivador.

Ao Prof. Gerson Tavares do Carmo, inicialmente um professor e incentivador, mas ao longo dos anos eu descobri em você um presente que o doutorado me deu. Você é um amigo e irmão de almas. Creio que seja um reencontro.

As professoras Eliana Crispim França Luquetti e Shirlena Campos de Souza Amaral, que aceitaram estar na minha banca avaliando e contribuindo com meu crescimento profissional.

A minha amiga Josélia Amaral. Por muito tempo, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente, éramos verdadeiras fontes de energia uma para a outra. Você é especial para mim!

À equipe do Além da Revisão, pelo excelente serviço prestado de revisão acadêmica. Em especial à Karine Castelano, que foi além, apoiando-me, incentivando-me e sendo paciente num momento ímpar.

Ao Instituto Federal Fluminense (IFF), por me conceder esse direito de me qualificar com afastamento integral.

À CAPES, pelo incentivo financeiro ao longo da pesquisa de doutorado.

Essa gratidão que aqui me refiro é algo inerente ao meu ser. Obrigada a todos!

RESUMO

PRUCOLI, Neila Faber da Silva. **Região fluminense da bacia do Rio Paraíba do Sul: analisando coexistência de conflitos e cooperação.** Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

A presente pesquisa tem como foco central os conteúdos sobre conflito e cooperação, de 2011 a 2021, registrados em 370 atas do Plenário das reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e do Fórum Fluminense. Por meio do conjunto de conteúdos representativos de diferentes realidades em cada Ata, o objetivo geral da pesquisa foi destacar e organizar relações entre conflitos e cooperações nas dinâmicas expostas nas atas durante dez anos. Por meio dos estudos sobre conflitos e cooperações, delimitou-se como método, baseado em Laurence Bardin, três categorias – poder, valor e informação – a fim de auxiliar a compreensão do emaranhado de questões presentes em cada Ata. A sistematização dos conteúdos expostos em cada Ata, que possibilita compreender as dinâmicas entre os atores, públicos e privados, justifica a pesquisa ao dar visibilidade, ao longo do tempo, às relações que ocupam cada ator, público ou privado. Nos objetivos específicos, foram utilizados os resultados obtidos (foco central) na articulação com aspectos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e produções acadêmicas sobre o tema. Nas discussões entre resultados obtidos e articulação com produções acadêmicas, por um lado, a garantia do acesso tornou-se um dos principais desafios para seus gestores porque, à medida que a população e a economia global têm crescimento ascendente e as mudanças ambientais vêm ameaçando tanto a quantidade quanto a qualidade desse recurso, a atenção tem se concentrado cada vez na sua gestão e no Estado. Por outro lado, a descentralização para os estados e CBHs estabeleceu abordagem multinível e por áreas, muito alinhada ao desejo da sociedade de aumentar a tomada de decisão baseada na instância local e de “baixo para cima”, na sequência da transição democrática. Como resultado, é certo que uma melhor compreensão do conflito local de água e cooperação pode fornecer contribuições relevantes para a formulação de novas políticas, estruturas legais e organizacionais para a governança da água e gestão. Dessa forma, pode-se dizer que esta tese de doutorado teve abordagem quali-quantitativa, descritiva e exploratória, por meio de conteúdos de atas sobre a água como recurso vital à sobrevivência do ser humano e demais espécies, sendo também indispensável para o desenvolvimento econômico da sociedade. Para tal não há substituto e, por isso, a complexidade acerca da sua gestão.

Palavras-chave: gestão de recursos hídricos; comitê de bacia hidrográfica; conflito; cooperação.

ABSTRACT

PRUCOLI, Neila Faber da Silva. **Rio de Janeiro region of the Paraíba do Sul River basin: analyzing coexistence of conflicts and cooperation.** Thesis (Doctorate in Sociologia Política) – Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

This research has as its central focus the content on conflict and cooperation, from 2011 to 2021, recorded in 370 minutes of the Plenary of the meetings of the River Basin Committees (CBHs) and the Fluminense Forum. Through the set of content representing different realities in each Minutes, the general objective of the research was to highlight and organize relationships between conflicts and cooperation in the dynamics exposed in the minutes over ten years. Through studies on conflicts and cooperation, the method was defined, based on Laurence Bardin, as three categories – power, value and information – in order to help understand the tangle of issues present in each Minute. The systematization of the content exposed in each Minute, which makes it possible to understand the dynamics between actors, public and private, justifies the research by giving visibility, over time, to the relationships that occupy each actor, public or private. In terms of specific objectives, the results obtained (central focus) were used in conjunction with aspects of the National Water Resources Policy and academic productions on the topic. In the discussions between results obtained and articulation with academic productions, on the one hand, guaranteeing access has become one of the main challenges for its managers because, as the population and the global economy grow upward and environmental changes are threatening both the quantity and quality of this resource, attention has increasingly focused on its management and the State. On the other hand, decentralization to states and CBHs established a multilevel and area-based approach, very much in line with society's desire to increase decision-making based on the local level and from “bottom to top”, following the democratic transition. As a result, it is certain that a better understanding of local water conflict and cooperation can provide relevant contributions to the formulation of new policies, legal and organizational frameworks for water governance and management. Thus, it can be said that this doctoral thesis had a qualitative-quantitative, descriptive and exploratory approach, through the contents of minutes on water as a vital resource for the survival of human beings and other species, and is also indispensable for economic development of society. There is no substitute for this and, therefore, the complexity surrounding its management.

Keywords: water resources management; river basin committee; conflict; cooperation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diferença entre governança e gestão.....	31
Figura 2 – CBHs Fluminenses que fazem parte da BHRPS.....	42
Figura 3 – Comitês de bacia hidrográfica fluminense que fazem parte da bacia do Rio Paraíba do Sul.....	43
Figura 4 – Ponto de Transposição para o Guandu – Santa Cecília.....	45
Figura 5 – Ilustração esquemática do Rio Paraíba do Sul desde a sua nascente à foz demarcando os reservatórios e a transposição para o Rio Guandu.....	45
Figura 6 – Ilustração do CEIVAP como integrante do Sistema Nacional de Recursos Hídricos	46
Figura 7 – Diagrama Esquemático do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul	48
Figura 8 – Mapa da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e de seus respectivos reservatórios.....	49
Figura 9 – Localização da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.....	62
Figura 10 – Categorização do CBH MPS.....	79
Figura 11 – Categorização do CBH PIABANHA	86
Figura 12 – Categorização do CBH R2R	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplos de foco de conflito e de cooperação	56
Quadro 2 – Foco de Conflito na Categoria Valor e seus focos	57
Quadro 3 – Foco de Conflito na Categoria Poder e seus focos	58
Quadro 4 – Foco de Conflito na Categoria Informação e seus focos	59
Quadro 5 – Demonstrativo do número de representantes por entidades no G4	66
Quadro 6 – Demonstrativo das Instâncias que compõem cada CBH	69
Quadro 7 – Resumo das evidências observadas no foco de conflito “Insatisfação com repasse financeiro” do CBH MPS	80
Quadro 8 – Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Mobilização para fins de recursos” do CBH MPS	82
Quadro 9 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Disputa pela água” e “Interferência de poder” do CBH MPS	82
Quadro 10 – Resumo dos tipos de focos de cooperação e de seus casos Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Elaboração de instrumento de gestão” do CBH MPS	84
Quadro 11 – Resumo das evidências observadas no foco de conflito “Falta de transparência nas informações/dados” do CBH MPS.....	85
Quadro 12 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Elaboração de publicações e periódicos informativos”, “Elaboração de projetos e ações” e “Participação em evento/ capacitação” do CBH MPS.....	85
Quadro 13 – Resumo das evidências observadas no foco de conflito “Insatisfação com repasse financeiro” do CBH PIABANHA	87
Quadro 14 – Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Mobilização para fins de recursos” do CBH PIABANHA	87
Quadro 15 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Disputa pela água” e “Interferência de poder” do CBH PIABANHA	88
Quadro 16 – Resumo dos tipos de focos de cooperação e de seus casos Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Elaboração de instrumento de gestão” do CBH PIABANHA	89
Quadro 17 – Resumo das evidências observadas nos focos de informação do CBH PIABANHA	89

Quadro 18 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Elaboração de publicações e periódicos informativos”, “Elaboração de projetos e ações” e “Participação em evento/ capacitação” do CBH PIABANHA	90
Quadro 19 – Resumo dos tipos de focos de conflito e de seus casos Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Dano ambiental” e “Insatisfação com repasse financeiro” do CBH R2R.....	92
Quadro 20 – Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Parceria financeira para gestão” do CBH R2R.....	92
Quadro 21 – Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Elaboração de instrumento de gestão” do CBH R2R.....	94
Quadro 22 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Dificuldade de acesso à informação e Falta de transparência nas informações/dados” do CBH R2R	97
Quadro 23 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Elaboração de projetos e ações e Compartilhar conhecimento e Organização de eventos” do CBH R2R.....	97
Quadro 24 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Dificuldade de Aplicação de recursos”, “Dano Ambiental/econômico” e “Insatisfação com repasse financeiro” do CBH BPSI.....	100
Quadro 25 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Aplicação de recursos” do CBH BPSI	101
Quadro 26 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Discussão da função do fórum e demais discussões” na análise documental do FFCBH.....	125
Quadro 27 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Dano ambiental” na análise documental do FFCBH.....	126
Quadro 28 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Falha/falta informação – comunicação, transparência, capacitação” na análise documental do FFCBH	127
Quadro 29 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Insatisfação com repasse financeiro ou manejo” na análise documental do FFCBH	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de representantes estabelecidos no Regimento Interno de cada CBH..... 65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
AGEVAP	Agência de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEDAE	Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro
CEIVAP	Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CEPAR	Comissão Especial e Permanente de Articulação
CERHI	Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro
Cetesb	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CG	Contrato de Gestão
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COHIDRO	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTCOB	Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos
DIGAT	Diretoria de Gestão das Águas e do Território
ECOB	Encontro de Comitê de Bacia
ECOB RJ	Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Feema	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FFCBH	Fórum Fluminense de Comitês de Bacia Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado Rio de Janeiro
FMPs	Faixas Marginais de Proteção
G4	Grupo formado pelos quatro CBHs afluentes fluminenses
GAEMA	Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente
GP-Água	Grupo de Pesquisa em Governança das Águas
GTAOH	Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICT	Instituto de Cultura e Técnica
IGAM	Instituto de Governança Alimentar e Nutrição
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NVNV)	ONG Nosso Vale, Nossa Vida
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEMAs	Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
PEA	Projeto de Educação Ambiental
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPU	Preço Público Unitário
RE	Reuniões Extraordinárias
RH	Região Hidrográfica
RO	Reuniões Ordinárias
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEGRHI	Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SIGA	Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
Sudepe	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
Sudhevea	Superintendência da Borracha
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CONFLITO E COOPERAÇÃO	20
1.1 GEORG SIMMEL E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE.....	21
1.2 MANCUR OLSON E A AÇÃO COLETIVA.....	23
1.3 ELINOR OSTROM E OS RECURSOS DE USO COMUM.....	25
1.4 HENRI ACSELRAD E OS CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL.....	26
1.5 PEDRO ROBERTO JACOBI E A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE	28
1.6 ENTRELACE DAS CINCO PERSPECTIVAS	29
2 GESTÃO E GOVERNANÇA DE RECURSOS HÍDRICOS	31
2.1 TRAJETÓRIA DO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	33
2.2 ATUAL CONJUNTURA DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS	40
3 CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS: DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	42
3.1 DINÂMICA DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO HIDRÁULICA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL (GTAOH)	47
3.2 DINÂMICA DO FÓRUM FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.....	50
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
4.1 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO	51
4.2 MODELO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DE LAURENCE BARDIN	53
5 DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE AS SITUAÇÕES DE CONFLITO E COOPERAÇÃO	55
5.1 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS: VALOR, PODER E INFORMAÇÃO	57
5.1.1 Definição de “Valor”	57
5.1.2 Definição de “Poder”	58
5.1.3 Definição de “Informação”	59
6 COOPERAÇÃO E CONFLITO NA VISÃO DOS ATORES	61
6.1 REPRESENTAÇÕES DOS COMITÊS: COMPOSIÇÃO, PERFIL E PERCEPÇÕES REPRESENTANTES	63

6.1.1 Perfil dos atores que atuam no CBH fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul: membros desse parlamento.....	63
6.1.2 Composição do CBH	64
6.1.3 Entidades representadas por CBH	66
6.1.4 Variações na inclusão de membros e seus depoimentos por CBH.....	68
6.1.5 Percepções dos atores que atuam na delegatária dos CBHs fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul.....	73
6.1.6 Percepções dos atores que atuam no Órgão Gestor: INEA e ANA.....	76
7 MODELO ANALÍTICO DE ATAS: FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO POR CATEGORIA	77
7.1 CBH-MPS – FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO	78
7.1.1 Categoria “Valor” – CBH-MPS	79
7.1.2 Categoria “Poder” – CBH-MPS.....	82
7.1.3 Categoria “Informação” – CBH-MPS.....	84
7.2 CBH-PIABANHA – FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO	86
7.2.1 Categoria “Valor” – CBH Piabanha.....	87
7.2.2 Categoria “Poder” – CBH Piabanha	88
7.2.3 Categoria “Informação” – CBH Piabanha	89
7.3 CBH-R2R – FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO.....	90
7.3.1 Categoria “Valor” – CBH-R2R.....	91
7.3.2 Categoria “Poder” – CBH-R2R	94
7.3.3 Categoria “Informação” – CBH-R2R	97
7.4 CBH-BPSI – FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO.....	98
7.4.1 Categoria “Valor” – CBH-BPSI.....	99
7.4.2 Categoria “Poder” – CBH-BPSI	104
7.4.3 Categoria “Informação” – CBH-BPSI	111
7.5 FÓRUM FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FFCBH)	117
7.5.1 Foco Negligência do poder público	118
7.5.2 Foco Insatisfação com a delegatária	120
7.5.3 Foco G4.....	121
7.5.4 Foco Disputa pela água	123
7.5.5 Foco Discussão da função do fórum e demais discussões	125

7.5.6 Foco Dano ambiental.....	126
7.5.7 Foco Falha/falta informação – comunicação, transparência, capacitação.....	127
7.5.8 Foco Interferência de poder	129
7.5.9 Foco Insatisfação com repasse financeiro ou manejo	132
8 COMENTÁRIOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS: EFEITOS ENTRE DISPUTAS E APROXIMAÇÕES.....	134
CONCLUSÃO.....	146
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS MEMBROS DE CADA COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA	159
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS ATORES QUE ATUAM NA DELEGATÁRIA DE CADA COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA.....	162
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS ATORES QUE ATUAM NO ÓRGÃO GESTOR – ANA E INEA	164

INTRODUÇÃO

No Brasil, com a redemocratização do Estado a partir de 1988, importantes mudanças foram produzidas no processo de elaboração de políticas, firmando novos mecanismos de tomada de decisão e formas inovadoras de interação estado-sociedade. No campo ambiental, no âmbito da gestão das águas, o modelo de governança participativa institucionalizou-se com o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), em 1997, criado pela Lei n.º 9.433, que regulamenta a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). A lei estabelece, em seus fundamentos, complexo arranjo institucional, expresso pela gestão descentralizada de recurso natural limitado de usos múltiplos, água é um bem de domínio público e dotada de valor econômico. A PNRH vem sendo implementada de forma participativa por meio da unidade territorial na qual a política se aplica: a bacia hidrográfica (Brasil, 1997; Thomé, 2018).

A partir da definição dessas unidades territoriais (bacias hidrográficas), os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) foram criados no país por meio de diferentes arranjos institucionais e impulsionados pelas demandas territoriais e políticas. Nesse contexto, os primeiros CBHs foram instituídos nas regiões de maior densidade populacional e com maior número de casos de conflitos pelo uso da água. Uma das inovações institucionais que integram o SINGREH e o CBH funcionam como instrumento democrático de governança das águas, que tem por atribuição a gestão regional dos Recursos Hídricos, dado seu poder consultivo, normativo e deliberativo, sendo um espaço de debate e de negociação de conflitos em primeira instância (Brasil, 1997). É dentro desse espaço que ocorrem disputas de diversos segmentos, com representação do poder público, dos usuários da água e da sociedade civil organizada. Suas deliberações podem refletir de modo direto sobre a (re)distribuição dos Recursos Hídricos e financeiros e produzir impactos na vida de muitos outros indivíduos (Almeida; Cunha, 2011; Thomé, 2018).

Na nova concepção de gestão de Recursos Hídricos, cabe a esses organismos colegiados muito mais que a posição de usuários/consumidores (Garjulli, 2003), mas a de atores com atribuições para intervir na definição da política pública, que, inevitavelmente, possui clara interface com o modelo de desenvolvimento econômico e político do país. Assim, é uma forma de diálogo entre Estado e sociedade, diferente da participação baseada em manifestações coletivas ou individuais, protestos ou passeatas (Alencar, 2014; Avritzer, 2008; Thomé 2018; Totti; Thomé, 2020). A governança das águas, um bem público, elemento essencial à vida, é questão complexa e envolve os dilemas da ação coletiva; perpassa pelos

múltiplos interesses que permeiam agentes econômicos, valores, formulação de políticas e tomada de decisão, intrinsecamente ligadas a debates acalorados (Totti, 2008; Totti; Thomé, 2020). A presença crescente da pluralidade de atores, por meio da ativação de seu potencial de participação legítima, consolida propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação e no estabelecimento de canais abertos para a participação e o controle social.

O envolvimento direto de diferentes partes interessadas, particularmente grupos comunitários envolvidos na gestão, aumentaram os conflitos entre os atores que representam essas partes. No entanto, por outro lado, o conflito ajudou a melhorar a interação entre os diferentes níveis de participantes da sociedade (Mutahara; Warner; Khan, 2019). Identifica-se, dessa forma, um conflito quando partes ou indivíduos têm, genuinamente, interesses diferentes e lutam por eles e são, ou parecem ser, incapazes de resolvê-los ou transcendê-los. Por sua vez, é significativo observar que as várias formas de conflito, nas questões que envolvem a água, ocorram quase sem exceção, juntamente com várias formas de cooperação (Zeitoun; Mirumachi, 2008). Por sua vez, Mostert (2003) reconhece a cooperação quando partes interessadas, ou não, alcançam soluções para determinado problema, ao desenvolver e/ou também assegurar boa relação com vistas ao resultado entendível.

Para Funder *et al.* (2010), uma melhor compreensão da relação entre conflito e cooperação na governança regional da água pode fornecer contribuições importantes para a formulação de novas estruturas políticas, legais e organizacionais. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo mapear e analisar os casos de conflito e cooperação associados aos quatro comitês de bacia hidrográfica fluminenses na bacia do Rio Paraíba do Sul: os comitês do Médio Paraíba do Sul, do rio Dois Rios, do Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Esses quatro comitês de bacia hidrográfica, intitulados por eles mesmos de “Grupo dos Quatro” (G4), são responsáveis pela governança das águas na maior parte do estado do Rio de Janeiro.

As discussões são subsidiadas por Georg Simmel (1964, 1983), Mancur Olson (2015) e Elinor Ostrom (1990, 2002), em articulação com autores contemporâneos, cujo foco de suas discussões está em torno da importância da participação pública e da sociedade civil na resolução de conflitos socioambientais no âmbito nacional e em políticas públicas.

A abordagem desse estudo é quali-quantitativa, descritiva e exploratória (Prodanov; De Freitas, 2013; Gil, 2019), procurando conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras utilizando a análise de conteúdo procedendo com a técnica de análise documental como forma de condensação das informações, para consulta e armazenamento. O recorte

espaço-temporal abrangeu as regiões hidrográficas fluminenses localizadas na bacia do Rio Paraíba do Sul - Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, ao abarcar o período entre 2011 e 2021. A perspectiva metodológica adotada para análise do objeto deste estudo foi a observação dos eventos de conflito e cooperação por meio dos registros em atas do Plenário das reuniões dos CBHs e do Fórum Fluminense, com os dados analisados e estruturados pelo Modelo Analítico de Atas (Bardin, 2011).

A tese está organizada da seguinte forma: a Introdução, após breve contextualização do tema, apresenta o objetivo geral e os específicos definidos, mostrando o percurso metodológico proposto. A primeira seção traz a revisão da literatura com vistas ao entendimento de autores que pudessem subsidiar o fundamento necessário para conceituar o objeto, conflito e cooperação, por meio de suas discussões teóricas. A segunda seção visou conhecer a trajetória e a atual conjuntura da governança dos Recursos Hídricos, proporcionando a visão do espaço no qual o trabalho está inserido. A terceira seção apresenta a delimitação do campo de pesquisa e traz a revisão da governança dos Recursos Hídricos na ordem cronológica. A quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos deste estudo, ao contar a história de como foi realizada a pesquisa, desde o momento da revisão à construção do método de análise, pois, como a formação da autora desta tese é em enfermagem, era preciso compreender o novo nicho de aprendizagem que a pesquisa acadêmica oportunizava. Entretanto, ela aceitou o tema porque seu desejo inicial de ensino superior seria agronomia devido sua família ser de origem agrária, dependente das águas. Na sequência, a quinta seção traz o desenvolvimento da análise de conteúdo sobre as situações de conflito e cooperação. A sexta apresenta resultados da pesquisa, por meio da aproximação prévia com o objeto de interesse, conflito e cooperação na governança das águas fluminenses na bacia do Rio Paraíba do Sul, por meio da visão dos atores que atuam no sistema de recursos hídricos. A sétima seção apresenta os resultados obtidos por meio da análise documental das atas dos CBHs e do FFCBH e discussões pertinentes. A oitava seção traz comentários sobre a organização das categorias: efeitos entre disputas e aproximações e por fim a nona seção, com a conclusão.

1 CONFLITO E COOPERAÇÃO

A problemática ambiental, que envolve a escassez da água no planeta, elemento fundamental à vida, passou a ter maior importância nos fóruns de debates internacionais a partir da década de 1960, e o marco dessa inquietude foi a Conferência de Estocolmo em 1972. Na reta final de 2023, essa preocupação continua sendo uma das mais desafiadoras, bem como aflitivo problema do qual as consequências das ações desrespeitosas e assoladoras do homem vêm gerando incertezas, inquietação e conflito. Ostrom (2002) destaca que diferenças existentes nos poderes e valores das partes interessadas torna o conflito inerente à arena onde ocorre o debate, e que nessa diferença se encontram perspectivas, interesses e filosofias que são elementares no gerenciamento dos problemas de governança ambiental e de seus conflitos. Sendo que, à medida que esses conflitos são mediados com sucesso, desencadeiam processo de aprendizagem e mudança nesse espaço.

Simmel (1983) entende que, muito além de produzir ou modificar grupos de interesse e organizações, o conflito existente nesses espaços, por ser uma das mais vívidas interações e que não pode ser vivida por apenas um indivíduo, é considerado forma de socialização. Conferindo, então, um propósito com vistas a resolver dualismos divergentes, buscando algum tipo de unidade, mesmo que seja aniquilando uma das partes envolvidas, porém alcançando, também de forma positiva, a resolução de tensões existentes nas relações dos envolvidos. Simmel (1983) ainda agrega importante conhecimento destacando que, para haver estrutura social, as relações de conflito presentes têm de estar em cooperação com as demais forças unificadoras, somente juntas é possível um grupo ser considerado como unidade viva e concreta. Olson (2015) faz a reflexão sobre a lógica da ação coletiva, na qual a visão de bem comum está fundamentada na racionalidade individual. Em outras palavras, que o interesse individual é diferente do interesse grupal e que a garantia dos benefícios em relação aos custos é fato dentro desse processo de negociação no qual os indivíduos negociam.

A contribuição de Ostrom (1990) está em seus princípios coletivos, na base, nos fundamentos, para que os usuários de recursos de bem comuns, no caso a água, engajem-se em ações que levam ao seu manejo sustentável. Já Acselrad, Mello e Bezerra (2014) e Jacobi e Empinotti e Schmidt (2016) empenham seus esforços na análise da participação pública, entre outras questões, da importância da participação pública e da sociedade civil na resolução de conflitos socioambientais no âmbito nacional e em políticas públicas.

Assim, a importância dessas referências teóricas para a pesquisa em questão está no entendimento de que a água, como um recurso natural comum, sua gestão, apresenta-se em meio a muitas discussões sobre como seria a melhor para seu uso, pois os conflitos relacionados à gestão dos bens comuns não estão limitados a questões apenas de origem técnica, mas também a questões de origem social, ambiental, cultural, gerencial e política. Nesse estudo dos autores, pode-se dizer, em síntese, que articular a relação positiva entre conflito e cooperação, apesar da racionalidade com que os agentes representantes apoiam ou não as propostas do “Parlamento das Águas”, é fundamental para o debate em torno do bem comum das águas.

A seguir, serão apresentados os conceitos e princípios utilizados pelos autores para a fundamentação da tese, iniciando por Georg Simmel.

1.1 GEORG SIMMEL E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE

A sociabilidade é categoria social que se refere ao agrupamento estatístico de indivíduos que tendem a viver em sociedade. Acerca dessa leitura, destacam-se alguns outros conceitos pertinentes, como o da socialização que, segundo Freire (1900-1987), “É a condição do indivíduo (biológico) desenvolvido, dentro da organização social e da cultura, em pessoa ou homem social, pela aquisição de status ou situação, desenvolvidos como membro de um grupo ou de vários grupos.” Nesse contexto, Simmel (1983) utilizou o conceito de sociação para dar significado à ação recíproca entre os indivíduos, elemento que ele considerava o objeto fundamental da Sociologia. Segundo Mocelin (2017, p. 117), o conflito – “forma de sociação necessária à vida e à coesão do grupo” – é concebido como “algo benéfico à constituição social”, porque é um momento que sinaliza o desenvolvimento da tomada de consciência individual, que tem “função positiva para a sociedade como um todo” (principalmente à medida que o conflito é superado, mediante acordos).¹

Simmel (1858-1918), considerado o fundador da Sociologia das Formas Sociais ou das Formas de Sociação (Levine, 2015), elabora estilo sólido de pensar o indivíduo e a sociedade com base menos dicotômica e mais interativa entre ambos. No caminho trilhado pelo autor, há valorização dos indivíduos construindo a sociedade e há também ênfase nas teias de relações e nas interações que criam a sociedade.

¹ Apesar de ambas as palavras se reportarem ao mesmo propósito, para esta tese, optou-se pelo uso da palavra sociação no decorrer do estudo.

O conflito existente nesses espaços é muito recorrente e só pode ocorrer por meio da interação de mais de um indivíduo. A partir de então ele, o conflito, passa a ser o propósito para resolver dualismos divergentes, um meio de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja aniquilando uma das partes envolvidas para alcançar, também de forma positiva, a resolução de tensões existentes entre as diferenças presentes nas relações dos envolvidos. Dessa forma,

Assim como o universo precisa de “amor e ódio”, isto é, de forças de atração e repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. Mas essas discordâncias não são absolutamente meras deficiências sociológicas ou exemplos negativos (Simmel, 1983, p. 124).

Importante destacar que, para haver estrutura social, as relações de conflito presentes têm de estar em cooperação com as demais forças unificadoras. Somente juntas é possível um grupo ser considerado como unidade viva e concreta. Para o autor, “elementos negativos e duais” (Simmel, 1983, p. 126) têm importante relevância, pois, nesse caso, o conflito é o possível gerador da força integradora do grupo, pois, anular o oposto, ao contrário, não garantiria, necessariamente, a harmonia, mas, em absoluto, seria resultado, sempre, de calma e plenitude.

Por fim, ao tratar do antagonismo como um elemento da socialização, Simmel (1983) ressalta que, se o conflito é simplesmente um meio, determinado por um propósito além dele deve ser restrito ao ponto de ser substituído por outras medidas que tenham a mesma proposta de sucesso nas relações. Contudo, se o conflito vem determinado exclusivamente por sentimentos subjetivos, isto é, quando as energias interiores podem ser satisfeitas por meio da luta; é impossível que o conflito seja representado por outros meios antagônicos passíveis em uma relação social.

Por meio dessa afirmação do autor, o conflito tem em si o mesmo propósito e conteúdo e, por essa razão, torna-se livre da mistura com outras formas de relação. Diferentemente de quando ocorre a luta pela luta, ou sem propósito, sugerindo instinto de hostilidade na qual a observação psicológica é recomendada.

A contribuição de Simmel (1983) para pensar o conflito e a cooperação dentro do sistema de gestão de recursos hídricos, vem de suas reflexões, por meio da preocupação com a depuração e a compreensão das dualidades, das oposições insolúveis à época. Simmel (1964), pensador Alemão, adquiriu essas reflexões a partir da história de formação da cidade de

Berlim, marcada por dualismo e cisão, fatos que deixaram uma nação atrasada. Segundo Cohn (1979), essa posição trouxe, aos intelectuais alemães, a preocupação de ter de construir a história da Alemanha, e, para isso, precisavam de verdadeira expansão de associações de pessoas que se juntavam visando a defender determinados valores e interesses dos alemães.

Nessa época, havia uma sociedade alemã fragmentada e dividida, reflexo da diversidade política, social e cultural que refletia na heterogeneidade da sociedade alemã. Além disso, Simmel (1983) emprega o conceito interação como sinônimo de unidade entre os indivíduos, ressaltando que a existência da sociedade depende dessa união, que pode ser permanente ou passageira, o que me reporta a atual conjuntura da gestão de recursos hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

A seguir, serão apresentados os conceitos e princípios do autor Mancur Olson utilizados nesta tese.

1.2 MANCUR OLSON E A AÇÃO COLETIVA

Olson (1965) atuava como professor na Universidade de Maryland nas áreas de economia e ciência política. Em sua obra, *A Lógica da Ação Coletiva*, buscou responder às diferenças de crescimento entre a Inglaterra e a Alemanha Ocidental, haja vista que esta, mesmo tendo perdido a guerra, estava em florescimento. Por meio de pequena introdução, Olson (2015, p. 14) apresenta seu argumento geral, o de que os membros de um grande grupo “não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto, ou ao menos que algum incentivo à parte, diferente da realização do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros dos grupos individualmente”. E de maneira contrária, em pequenos grupos, podem ocorrer “ações voluntárias em prol dos objetivos comuns dos indivíduos do grupo” (Olson, 2015, p. 14). Sendo assim, o indivíduo que Olson (2015) apresenta, na perspectiva de uso da ação coletiva, só executará determinada ação quando ela lhe for conveniente e lhe trouxer benefício maior que o esforço da execução. O cerne da compreensão textual de Olson (2015) é que a formação de grupos, ou da ação coletiva, dá-se pelo fator de recompensa.

Para o autor, tal premissa norteia todos os grupos, e um indivíduo não fará parte daquele grupo quando o seu retorno deixar de ser vantajoso. Essa é a conclusão de Olson (2015, p. 181) após discorrer sobre a lógica da ação coletiva, pois “somente quando os grupos

são pequenos, ou quando são afortunados o bastante para terem uma fonte independente de incentivos seletivos, eles se organizarão ou agirão para atingir as suas metas de grupo”.

Nesse caso, a própria sociedade está excluída do conceito de grupo utilizado por Olson (2015). Assim, considerar a lógica da ação coletiva, como instrumento de formação de grupos, é desconsiderar a sociedade formada. Talvez esse conceito formulado em determinado ambiente institucional ou para um grupo específico funcione como ferramenta ideológica de concepção e lógica de ação. Contudo, ao se analisar uma sociedade de modo amplo e crítico, tal lógica mostra-se insustentável. Diante do exposto, quais os limites da utilização, argumentos e conceitos desenvolvidos por Olson (2015) nesta pesquisa de tese?

Na compreensão de Olson (2015), os grupos podem ser compostos também de subgrupos que, por vezes, são antagônicos, todavia possuem objetivo comum. O autor cita como exemplo os membros sindicalizados, “têm um interesse comum em salários mais altos, mas, ao mesmo tempo, cada trabalhador tem um interesse único em seus ganhos pessoais” (Olson, 2015 p. 20-21). Para o autor, caso não haja objetivo comum, qual o sentido de se manter em uma determinada organização? Contudo, ao formular tal proposição, Olson (2015) pressupõe determinada liberdade quanto à entrada e à saída de pessoas em uma organização.

Após a apresentação de grupos sociais feita por Olson (2015), a discussão aprofunda-se em torno de como os benefícios da ação coletiva tornam-se públicos, sendo, para Olson (2015), a força motriz de um grupo e finalidade das organizações. Tais benefícios, ao serem conquistados, são compartilhados com todos os atores do grupo ou com terceiros, que se beneficiam dessas ações. Contudo, tal compartilhamento não garante que todos os grupos sejam beneficiados, uma vez que “o simples fato de uma meta ou propósito ser comum a um grupo não significa que ninguém no grupo ficará excluído do proveito ou satisfação proporcionada por sua consecução” (Olson, 2015 p. 27). Diante disso, percebe-se o caráter heterogêneo dos grupos e define possível relação de força. Se os benefícios não contemplam a todos, alguns serão mais beneficiados em detrimento de outros, ou, por outro lado, o benefício de alguns pode significar o malefício de outros.

Outra lógica interna de funcionamento dos grupos, apresentada pelo autor, refere-se ao problema do controle dos free-riders, que remete à necessidade de criação de mecanismos de coação e coerção que forcem os indivíduos a arcarem com os custos envolvidos para o empreendimento da ação coletiva com vistas à obtenção do bem público. Sendo assim, na perspectiva de Olson (2015), a produção de ação coletiva que envolva a inclusão de grande número de indivíduos só se dá pela intervenção de um agente externo que, mediante

incentivos e coação, é capaz de intervir, produzindo ação que, individualmente, seria impossível. Isso ocorre porque, sendo o indivíduo um maximizador de benefícios, o empreendimento de sua ação só se dará à medida que ele se sinta recompensado pelos custos implicados por suas ações. Em outras palavras, a ação, empreendida pelo indivíduo, só se dará à medida que seus benefícios sejam maiores que os custos, por isso a importância de se criar incentivos seletivos que possam funcionar como forma de recompensa pelo esforço despendido no empreendimento da ação coletiva.

Na perspectiva de Olson (2015), portanto, a lógica da ação coletiva, visando ao bem comum, está fundamentada na racionalidade individual com a garantia dos benefícios em relação aos custos. Logo, o interesse individual é diferente do interesse grupal.

Em continuidade, seguem os conceitos e princípios de Elinor Ostrom, que fundamentam esta Tese.

1.3 ELINOR OSTROM E OS RECURSOS DE USO COMUM

Por meio de casos empíricos e de questionamentos sobre a obra *The Tragedy of the Commons*, de Garret Hardin, a economista e cientista política Elinor Ostrom desenvolveu a Teoria Common Pool Resource (CPR) ou Teoria do Bem Comum. Em 1990, por meio de relatos empíricos de diferentes localidades no mundo, Ostrom (1990) escreveu o livro *Governing the Commons*. Sua meta era compreender a governança econômica dos bens comuns que eram administrados pela própria comunidade.

Depois de extenso estudo sobre sistemas de recursos comuns, Ostrom (1990) enumerou oito princípios de boa governança desses bens. Segundo a pesquisadora, esses princípios coletivos foram essenciais para que os usuários de recursos de bem comum se engajassem em ações que levassem ao manejo sustentável desses recursos. Importância dessa referência teórica para a pesquisa em questão está no entendimento de que a água, como recurso natural comum, sua gestão, apresenta-se em meio a muitas discussões sobre como seria a melhor para seu uso. Tais princípios institucionais são direcionados às ações focadas na gestão dos “bens coletivos” ou “bens de uso comum”, sendo eles relacionados às fronteiras definidas; à coerência entre as regras de apropriação; aos arranjos coletivos que permitem a participação dos atores na tomada de decisões; ao monitoramento efetivo dos beneficiários; às sanções crescentes para quem não respeita os acordos coletivos; aos mecanismos de solução de conflitos; ao reconhecimento do direito de organização; às iniciativas articuladas.

Resumidamente, Ostrom (1990) se dedicou à análise da autogestão de comunidades que possuíam ou obtinham regras e normas para a gestão de água, pastagens, florestas, entre outros bens comuns.

O trabalho desenvolvido pela autora fundamenta a finitude e a escassez dos bens comuns e explica que quando um indivíduo faz uso de algum bem esse montante utilizado é subtraído daquilo que está disponível para outros indivíduos utilizarem, por exemplo, o uso da água nas diferentes regiões hidrográficas. Com isso, os conflitos relacionados à gestão dos bens comuns não estão limitados a questões apenas de origem técnica, mas também nas de origem social, ambiental, cultural, gerencial e política.

A questão ambiental dos bens comuns é uma problemática do século XXI, podendo ser considerada como um dos mais desafiadores e penosos problemas da sociedade, por meio do entendimento de que o equilíbrio do ecossistema está ameaçado pelos impactos assoladores devastadores e agressivos de certas ações humanas, capazes de gerar, dessa forma, tensão, conflito e incertezas à humanidade.

É importante destacar que diferenças existentes nos poderes e valores das partes interessadas torna o conflito inerente à arena onde ocorre o debate, e a resolução desses conflitos tem grande importância para motivar a projeção de instituições que atuam na gestão dos recursos hídricos visando à preocupação com os recursos de uso comum (Ostrom, 2002). Nessa arena, as pessoas trazem diferentes perspectivas, interesses e filosofias, que são fundamentais no gerenciamento dos problemas de governança ambiental e seus conflitos. Assim, à medida que esses conflitos são mediados com sucesso, desencadeiam processo de aprendizagem e mudança nesse espaço (Dietz; Ostrom; Stern, 2003).

Dos autores contemporâneos que subsidiaram os estudos desta Tese está Henri Acelrad. Seus conceitos e princípios serão vistos a seguir.

1.4 HENRI ACSELRAD E OS CONFLITOS AMBIENTAIS NO BRASIL

Segundo Acelrad (2010), a justiça ambiental exprime movimento de ressignificação da questão ambiental, resultado da apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo está associado à reconstituição das arenas onde se manifestam os embates sociais pela construção dos futuros possíveis. Nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez

mais central, vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda.

Em sua obra *Conflitos ambientais no Brasil*, Acseirad (2004, p. 7) traz teoria sólida ao afirmar que “é impossível a separação do meio ambiente da sociedade, pois se trata de pensar um mundo material socializado e dotado de significados”. O autor destaca os objetos que constituem o “ambiente”, também com a afirmativa de que eles “não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos” (Acseirad, 2004, p. 7). Nesse contexto, todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais e sentidos atribuídos ao meio interagem e conectam-se material e socialmente pela água, solo e atmosfera. Por esse caráter indissociável de sociedade e ambiente, a reprodução da sociedade se constitui em projeto social e ecológico ao mesmo tempo. Henri (2004) afirma que, no processo de sua reprodução, as sociedades se confrontam a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos e diz que a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora essa condição não seja reconhecida, por muitas vezes, no debate público.

Assim, por meio da análise proposta por Acseirad (2004), o conflito socioambiental pode ser compreendido, tendo em vista sua complexidade dentro do conjunto dos sujeitos envolvidos, situados em um campo de relações sociais e em determinado espaço.

Acseirad (2004) faz considerações concluindo que, necessariamente, há remissão dos conflitos ambientais em quatro dimensões constitutivas, a saber: 1- a apropriação simbólica; 2- apropriação material; 3- durabilidade; e 4- interatividade espacial das práticas sociais. O autor ainda destaca que analisar a apropriação de recursos do território, bem como as condições de interação e durabilidade das diversas formas sociais de apropriação, é essencial para apreender a dinâmica conflitiva que são próprias dos diferentes modelos de desenvolvimento.

Acseirad (2004) expressa como sendo desafiador, para pesquisadores e formuladores de políticas, encontrar instrumentos de análise apropriados para entender essa rede intrincada de processos socioecológicos e políticos que expõe a Natureza no interior do campo dos conflitos. Dessa forma, o autor faz questionamento acerca das tecnologias de resolução de conflitos que usam sua despolitização. Contrariamente, o estudo dos conflitos ambientais permite tornar visíveis os atores envolvidos que resistem à monopolização dos recursos e têm maior compromisso com processos mais democráticos de gestão de recursos.

O segundo autor contemporâneo, Pedro Roberto Jacobi, seus conceitos e princípios, que norteiam esta Tese, serão apresentados a seguir.

1.5 PEDRO ROBERTO JACOBI E A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP), Jacobi faz reflexão sobre as práticas sociais em contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e de seu ecossistema, envolvendo necessária articulação entre ambos, com olhar para a educação ambiental. Desse modo, o desafio é formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora em dois níveis: formal e não formal. Assim, a educação deve ser, acima de tudo, ato político voltado para a transformação social. Seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência a ideia de que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano. Em vista disso, a produção de conhecimento obriga os estudiosos à inter-relação do meio natural com o meio social por meio da análise dos determinantes do processo, como também do desempenho dos atores envolvidos e as formas de organização social em uma perspectiva que priorize um perfil de desenvolvimento com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Jacobi, Mpinotti e Schmidt (2016) argumentam, em seu debate sobre Governança Global, no sentido de que o papel das sociedades é o de consolidar instituições que formulem, promovam e disseminem práticas que transcendam a ecoeficiência e ampliem a compreensão dos cidadãos sobre os limites do planeta e de suas responsabilidades para com os habitantes do futuro. O autor traz, por meio de pesquisas, reflexão sistemática acerca de políticas públicas e práticas participativas que revelam as complexas dimensões da articulação entre poder público e população usuária.

Refletir sistematicamente a respeito dessas práticas e formulação de políticas de forma articulada, Estado e sociedade, se faz necessário visto que o caminho rumo à sociedade sustentável é atravessado por obstáculos à medida que existe restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento capitalista em vigor no século XXI. As causas básicas das atividades ecologicamente predatórias podem ser atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade. Com isso, a soma sucessiva dos riscos, em especial os ambientais, de graves consequências, como, por exemplo, a escassez hídrica, é a base para se entender as características, os limites e as transformações ocorridas até o momento deste estudo. A sociedade, produtora de riscos, torna-se crescentemente reflexiva e se vê obrigada a

confrontar-se com aquilo que criou, seja de positivo ou de negativo. Na visão dos autores dessa corrente, a educação ambiental tem de enfrentar a fragmentação do conhecimento e desenvolver abordagem crítica e política, porém reflexiva., o que permite estabelecer conexão entre as relações com o meio ambiente e tudo que o cerca, inclusive os conflitos e as cooperações inerentes à arena de debates e deliberações acerca da água e da educação, a fim de potencializar o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária em perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, na próxima seção, serão discutidas questões inerentes à Gestão e Governança de Recursos Hídricos.

1.6 ENTRELACE DAS CINCO PERSPECTIVAS

Partindo do entendimento da complexidade da gestão de um bem comum, neste contexto envolvendo a água como um recurso vital para a sobrevivência humana e não existente, até o momento, um substituto para ela, demandas múltiplas e conflitantes são relacionadas a essa gestão que, por sua vez, não se limita a questões apenas de origem técnica, mas social, ambiental, cultural, gerencial e política. Posto isso, constata-se a importância do entrelace entre as referências teóricas de Georg Simmel, Mancur Olson, Elinor Ostrom, Henri Acselrad e Pedro Jacobi, fundamentando e construindo o caminho percorrido nesta pesquisa.

Ao abordar Simmel (1983) com as formas de sociabilidade, foram trazidas reflexões por meio da sua preocupação com a depuração e a compreensão das dualidades, das oposições insolúveis; e junto trouxe o conceito de interação como sinônimo de unidade, ressaltando que a existência da sociedade depende dessa união, que pode ser permanente ou passageira. A lógica da ação coletiva de Olson proporcionou a visão ao bem comum fundamentada na racionalidade de cada indivíduo com a garantia dos benefícios em relação aos custos. Oportunizou, também, conhecimentos acerca do controle dos free-riders, isto é, aquele membro do grupo que não pode ser excluído do benefício gerado mesmo que não tenha contribuído para ele, e ainda trouxe argumentos para que os indivíduos possam arcar com os custos envolvidos com vistas à obtenção do bem na criação de mecanismos de coação e coerção. Tal argumento partiu do princípio de que os indivíduos de um grupo não agirão em prol de um objetivo comum, a menos que haja coerção.

Ostrom trouxe a inspiração da Teoria do bem comum como uma reflexão necessária para a veracidade da finitude e a escassez dos bens comuns. A autora aprofunda argumentos

ao explicar o fato de que o uso por um indivíduo é subtraído daquilo que está disponível para outros desse bem. Ela ratifica que os conflitos dessa gestão têm origem técnica, social, ambiental, cultural, gerencial e política. Defende a possibilidade da autogestão de comunidades a partir de regras e normas para a gestão.

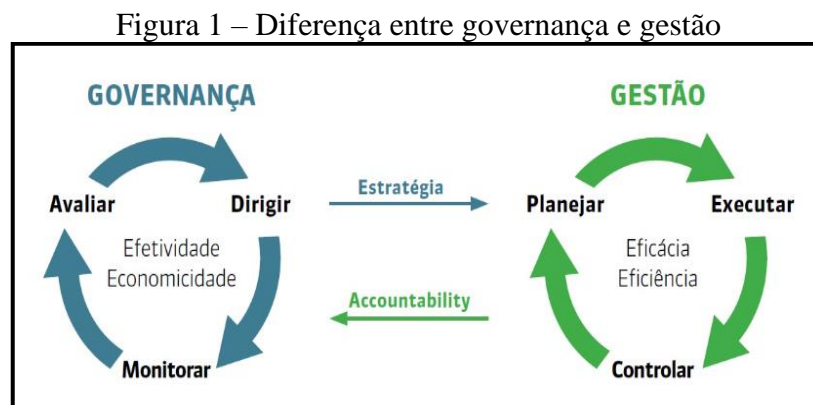
Os dois últimos, porém, não menos importantes nomes na literatura que fundamentaram esta pesquisa, são os autores contemporâneos Henri Ascsehrad e Pedro Jacobi. O primeiro, no seu livro *Conflitos ambientais no Brasil* (2004), afirmou ser impossível a separação do meio ambiente da sociedade, pois se trata de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Já o segundo, trouxe as práticas participativas e a formulação de políticas de forma articulada, Estado e sociedade, com vistas à sustentabilidade, enfrentando os obstáculos e as implicações do modelo de desenvolvimento. Ambos discutem a importância da participação pública e da sociedade civil na resolução de conflitos socioambientais. Diante do exposto, foi possível o despertar a respeito da identificação com os autores na elucidação do caminho a ser trilhado nesta investigação, tendo em vista a complexidade do envolvimento do ser social e sua interação com o meio ambiente e a finitude de seus recursos naturais que ora são essenciais à vida.

2 GESTÃO E GOVERNANÇA DE RECURSOS HÍDRICOS

Os termos Governança e Gestão dos Recursos Hídricos são contemporâneos e cada vez mais evidentes nas discussões e debates, muitas vezes acalorados sobre a temática ambiental, uma vez que, em caso de escassez, a água tem seu uso preferencial para o abastecimento humano. “A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos” (ONU, 1992).

De forma genérica, a governança surge para fazer referência a algo mais amplo que o conceito de gestão, que, por sua vez, tem função realizadora diferente da governança, que tem função direcionadora dentro do processo de gestão. Dessa forma, a governança compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Na Figura 1, pode-se perceber a diferença entre governança e gestão, por meio de seus componentes.



Fonte: Brasil (2023).

A governança da água surge como desafio para o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos, de modo a responder não somente pela crise acerca da escassez desse recurso, mas, principalmente, no que tange ao seu gerenciamento, tornando esse recurso, de alguma forma, acessível a todos (Jacobson *et al.*, 2013). Nesse sentido, um novo modelo de governança da água, instituído pela Lei das Águas (Lei Federal n.º 9.433/1997), representou marco na gestão dos recursos hídricos no Brasil (Libanio, 2018). Conseqüentemente, a criação do SINGRH oportunizou o controle social nos processos de gestão da água por meio do

engajamento dos atuantes no sistema, trazendo boas expectativas quanto à promoção da segurança hídrica e ao uso sustentável dos recursos hídricos (ANA, 2013).

O conceito de governança está inserido no contexto de transformações das funções públicas exercidas pelo Estado, em diferentes níveis de governo, que não é o único a impor seus interesses. Em outra perspectiva, trata-se da capacidade de ação do Estado para implementar as políticas públicas e obter os resultados coletivos esperados. Nesse novo modelo de governança da água instituído pela Lei das Águas, um sistema de governança não depende unicamente do aparato governamental. Assim, a governança pode ser entendida como esforço comum de ação nos processos de política pública, por meio de sistema integrado de redes no qual diversos atores empregam os mais variados recursos (legais, técnicos, conhecimento, financeiros, entre outros), com intuito de atingir objetivos previamente definidos, visando ao bem-estar da coletividade de Matos (2020).

De forma inclusiva, o termo governança também está associado à capacidade de regulamentar esses entendimentos para que eles permaneçam como rotinas, como também ser identificado com o surgimento de sistemas de regras e recursos para a solução de problemas, como, por exemplo, a preservação do meio ambiente e a água. Por fim, de Matos (2020) retrata a governança como forma de governo adotada com o objetivo de evitar os efeitos derivados da falta de flexibilidade e de capacidade de adaptação das organizações públicas às mudanças que estão ocorrendo na sociedade. Essa modalidade enfatiza a necessidade de se desenvolverem formas de cooperação política entre todos os atores envolvidos, por meio de determinados temas, obtendo não a imposição de uma política de um grupo sobre os demais, mas uma política comum que atenda, senão a totalidade, pelo menos à maioria dos interesses envolvidos.

Para Chhotray e Stoker (2009), a teoria da governança é sobre a prática da tomada de decisão coletiva, tendo como questões clássicas a busca da compreensão sobre “o que decidir”, “como decidir” e “quem decide”. Como definição do termo, os autores sugerem que a governança seja sobre as regras de tomada de decisão coletiva em contextos nos quais há pluralidade de atores ou organizações e nos quais nenhum sistema de controle formal possa ditar os termos da relação entre atores e organizações. Dessa forma, Chhotray e Stoker (2009, p. 6) explicam o conceito por meio de quatro elementos:

i. **A existência das regras:** estruturam os arranjos de governança e os processos de tomada de decisão. Portanto, os atores podem agir e tentar utilizar essas regras de acordo com os interesses e os objetivos dos grupos que representam nesses arranjos.

ii. **O Conceito de coletivo:** decisões tomadas por uma coleção de indivíduos.

iii. **A Tomada de decisão:** Durante todo o ciclo de políticas públicas é necessário tomar decisões. Entretanto, a fase de tomada de decisões pode ser definida como o momento no qual se escolhem alternativas de ação/intervenção em resposta aos problemas definidos na agenda; os recursos e o prazo temporal de ação da política, e, também comporta problemas e conflitos potenciais, pois, ao escolher uma alternativa, os tomadores de decisão podem deparar-se também com limites intrínsecos resultantes das próprias preferências política, econômicas e ideológicas dos atores envolvidos.

iv. **A não imposição entre os atores sociais que compõe o arranjo:** ao afirmar que nenhum sistema de controle formal pode ditar as relações e os resultados, ou, dito de outro modo, a governança é um mundo onde "ninguém está no comando". Autoridade e coerção são recursos disponíveis para alguns tipos de arranjos de governança, mas nunca o suficiente para controlar o processo de tomada de decisão. Para os autores, as formas características de interação social na governança dependem da negociação, dos sinais, da comunicação e da influência hegemônica.

Desse modo, os autores defendem que o estudo da governança é focado não só em ajudar quem atua no gerenciamento dos recursos hídricos a compreender parte desse complexo, mas também com a preocupação com a forma como o funcionamento e a operação poderiam ser feitos.

Uma vez que o SINGREH preconiza o formato de gestão integrada, descentralizada e participativa de bacia hidrográfica, o modelo de governança participativa institucionalizado é tema que envolve, para além de atividade técnica do poder público, processo de caráter político. Fica evidente nesse modelo de governança a importância da pactuação de princípios que fundamentam a cooperação e reverência às regras estabelecidas para o fortalecimento, a efetividade e a longevidade institucional, nos termos da visão de Ostrom.

2.1 TRAJETÓRIA DO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O gerenciamento de recursos hídricos não se trata de um episódio recente, pois esse modo de agir do governo e os envolvidos na gestão desse bem comum, dotado de valor e finito, pode ser identificado na governança das águas desde o período pré-colonial brasileiro até o século XXI:

“águas privadas”

- O controle sobre as reservas de água-doce esteve sob o comando dos primeiros núcleos urbanos, engenhos, fazendas e fortificações militares (ANA, 2007)

Alvará de 1804 - aplicado ao Alvará de 1818

- Consta que os rios navegáveis e caudais pertenciam ao reino, sendo, portanto, necessária a concessão do império para sua utilização (www.legis.senado.gov.br)

Constituição Federal de 1824

- Assegura que águas de mananciais e subterrâneas pertençam ao proprietário das terras.

A Constituição Republicana de 1891

- Mostrou-se omissa quanto ao uso da água e não trouxe definições claras quanto a quem era de direito a propriedade dos rios.

Código Civil de 1 de janeiro de 1916, intitulado “Dos Direitos de Vizinhança do Uso Nocivo da Propriedade”.

- Considerada a utilização da água como bem essencialmente privado e de valor econômico limitado, assegurando ao proprietário seu usufruto, devendo ele apenas respeitar os direitos de vizinhança (Moura, 2016, p. 24).

Em continuidade ao que demonstra que, no processo de desenvolvimento da política de gerenciamento de recursos hídricos, houve muito aprendizado, e o passado deu suporte ao planejamento de ações futuras visando ao uso sustentável desse recurso natural, que é finito. O reconhecimento da importância da água foi percebido pelas legislações ao longo da história. No decorrer desse caminho, é possível identificar interesses e valores conflitantes implícitos nessa gestão. Acerca disso, Acserald (2004, p. 14-15) ressalta que

(...) as sociedades produzem sua existência com base nas relações sociais e no modo de apropriação do mundo material. Nessa interface, entre o mundo social e sua base material, analiticamente, podem ser distinguidos três tipos de práticas: as práticas de apropriação técnica; as práticas de apropriação social; e as práticas de apropriação cultural.

Pode-se dizer que as práticas de apropriação técnica se configuram no modo de uso, transformação, extração, inserção e deslocamento de materiais pela ação técnica que, por sua vez, é resultante de um conjunto de saberes, que também são usados para a aquisição de novos conhecimentos, chamados de formas técnicas de apropriação do mundo material.

As práticas de apropriação social caracterizam-se por processos de diferenciação social dos indivíduos por meio de estruturas desiguais, isto é, acesso, posse, controle de territórios, estoque de materiais por meio da lógica distributiva, com seus respectivos padrões de desigualdade. Resumidamente, essa desigualdade de distribuição de poder sobre os recursos configuram as diversas formas sociais.

E, por último, porém não menos importante, as práticas de apropriação cultural estão além dos modos de apropriação propriamente produtivos movidos pela dinâmica das duas primeiras práticas. Assim, o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados, conforme Acserald (2004). Os fatos culturais, segundo o autor, são parte

integrante do processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, percepção e representações coletivas diferenciadas.

Sinteticamente, as formas técnicas descrevem assertivamente o momento mais direto pelo qual os atores sociais – caracterizados pelos agricultores, mineradores, entre outros – transformam o meio biofísico. Já as formas sociais e culturais são condicionadas pelas opções de sociedade e pelos modelos culturais prevaletentes. A sociedade, além de fazer com que suas carências e restrições sejam superadas, também projeta no mundo diferentes significados, como construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais e muito mais.

Sobre a reflexão acerca das formas de apropriação do mundo material, definidas por Acserald (2004), no território brasileiro há diversidade de características geográficas desde a Bacia Amazônica, caracterizada por imensa disponibilidade de água. No entanto, o oposto dessa disponibilidade também é encontrado, isso no Cerrado do Planalto Central e no Semiárido do Nordeste, caracterizado por sua fragilidade na rede hídrica, imperando a escassez desse recurso natural. A discussão sobre os problemas existentes acerca desse recurso torna-se complexa tendo em vista a diversidade e as nítidas diferenças entre os aspectos sociais, culturais e o modo de uso e abuso desse recurso. A cultura indígena, por exemplo, exigia a preservação do meio ambiente para garantir águas limpas para sua subsistência e para seus “ritos”. Por outro lado, os portugueses e outros emigrantes desenvolveram uma cultura associada à água dependente de sua disponibilidade, ou seja, quanto maior a disponibilidade, maior o desperdício (ANA, 2007). Até a independência, a preocupação era utilizar os recursos naturais existentes na colônia com o intuito de fortalecer a economia da metrópole (Rosa; De Miranda Guarda, 2019). Percebe-se, dessa forma, o quanto a cultura influencia, muitas vezes, no modo de ver e de tratar o meio ambiente, agregando maior complexidade ao gerenciamento dos recursos hídricos, quando associados às transformações decorrentes da ação do homem.

O delineamento da política ambiental federal brasileira teve início na década de 1930, com o Código de Águas (Decreto n.º 24.643/1934) e o Código Florestal, ambos instituídos em 1934.

Código de Águas (Decreto Federal n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), que efetuou a consolidação de legislação básica das águas no Brasil.

- O Código de Águas foi considerado marco legal no gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil. Esse dispositivo pode ser visto como precursor do princípio de Poluidor-Pagador, que se encontra vigente nas leis brasileiras.

- A promulgação foi concomitante ao avanço do processo de industrialização do Brasil (Brasil, 1934).

A Constituição Federal de 1946 altera o domínio hídrico e atribui à União os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, ou que sirvam de limite com outros países, ou se estendam a território estrangeiro, enquanto confere aos estados os lagos e rios em terrenos de seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual. Em função de grandes acontecimentos internacionais ocorridos a partir da segunda metade do século XX, organismos internacionais e multilaterais (Banco Mundial, sistema ONU – Organização das Nações Unidas, e movimento ambientalista de ONGs) começaram a pressionar para essa construção.

Nas décadas de 1930 a 1960, não estava consolidada a política ambiental no Brasil. O que existia era a preocupação com o “controle racional” dos recursos naturais, isto é, na administração desse recurso visando ao melhor uso econômico (Moura, 2016). Na década de 1950, com o processo de expansão industrial que se intensificou no país, objetivando impulsionar o desenvolvimento econômico-financeiro, as políticas ambientais tiveram seus avanços estagnados (Pena, 2023).

Lacorte (1994 apud Rosa; De Miranda Guarda, 2019) acrescenta que, no século XIX, com a industrialização, os interesses do setor urbano-industrial influenciaram o Estado a regulamentar a propriedade da água. Ao dissociá-la da propriedade da terra, foi possível remover obstáculos legais que restringiam seu aproveitamento hidrelétrico e limitavam a produção de energia, que era necessária à expansão das manufaturas.

Ao final da década de 1960, a temática ganhou impulso novamente quando algumas demandas ambientais da sociedade começaram a surgir, com destaque para a poluição gerada por atividades produtivas, principalmente a industrial. A partir de então algumas medidas adotadas anteriormente começaram a ganhar destaque ao serem analisadas, como, por exemplo, o Código de Águas, criado por meio do Decreto Federal n.º 24.643/1934, que estava ligado à gestão do Ministério das Minas e Energia (MME), devido ao interesse no aproveitamento hídrico a fim de atender as hidrelétricas. Outra medida foi sobre o Código Florestal (Decreto n.º 23.793/1934), sua gestão, inicialmente, cabia ao Ministério da Agricultura, pois o foco era a proteção de solos para uso agrícola (Moura, 2016).

Até início de 1970, o pensamento que dominava era que o meio ambiente era fonte inesgotável de recursos e que qualquer ação de aproveitamento da natureza seria infinita. Porém, as ocorrências de fenômenos hidrológicos trouxeram a necessidade de reflexão acerca

dessa visão ambiental no mundo. Assim, os movimentos ambientalistas continuaram a pressionar o governo para a tomada de decisão diante dessa problemática e foi publicado o relatório *Limites do Crescimento*, organizado pelo Clube de Roma e pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), o qual enfatizava a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais (Meadows, 1972). Ainda em 1972, foi convocada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972, que produziu a Declaração sobre Ambiente Humano, ou Declaração de Estocolmo, e estabeleceu princípios para questões ambientais internacionais, incluindo direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e relação entre ambiente e desenvolvimento, estendendo-se até a necessidade de se abolir as armas de destruição em massa. Outro desdobramento da conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) (Ganem, 2013; Revista em Discussão, 2023).

A primeira instituição a tratar da temática ambiental no âmbito federal foi a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), criada em 1973, cuja orientação girava em torno da preservação do meio ambiente e da manutenção dos recursos naturais no país. Por meio dessa iniciativa do governo federal, alguns estados começam a criar seus órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs). Nessa mesma época, entre eles, destacam-se a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), em São Paulo (1973) e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), no Rio de Janeiro (1975). Na esfera do planejamento, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) incorporou algumas diretrizes ambientais (Moura, 2016). Na década de 1980, outros órgãos foram criados, como o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e um órgão voltado para a fiscalização, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Política Nacional do Meio Ambiente-PNMA (Lei n.º 6.938/1981), que designou o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

- Esse órgão reforça os princípios jurídicos sobre a proteção das águas, estabelece normas, critérios e padrões relativos ao controle e à qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos; incentiva a criação e estruturação de gestão de recursos ambientais e dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

- Estabelece parâmetros sobre a qualidade das águas, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, além de nortear, de forma segura, o consumo de água dentro dos padrões de qualidade, bem como estabelecer as condições e padrões de lançamento nos afluentes (Resolução CONAMA n.º 357/2005) (Moura, 2016, p. 16).

Em meados de 1980, a democracia, gradativamente, foi retomada no Brasil, com a queda do poder militar, possibilitando que a participação pública, em questões políticas e socioambientais, fosse possível. Organizações não governamentais brasileiras internacionais começaram a atuar com relação aos problemas de ordem social e ambiental, tendo em vista que os problemas ambientais foram afetados no período anterior, com redução de investimentos no setor público, decorrente da recessão prolongada vivida na época (Da Silva, 1998).

Nessa conjuntura, começa a reestruturação da política ambiental no Brasil, primeiramente sendo instituída a lei que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, visando à implantação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). No SISNAMA, as instituições governamentais previstas atuavam visando à proteção e gestão ambiental, primando por sua qualidade. Nele o CONAMA, órgão consultivo e deliberativo, era a instância máxima desse sistema de gestão, com função de formular políticas ambientais que garantissem que organizações, que representem a sociedade civil, ainda que de forma tímida, fossem contempladas.

Para a época, o caráter descentralizador foi considerado inovador. Em geral, as normas ambientais federais aprovadas na década de 1980 estavam ligadas principalmente à organização institucional, ao controle da poluição e da degradação ambiental e ao fortalecimento dos mecanismos de participação social na área ambiental (Ganen, 2013).

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, por meio da reunião de avaliação. Após dez anos de realização da Conferência de Estocolmo, a Comissão Mundial se dedicou à elaboração de documentos que seriam, mais tarde, as sementes da Conferência Rio-92. Um desses documentos produzidos por esse órgão colegiado, em 1987, foi o documento *Nosso Futuro Comum*, conhecido como Relatório Brundtland (em referência a Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega, enviada especial das Nações Unidas para alterações climáticas). O documento firmou o conceito de desenvolvimento sustentável definido como aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas (Revista em Discussão, 2023).

Na sequência, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foi criado em 1985 e em 1989 o IBAMA com a missão de fazer cumprir a política ambiental e em 1992 o Ministério do Meio Ambiente com a missão de formular e colocar em prática políticas públicas ambientais nacionais articulando e pactuando com os atores públicos e a sociedade

objetivando o desenvolvimento sustentável. O Decreto n.º 10.455, de 11 de agosto de 2020 atualiza a estrutura organizacional (Brasil, 2022).

Araújo (2008) ressalta que o SISNAMA, mesmo tendo tempo de sua criação, o que pode ser julgado como experiente ao ponto que deveria estar mais estruturado, apresenta lacunas nas regras de seu funcionamento, destacando a centralização de atribuições na esfera federal, conflitos e funções sobrepostas nas atuações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do IBAMA e dos órgãos estaduais, deixando o município com suas funções indefinidas nesse contexto, aproximação limitada junto aos órgãos que atuam no SINGREH, que reúne os comitês de bacia e as agências de água. A Lei Complementar n.º 140, de 08 de dezembro de 2011, veio regular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios em termos de ações voltadas para a proteção do meio ambiente, ao combate da poluição e à preservação das florestas, da fauna e da flora, sistema previsto na Carta Magna.

Um marco institucional importante no período foi a reestruturação dos órgãos federais encarregados da questão ambiental, por meio do programa Nossa Natureza, em 1989, com a unificação dos órgãos que tratavam da questão ambiental setorialmente – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), Superintendência da Borracha (Sudhevea), IBDF (desenvolvimento florestal) e a Sema, em torno de um único órgão federal: o IBAMA (Lei n.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989) (Moura, 2016). À vista disso, a Constituição Federal (Brasil, 1988, p. 16) foi a primeira a assegurar a água como bem público, modificando então o Código das Águas de 1934.

Constituição Federal de 1988

- Na gestão das águas, trouxe inovação ao setor hídrico.
- Foi pioneira em extinguir o domínio das “águas privadas”, de que tratava o Código das Águas.
- Também sublinha que todo e qualquer recurso hídrico é bem público, ou seja, é um bem coletivo, devendo estar disponibilizado com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social da nação.

Ao retratar notório avanço na gestão das águas, o poder de legislar fica a cargo da União, porém com gestão compartilhada. Foi também a partir da Constituição Federal de 1988 que o SINGREH veio à tona e a Agência Nacional de Águas (ANA) foi criada, a partir da promulgação da Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000.

Contudo, o SINGREH só foi instituído pela Lei Federal n.º 9.433, de 1997, que estabeleceu princípios para a proteção e o controle das águas, criando a gestão integrada dos recursos hídricos e propôs instrumentos, como o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos SNIRH;

A promulgação da Lei das Águas (8 de janeiro de 1997, Lei Federal n.º 9.433).

- Veio suprir a escassez hídrica qualitativa e quantitativa no Brasil até a década de 1990. Regulamentou o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal (88).
- Criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.
- Adota-se a bacia hidrográfica como unidade de gestão, que é a unidade territorial para a implementação da PNRH e de atuação do SNGRH.
- Instituiu o Conselho Nacional de Recursos Hídricos –CNRH (Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto n.º 4.613, de 11 de março de 2003), que, por sua vez, tem competência para formular políticas nacionais de Recursos Hídricos e estabelecer diretrizes complementares à sua implementação e aplicação de instrumentos para a atuação do SNGRH (Brasil, 1997).

Como se pode constatar, a instituição da Lei possibilitou o monitoramento da qualidade da água, a outorga e a cobrança pelo uso de recursos hídricos; os sistemas de fiscalização e enquadramento, entre outros, além de reconhecer a bacia hidrográfica como unidade territorial e a descentralização das decisões como uma das formas de gestão. Essa lei veio propor novo modelo de gestão de recursos hídricos, ao introduzir a PNRH e considerar as diversidades geográficas e socioeconômicas de cada região do país (Rosa; De Miranda Guarda, 2019).

É por meio do SINGREH que a PNRH é colocada em prática no país. Nesse sistema, tem-se o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que é o órgão máximo na gestão de recursos hídricos, pois possui dez câmaras técnicas que cuidam de assuntos específicos; ainda dentro do sistema estão os conselhos e comitês de bacias, responsáveis por aspectos participativos de formulação e deliberação; também as Secretarias de Estado e MMA, que são responsáveis pelas políticas governamentais, além da ANA. Por fim, órgãos gestores e agências de água, que são responsáveis pela implementação e regulação da PNRH.

Por meio partir da Lei das Águas, a gestão de recursos hídricos no Brasil foi dividida em doze Regiões Hidrográficas; sendo elas uma bacia ou conjunto de bacias hidrográficas contíguas onde o rio principal deságua no mar ou em território estrangeiro (Brasil, 2022). O estado pioneiro na criação de uma Política Estadual de Recursos Hídricos e Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos foi São Paulo, também um dos primeiros estados a realizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Diante do conhecimento do contexto histórico dos instrumentos de gestão elaborados para fundamentar as ações no gerenciamento de recursos hídricos apresentados, importa saber como está a atual conjuntura da Governança das Águas, assunto que será discutido a seguir.

2.2 ATUAL CONJUNTURA DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS

Os conflitos contemporâneos pela água são resultantes da construção da noção de como a água deve ser apropriada e consumida, que é difundida por meio de políticas de recursos hídricos, mercantilização da água e de investimentos em consumo agrícola e industrial ao redor do mundo (Ribeiro; Santos; Silva, 2019).

Com quase 13% da água doce disponível no planeta e formado por um conjunto diverso de ambientes e sistemas aquáticos altamente ricos, o Brasil é potência global na conservação da biodiversidade aquática, especialmente por se tratar de recurso natural limitado. Assim, não é simples gerir esse patrimônio e promover os usos múltiplos da água para uma série de atividades de maneira sustentável.

Resultado de mobilização social organizada, a Lei n.º 9.433/1997, conhecida como “Lei das Águas”, argumenta bem sobre os desafios enfrentados por todos os envolvidos na gestão de recursos hídricos ao longo de sua implantação. Em 2021, mudanças contidas no Projeto de Lei (PL) n.º 4.546/2021, com o Novo Marco Hídrico, cessam o diálogo com as esferas locais, retirando dos comitês o direito de aprovar os seus planos de bacias ao submeter essa decisão a instâncias superiores de gestão. Dessa forma, conclui-se que o PL representa ruptura e desestruturação dos princípios, fundamentos e instrumentos da Lei das Águas do Brasil.

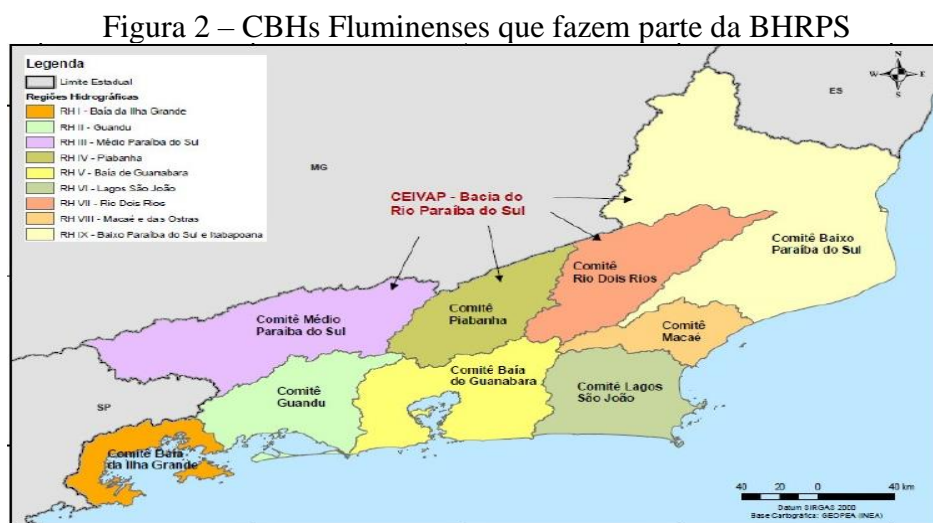
Temas como segurança hídrica, diretrizes e mecanismos para fomentar a resiliência e a recuperação das bacias hidrográficas não são aportados no (PL). Além disso, o PL cria um mercado de água, permitindo sua comercialização e alterando um dos fundamentos da Lei das Águas como um bem de domínio público. Essa pauta que merece atenção de todo cidadão brasileiro, pois, tendo em vista que existem vulnerabilidades na concessão de outorgas (licença de uso da água), pode acentuar ainda mais a desigualdade, disputas e os conflitos pelo uso da água entre o governo em diferentes esferas, usuários com fins comerciais e a sociedade civil.

Diante disso, esse PL traz de volta a fragmentação na gestão dos recursos hídricos, de modo a centralizar as decisões e a gestão ficar mais distante das mediações dos conflitos e alcance das cooperações, com vistas na sustentabilidade. Apesar da necessidade de aprimoramentos na atual Lei das Águas, bons resultados já foram computados com liderança, ação coletiva, entre outras conquistas. Sendo assim, a Lei deve ser fortalecida e não fragilizada, como propõe o PL.

Nesse sentido, a próxima seção discutirá a Construção da Governança dos Recursos Hídricos, além de trazer a delimitação do campo de pesquisa.

3 CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS: DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Entre os nove CBHs do Estado do Rio de Janeiro e suas respectivas regiões hidrográficas, quatro fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e, conseqüentemente, integram o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP). Esses CBHs fluminenses são: Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Figura 2).



Fonte: Geagua/Digat/INEA (2014).

Informalmente, esses comitês passaram a ser denominados por eles mesmos de Grupo dos Quatro ou G4, formando, assim, espaço interinstitucional de articulação. Um quinto comitê do estado, que compartilha os benefícios das águas da bacia do Rio Paraíba do Sul, é o CBH Guandu, por meio do “Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul”, intrincado e complexo conjunto de estruturas hidráulicas existentes nas bacias hidrográficas dos Rios Paraíba do Sul e Guandu, que interligam as duas bacias. Por um lado, está o abastecimento de cerca de 9 milhões de pessoas da RMRJ, além de indústrias e de outros usuários.

Por outro, estão cidades e usuários que se ressentem de ser significativamente privados do uso dos recursos hídricos da sua própria bacia, com destaque para o trecho imediatamente a jusante de Santa Cecília, sujeito, em situações de aflúências críticas, a vazões baixas e conseqüente deterioração da qualidade da água, onde estão localizados os quatro CBHs fluminenses deste estudo de tese.

Segundo a Lei das Águas (ANA, 2022), os CBHs deverão ser compostos de representantes dos usuários, poder público e sociedade civil com atuação comprovada na bacia. A representatividade de cada segmento deve atender a especificidades de cada comitê, sendo instituída pelo Regimento Interno de cada um e ao que dispõe o Artigo 8º da Resolução n.º 5 de 2000 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, respeitando o mínimo de 20% de participação da sociedade civil e máximo de 40% tanto da representação do poder público quanto dos usuários dos recursos hídricos (ANA, 2022).

Sem pormenorizar, os usuários são aqueles que detêm direitos para usufruir de recursos hídricos, podendo ser sujeitos ou não a uma outorga ou concessão formal de direito de uso. Representantes do poder público devem ser entidades integrantes dos governos municipais, estaduais e, quando se tratar de bacia interestadual, também da União. Por fim, os representantes da sociedade civil devem provir de organizações ou entidades que representam os interesses gerais e difusos da comunidade local, além de ser atuantes na defesa dos interesses coletivos. Essa diversidade agrega múltiplos interesses e integra visões de diversos setores, tais como: saneamento, turismo, agricultura, energia, mineração, comunidades tradicionais, entre outras atividades (ANA, 2022).

A Figura 3 traz breve apresentação desses comitês, conforme descrito na Revista Quatro Águas (2019), publicação organizada pelos quatro CBHs deste estudo.

Figura 3 – Comitês de bacia hidrográfica fluminense que fazem parte da bacia do Rio Paraíba do Sul



Fonte: Formiga (2011).

Cada comitê de bacia hidrográfica afluente do Rio Paraíba do Sul, entre eles o Comitê Piabanha, Comitê Médio Paraíba do Sul, Comitê Rio Dois Rios e o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, é descrito pela data de criação:

O Comitê Piabanha teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 28 de julho de 2005 (Decreto n.º 38.235). Constituído por 36 representantes, sendo 12 de cada segmento. Os principais usos da água cobrados são: saneamento (80%); indústria (17%), e; demais usos (3%).

O Comitê Médio Paraíba do Sul teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 28 de maio de 2008 (Decreto Estadual n.º 41.475). É constituído por 30 representantes: 10 dos usuários de água; 10 da sociedade civil, e; 10 do poder público (municipal, estadual e federal). Os principais usos da água sob cobrança são: saneamento (84%); indústria (15%), e; demais usos (1%).

O Comitê Rio Dois Rios teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 28 de maio de 2008 (Decreto n.º 41.472). Constituído por 24 representantes, sendo 08 de cada segmento. Os principais usos da água cobrados são: saneamento (90%); indústria (8,5%), e; demais usos (1,5%).

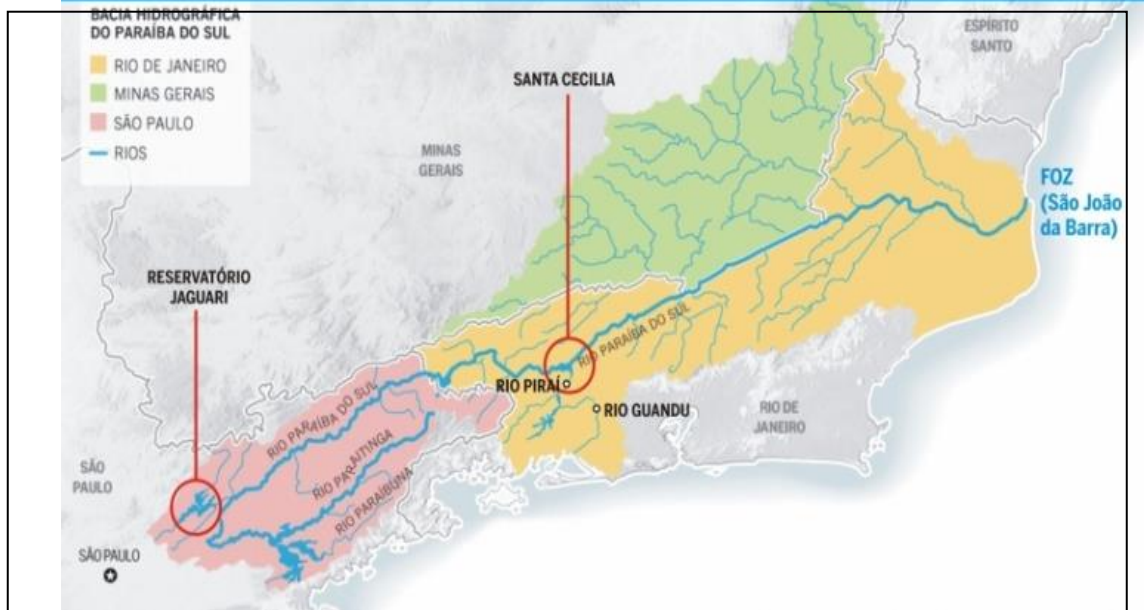
O Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 03 de dezembro de 2008 (Decreto n.º 41.720). Constituído por 30 representantes, sendo 10 de cada segmento. Os principais usos da água cobrados são: saneamento (63%); outros (19% - relativo à prestação de serviços diversos); indústria (17%), e; demais usos (1%).

Observa-se que cada comitê teve sua criação, aprovação e constituições distintas. Mas a principal unidade entre esses comitês está na sua localização geográfica na bacia.

A bacia do Rio Paraíba do Sul faz parte da região hidrográfica conhecida como Atlântico-Sudeste, uma das regiões mais industrializadas e desenvolvidas do Brasil. São 184 municípios divididos entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, todos alcançados por essa bacia hidrográfica. O Rio nasce no estado de São Paulo e deságua no oceano atlântico, no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no município de São João da Barra. Sendo assim, suas águas são de domínio da União.

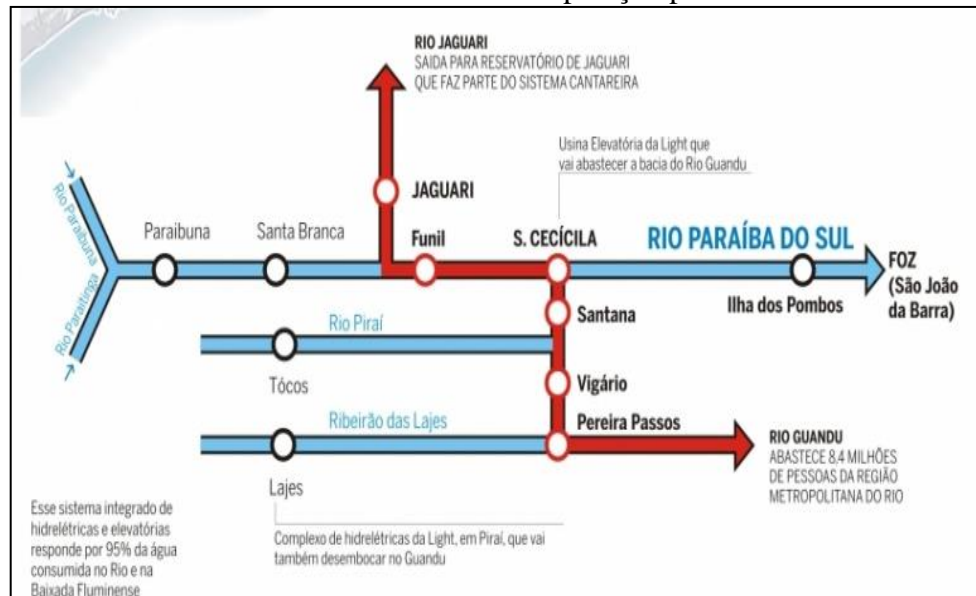
Outro apontamento é que cerca de 60% das águas do Rio Paraíba do Sul são desviadas para o Guandu, através de transposição na usina hidrelétrica da Light, a jusante de Santa Cecília, no município de Barra do Piraí, como pode ser observado na Figura 4, na demarcação territorial da Bacia Hidrográfica Rio Paraíba do Sul, com destaque para o ponto de transposição em Santa Cecília, e na Figura 5 a ilustração esquemática do complexo hidrelétrico e dos reservatórios contidos na mesma Bacia. Cabe ressaltar que a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro é dependente dessa transposição para sua subsistência e desenvolvimento. Dessa forma, a transposição ocorre na área do Médio Paraíba. Sendo assim, a jusante da transposição do Rio Paraíba do Sul passa por parte da Região Hidrográfica (RH) Médio Paraíba e de toda a RH do Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Figura 4 – Ponto de Transposição para o Guandu – Santa Cecília



Fonte: CMN (2019).

Figura 5 – Ilustração esquemática do Rio Paraíba do Sul desde a sua nascente à foz demarcando os reservatórios e a transposição para o Rio Guandu



Fonte: CMN (2019).

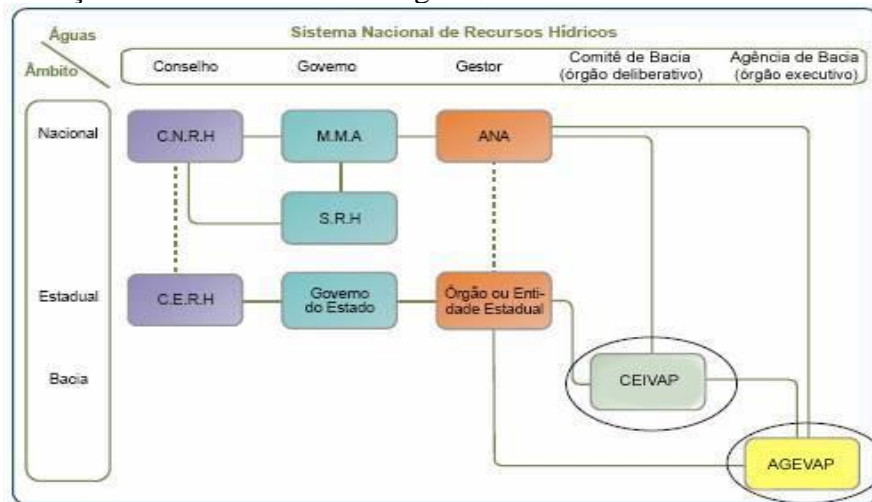
A presença desse complexo Sistema Integrado de Hidrelétricas e Elevatórias, característica peculiar da bacia do Rio Paraíba do Sul, exige elaborado, minucioso e consensual modelo de gestão para tomadas de decisões e sob o amparo das legislações federal, estadual e municipal. Para tanto, foi firmado, por meio do Contrato de Gestão INEA n.º 01/2010, delegar função à Associação Pró-Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), por meio de apoio técnico e administrativo aos quatro comitês em

questão, objetivando alcançar as metas instituídas no Programa de Trabalho, estreitando, assim, seus interesses comuns.

A seguir, na crise hídrica de 2014/2015 vivenciada pelo estado de São Paulo e Rio de Janeiro, esses CBHs foram convidados pelo CEIVAP a participar do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento de Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul (GTAOH), criado em 2005, que é o grupo responsável pelo gerenciamento da operação hidráulica na bacia do Rio Paraíba do Sul.

Durante a participação desses CBHs nesse grupo de trabalho, as afinidades vieram ainda mais à tona fazendo com que eles construíssem uma agenda em conjunto visando ao fortalecimento institucional. Dessa forma, passaram a ser denominados por eles mesmos, informalmente, de G4, que se faz presente no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI), juntamente com outros cinco comitês estaduais, além do CEIVAP. Na Figura 6, constata-se o poder deliberativo do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul Comitê (CEIVAP), por fazer parte do SINGREH.

Figura 6 – Ilustração do CEIVAP como integrante do Sistema Nacional de Recursos Hídricos



Fonte: AGEVAP (2023).

O CEIVAP é o parlamento com poder de decisão. Nele ocorrem os debates e decisões descentralizadas sobre as questões relacionadas aos usos múltiplos das águas da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Tem como objetivo promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilidade técnica e econômico-financeira de programas de investimento, bem como a consolidação de políticas de estruturação urbana e regional. Visa à articulação interestadual, oportunizando iniciativas regionais de estudos, projetos, programas e planos de ação como partes complementares, integradas e consonantes com as diretrizes e prioridades

estabelecidas para a Bacia. Com o propósito de auxiliar nos processos de decisão, o CEIVAP conta com a Câmara Técnica Consultiva que, por sua vez, é auxiliada, nas discussões, por Grupos de Trabalho, entre eles o GTAOH.

3.1 DINÂMICA DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO HIDRÁULICA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL (GTAOH)

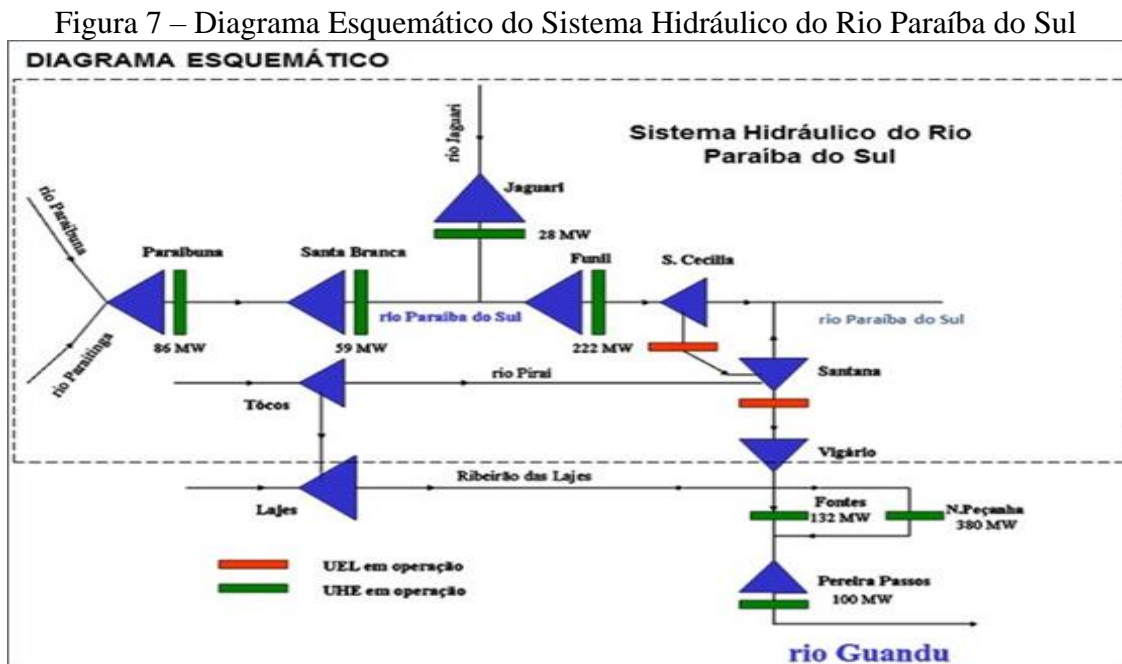
O GTAOH foi criado em caráter permanente com objetivo de discutir a operação hidráulica da Bacia do Rio Paraíba do Sul, que passou por crise hídrica entre 2014-2016, uma das piores secas dos últimos 84 anos do histórico de dados da Agência Nacional de Águas (ANA, 2015). Conforme Deliberação CEIVAP n.º 53/2005, fizeram parte do grupo de trabalho, entre 2003 e 2004, empresas de geração de energia elétrica (LIGHT, CESP e FURNAS); gestores estaduais da água (DAEE, SERLA e IGAM); representantes dos usuários da água do CEIVAP, sendo um de cada estado, dois do comitê da Bacia do Rio Guandu; três representantes dos municípios da Bacia do Rio Paraíba do Sul, sendo dois do estado de São Paulo, um do Rio de Janeiro e um representante do município da Bacia do Rio Guandu.

A composição do GTAOH, além dos convidados permanentes, ANA, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS) e órgãos estaduais de controle ambiental, como o INEA, ganhou nova configuração com a Deliberação CEIVAP n.º 211/2014, após sua experiência bem-sucedida na atuação do grupo no gerenciamento da operação hidráulica nos anos hidrológicamente desfavoráveis, de 2003 e 2004, já que a condição hidrológica, em 2014 e próximos anos, também se apresentava desfavorável. Assim, foi acatada pelo CEIVAP, a pedido dos próprios membros do grupo, a inclusão nesse grupo de trabalho, além dos já existentes, agora também, os representantes dos Comitês Afluentes da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Entre esses representantes estão os dos comitês afluentes da Bacia e trecho fluminense, que compõem o G4.

O GTAOH tem como objetivos, de acordo com a deliberação de sua criação, analisar as situações de conflito e propor soluções alternativas para a operação hidráulica dos reservatórios, com vistas a garantir os usos múltiplos da água. Além disso, também divulga informações sobre a situação dos reservatórios. Assim, as discussões do grupo antecipam possíveis impactos e propõem ações que os minimizem ou mesmo os impeçam de ocorrer (Ambrosio; Formiga-Johnsson, 2017).

A fim de gerenciar o conflito existente pelo uso múltiplo da água, foi realizado, pelo GTAOH, o gerenciamento da operação hidráulica com os órgãos gestores dos três estados que compõem a Bacia do Rio Paraíba do Sul e, assim, feita a gestão dos reservatórios e adoção de medidas a fim de diminuir a vazão transposta para o Rio Guandu. Esse trabalho possibilitou à ANA a elaboração da Resolução 211, que controlou as vazões defluentes dos reservatórios da Bacia do Rio Paraíba do Sul e a transposição da água em Santa Cecília, para abastecer a região metropolitana do Rio de Janeiro e a vazão defluente de Pereira Passos, que garante os diversos usos da água até a foz. Essas regras de operação do Sistema Hidráulico da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul foram definidas e atualizadas pela Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA n.º 1.382, de 7 de dezembro de 2015, que entrou em vigor em 30 de novembro de 2016, reduzindo os limites mínimos de vazão para cada um dos reservatórios instalados na Bacia hidrográfica (CEIVAP, 2018).

O Diagrama Esquemático pode ajudar na compreensão desse sistema (Figura 7).



Fonte: ANA (2015).

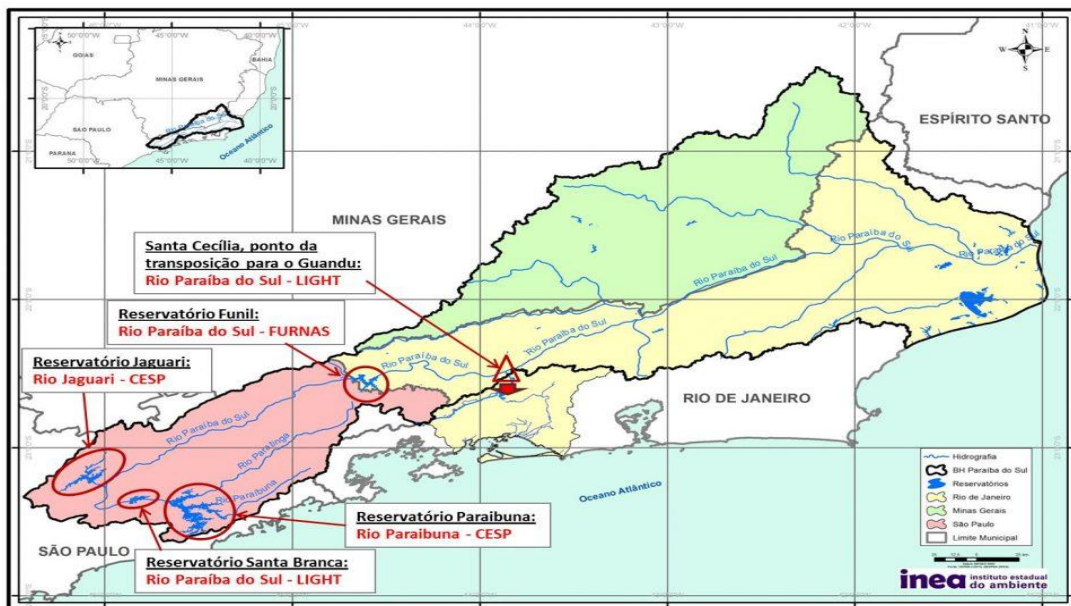
Esse complexo Sistema Hidráulico é composto de transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu desde 1952, porém teve de se adequar à nova realidade legal com a introdução da Lei n.º 9.433/97, que implicou no uso de instrumento de cobrança pelo uso da água (Carvalho, 2005). Assim, é um sistema composto de um conjunto de estruturas hidráulicas que inclui quatro reservatórios, os barramentos de Paraibuna, Santa Branca, Jaguarí e Funil, sistema de grande porte, usinas hidrelétricas e estações elevatórias,

construído inicialmente para a produção de energia (Ambrosio; Formiga-Johnsson, 2017). Desde que foi criado, esse sistema é responsável pelo abastecimento de cerca de nove milhões de pessoas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (INEA, 2020).

Fica evidente a interdependência entre as Bacias do Paraíba do Sul e do Guandu, o que torna essencial a gestão integrada entre as duas, assim como entre outras Bacias contribuintes ao Paraíba do Sul, tanto a jusante quanto a montante. Pode-se afirmar que, embora haja avanços na integração da gestão entre as Bacias do Paraíba do Sul e do Guandu, ainda há dificuldades a serem superadas (Ambrosio; Formiga-Johnsson, 2017).

Na Figura 8 é possível conhecer a localização dos reservatórios ao longo de toda a bacia hidrográfica.

Figura 8 – Mapa da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e de seus respectivos reservatórios



Fonte: INEA (2023).

Após a identificação no mapa do espaço territorial da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e de seus reservatórios e, principalmente, onde se deu a transposição de 2/3 do volume da água do rio, é compreensível a importância da gestão participativa dos envolvidos.

A gestão participativa da crise hídrica, nos limites que compreendem os usuários atendidos pelas águas do Rio Paraíba do Sul, mostrou-se eficiente no que diz respeito à garantia do abastecimento humano. Para isso, foram necessárias também instalação de infraestruturas de adaptação e medidas internas dos usuários, sem perder de vista o diálogo (Ambrosio; Formiga-Johnsson, 2017).

Assim, a forma de tomada de decisões, pelos diferentes atores no enfrentamento à seca na Bacia do Rio Paraíba do Sul em 2014-2015, em alto grau de incerteza, tornou-se modelo a ser seguido. Naquele momento, foi exigido aos atores envolvidos nas ações originadas pela crise hídrica muita confiança. Nesse processo, o papel da Agência Nacional de Água, ao emitir as resoluções para regularização do uso da água, conforme as decisões tomadas pelo grupo do CEIVAP e GTAOH, foram fundamentais para nortear a gestão desse recurso natural e dotado de valor (Teixeira; Branquinho; De Lacerda, 2015).

A seguir, será conhecida a dinâmica do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH).

3.2 DINÂMICA DO FÓRUM FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

O FFCBH, por meio de regras de atuação definidas pelo seu Regimento Interno, é instância colegiada formada por três membros do diretório colegiado de cada um dos CBHs do estado do Rio de Janeiro legalmente instituídos, a saber o Comitê de Bacia Baía da Ilha Grande, o Comitê Guandu, o Comitê Médio Paraíba do Sul, o Comitê Piabanha, o Comitê Baía de Guanabara, o Comitê Lagos São João, o Comitê Rio Dois Rios, o Comitê Macaé e das Ostras e o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. A missão do FFCBH é promover, de forma articulada, a implementação de gestão integrada das águas nesses Comitês, com intuito de fortalecê-los, como entes do SEGRHI.

A organização do Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica (ECOB- RJ) fica a cargo do Fórum, que também participa da organização do Encontro Nacional de Comitês de Bacia, conquista advinda de seu trabalho desenvolvido no Estado do Rio de Janeiro.

Na próxima seção serão apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo está inserido na linha de pesquisa “Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade” do Programa de Sociologia Política e integra o Grupo de Pesquisa em Governança das Águas (GP-Água). Tem como proposta analisar a ocorrência e desdobramentos de situações de conflito e cooperação entre os quatro comitês fluminenses de Bacia hidrográfica que fazem parte da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

4.1 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Foi desenvolvido e aplicado um questionário (via Google Formulário) aos membros integrantes (titulares) dos comitês em estudo, além de integrantes da secretaria executiva de cada um dos CBHs e de representantes do órgão gestor. O questionário, intitulado *Histórico de situação de conflito e cooperação na governança das águas na região fluminense da bacia do rio Paraíba do Sul* incluiu questões objetivas e duas questões com perguntas abertas. Ele foi elaborado e aplicado aos diferentes grupos de atores citados, a exemplo: Apêndice A – Questionário para os membros de cada comitê de bacia hidrográfica, Apêndice B – Questionário para os atores que atuam na delegatária de cada comitê de bacia hidrográfica, Apêndice C – Questionário para os atores que atuam no órgão gestor – ANA e INEA.

As questões objetivas estabeleceram o perfil desses atores (idade, sexo, grau de escolaridade, profissão), proximidade e participação aspectos que proporcionam o desempenho da Política de Recursos Hídricos (município de residência, setor que representa no momento, instância que faz parte, tempo de atuação no sistema de gestão de recursos hídricos, qual CBH está representando no ato da resposta e como julga sua participação junto ao comitê). Objetivamente também buscou conhecer a percepção quanto à existência de conflito e cooperação entre o G4. As questões com perguntas abertas solicitaram o recordatório dessas situações elencadas, percebidas pelos respondentes do grupo.

O acesso aos respondentes, no primeiro momento, ocorreu via e-mail de cada comitê, mas outras quatro tentativas tiveram que acontecer: por meio do contato disponibilizado na página do site de cada comitê, novamente contato com a secretaria executiva de cada comitê, em seguida busca de contato por e-mail pessoal direcionado aos presidentes e atores-chave dentro do sistema, conforme texto a seguir:

Prezada Rafaela, boa tarde!! Como vai??

Meu nome é Neila Faber da Silva Prucoli. Estou cursando doutorado na Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF e minha orientadora é a Prof.^a Maria Eugênia Totti. O Projeto que estou desenvolvendo objetiva analisar as relações de cooperação e o conflito entre os quatro comitês fluminenses da bacia do rio Paraíba do Sul.

Peço seu apoio em responder esse questionário, ocupando menos de 5 min do seu tempo. **Essa é minha terceira tentativa em obter respostas.**

Desde já agradeço o apoio e reitero a importância da participação de cada um para o resultado e aplicabilidade desse trabalho assim que concluído. Cordialmente
Muito obrigada mesmo!!!!

Abraço

Segue o Link que direciona ao questionário

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeMsAIhQRjUchDLBU_wPtIX5eGSV CdONu3Yuh_mOQ9iMCPOPA/viewform?usp=sf_link

Prezado João, boa tarde!

Meu nome é Neila Faber da Silva Prucoli. Estou cursando doutorado na Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF e minha orientadora é a Prof.^a Maria Eugênia Totti. Tive o prazer de conhecê-lo na sede do Comitê e conversar um pouco, mas foi antes da Pandemia. O Projeto que estou desenvolvendo objetiva analisar as relações de cooperação e conflito entre os quatro comitês fluminenses da bacia do rio Paraíba do Sul.

Venho através deste email, pedir seu apoio em responder esse questionário, ocupando menos de 5 min do seu tempo. **Essa é minha terceira tentativa em obter respostas.** Inclusive, aproveito a oportunidade de perguntar se você me concederia uma entrevista em outro momento.

Desde já agradeço o apoio e reitero a importância da sua participação para o resultado e aplicabilidade desse trabalho assim que concluído. **Tendo em vista a sua importância trabalho que vem desenvolvendo e influência junto aos representantes que atuam no comitê, peço sua colaboração, se possível, em encaminhar esse questionário. Pois já fiz tentativa pela secretaria executiva, a adesão foi muito baixa.**

Cordialmente

Muito Obrigada!!!!

Segue o Link que direciona ao questionário

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeMsAIhQRjUchDLBU_wPtIX5eGSV CdONu3Yuh_mOQ9iMCPOPA/viewform?usp=sf_link

Por último, foram feitos alguns contatos por telefone para solicitar a colaboração na divulgação e adesão à resposta do questionário. Do total de representações efetivas, 42 do sistema de recursos hídricos responderam, sendo: AGEVAP (7 atores) representou 16,7% do total de atores respondentes e 58,33 % do total dessa representação na secretaria executiva dos comitês e do G4 (33 atores), representando 78% do total de respondentes e 27% de atores que atuam nos comitês em diferentes segmentos, sendo importante destacar que não estão sendo contabilizadas as vacâncias: ANA e INEA, com um (1) ator cada.

Os atores que participaram do universo desta pesquisa foram todos os membros que compõem os CBHs pesquisados. Tais representantes são formados por instituições do poder público nas três esferas da federação, por representantes da sociedade civil (ONGs, associações de desenvolvimento comunitário, cultural e ambiental, instituições de ensino e

pesquisa etc) e usuários da água bruta (indústria, irrigantes, aquicultores, pescadores etc) das bacias que participam dos comitês. Além desses atores, também fazem parte do universo desta pesquisa dirigentes e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

4.2 MODELO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DE LAURENCE BARDIN

A análise dos conteúdos de registros em atas das reuniões ordinárias e extraordinárias dos comitês de bacia hidrográfica fluminense é pautada na revisão de literatura e na de atas. Na criação do Modelo Analítico de Atas dos Comitês de Bacia Hidrográfica, alguns parâmetros foram abordados, conforme Bardin (2011). A análise de conteúdo de Bardin (2011) abrange conjunto de técnicas de investigação que, por meio de descrição objetiva, sistemática do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação dessas comunicações. Para a autora, tema é a unidade de significação que, naturalmente, emerge de um texto analisado, respeitando os critérios relativos à teoria que serve de guia para sua leitura. Sendo assim, a análise de conteúdo temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem o conteúdo para o objetivo analítico visado.

A análise é dividida em três etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação:

a) Pré-análise (fase de organização): tem como objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais de maneira a elaborar um esquema preciso de desenvolvimento da pesquisa. Essa fase se decompõe em três tarefas: leitura flutuante, constituição do corpus e reformulação de hipóteses e objetivos. O termo flutuante é uma analogia feita à atitude do psicanalista, pois, pouco a pouco, a leitura se torna mais precisa, em função de hipóteses, e das teorias que sustentam o material. Constituição do corpus – organização do material de forma que se possa responder a algumas normas de validade: exaustividade (todos os aspectos do roteiro devem ser contemplados, deve-se esgotar a totalidade do texto); representatividade (que represente, de forma fidedigna, o universo estudado); homogeneidade (deve obedecer com precisão aos temas) e pertinência (os conteúdos devem ser adequados aos objetivos do trabalho). Reformulação de hipóteses e objetivos: Determinam-se a unidade de registro (palavra ou frase), a unidade de contexto (a delimitação do contexto de compreensão da

unidade de registro), os recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais que orientarão a análise.

b) Exploração do material: análise sistemática do texto em função das categorias formadas anteriormente.

c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: os resultados brutos, as categorias utilizadas como unidades de análise, são submetidas a operações estatísticas simples ou complexas, dependendo do caso, de maneira que permitam ressaltar as informações obtidas. Após, são feitas inferências, isto é, as interpretações previstas no quadro teórico e/ou por meio de outras possibilidades teóricas (Bardin, 2011).

Para identificar os focos de conflito e cooperação na relação dos quatro CBHs fluminenses afluentes do Rio Paraíba do Sul, do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, foram necessárias 370 atas, sendo 267 do G4 e 103 atas das reuniões do Fórum Fluminense. Das atas, foi possível observar os não participantes das relações desses CBHs na governança das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul. A partir de então, foi constituída estrutura sistemática de localização das fontes, nas quais se encontram dados identificados como conflito e cooperação, que possibilitaram estruturar coerentemente esses dados identificados por meio das atas.

No decorrer da leitura das atas, com orientações do método de Bardin (2011), o olhar estava na busca de evidências de conflitos e cooperação, considerados objetos de pesquisa, que foram dispostos em dois grupos: 1) Conflito Externo e 2) Cooperação Externa. A delimitação dos dois grupos em “externos” se deu pela busca de evidência, no decorrer da análise das atas, de conflito e/ou cooperação entre o G4 e/ou entre estes com os demais entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, isto é, a busca não esteve em situações de gerenciamento interno de cada CBH que compõe o G4.

Além do agrupamento por cores, outro agrupamento visível é o quantitativo de ocorrências dos focos identificados em cada reunião, seja ela ordinária ou extraordinária naquele ano, tendo em vista que o intervalo temporal da pesquisa foi de 2011 a 2021. Os dados quantitativos, todavia, não ficaram prontos para serem apresentados nesta qualificação de tese.

5 DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE AS SITUAÇÕES DE CONFLITO E COOPERAÇÃO

A presente seção resume a estrutura criada para a realização da análise de conteúdo das atas dos CBHs. Os objetos diretivos de pesquisa sobre conflito e cooperação trata-se de uma estrutura analítica que corresponde a todo conjunto de tomada de decisões e ações dos procedimentos de constituição de dados. Enfatiza as buscas por expressões, ou palavras que apontam conflito, ou cooperação, ou sentidos semelhantes. No primeiro momento da tomada de decisão, recorreu-se ao termo “foco” como termo escolhido para servir de função metafórica a fim de chamar a atenção, ou de mirar o olhar sobre uma situação (ou palavra, expressão) que esteja em meio a outras situações, sem confundi-las.

No caso desta pesquisa, o termo “foco” foi o modo utilizado a fim de fixar a atenção nos termos conflito e cooperação e, a partir deles, direcionar observações, reflexões, argumentações, descrições e narrativas escritas. Dessa forma, a tese não se dispersa entre outros tantos temas de igual ou maior importância.

Dessa forma, quando se mencionam focos de conflito, diz-se sobre “coisas” e/ou ações” que denotam rusga, confronto, briga, encontros, oposições ou até “bate-bocas” privados ou públicos que vão para os jornais e, muitas vezes, também para a rua. Nos focos de cooperação, percebe-se o agrado de todos, ou parte deles, mesmo que temporário. Também se pode ver movimentos de consenso, comemorações, cumprimentos de apoios culminando, na maioria das vezes, na elaboração de instrumento de gestão, como as Resoluções, Notas Técnicas, entre outras produções desse espaço de debate que são os CBHs. Há exemplos no Quadro 5, na próxima página.

Sendo assim, conflito e cooperação são palavras que desvendam “coisas e/ou ações” que aconteceram, foram publicadas, registradas em ata, realçadas nas visibilidades dos ânimos, das emoções alteradas nesses espaços como “foco de luz” sobre um conflito ou cooperação que resultou em registros documentais, novas reuniões, planejamentos, convites, acontecimentos, agremiações e, até mesmo, decisões que culminaram em leis.

No que diz respeito ao conflito e à cooperação, os objetos de investigação desta tese, realizada com enfoque qualitativo, com dados analisados e estruturados pelo Modelo Analítico de Atas dos CBHs, que utilizou a análise de conteúdo de Bardin (2011), pode auxiliar, aos atores que compõe o Sistema de Recursos Hídricos, aos pesquisadores da área e aos

interessados na leitura desse tema, com os dados que forem surgindo, possíveis respostas para as questões pautadas pela investigação acadêmica.

No Quadro 1, como meio de sintetizar o proposto descrito acima, organizaram-se dois exemplos de conflito e de cooperação.

Quadro 1 – Exemplos de foco de conflito e de cooperação

Exemplo de Foco de Conflito	
Exemplo 1	Exemplo 2
<p>Insatisfação com repasse financeiro Universo real Espaço – conflito Categoria – valor econômico</p>	<p>Atuação da Delegatária Universo Real Espaço–conflito Categoria – poder</p>
<p>(...) ressaltou que esta questão é muito importante e informou que o percentual de repasse é muito pequeno se considerado o percentual de água da transposição, e que por isso a Resolução n.º 18 deveria ser revista para se adequar (ATA da 8ª RO/2012 Linha 57 a 61).</p> <p>(...) a intenção de desburocratizar a tomada de recurso para aplicação do CBH-MPS e entrar na luta a respeito da divisão dos recursos da transposição para o Rio Guandu (ATA da 9ª RE/2015 Linha 135 a 136).</p>	<p>(...) falou que há diversas reclamações sobre esse atendimento da AGEVAP, o que vem sendo reclamado a dois anos de forma exaustiva (Ata da 2ª RO 2020 linha 132 a 134).</p> <p>(...) informou que a AGEVAP não é nada a menos do que um o braço do CBH BPS. Sr X discorda (...) e completa (...) a Agência de Bacia é ser secretária executiva do Comitê e acatar as deliberações do Comitê, outras funções é órgão técnico, dar parecer técnico, tem que discordar do comitê tecnicamente; ela não interferir politicamente (Ata da 3ª RE 2011 linha 208 a 215).</p>
Exemplo de Foco de Cooperação	
Exemplo 1	Exemplo 2
<p>Parceria financeira para gestão Universo Real Espaço – cooperação Categoria – valor</p>	<p>Compartilhar conhecimento Universo Real Espaço – cooperação Categoria – informação</p>
<p>(...) CBH- R2R ° 048/2016 que Dispõe sobre a disponibilidade dos recursos dos Comitês Médio Paraíba do Sul, Rio Dois Rios, Piabanha e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana para custeio da AGEVAP em situação extrema em caráter emergencial (Ata da 30ª RO/2016).</p>	<p>(...) após discussões ficou acordado que a secretaria executiva do CBH-R2R fazer um levantamento para realização de uma oficina de planejamento no formato do CBH-Piabanha (...) (Ata da 4ª RE/2012).</p>

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Na sequência do Modelo Analítico, como resultados, foram categorizados os apontamentos. Neles foram identificados que cada foco possui as três categorias evidenciadas:

valor, poder e informação. As questões de valor, poder e informação são categorias que se entrelaçam e, por isso, não se separam e nem se isolam.

5.1 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS: VALOR, PODER E INFORMAÇÃO

Esta seção delimita as categorias que compõem os objetos de pesquisa conflito e cooperação.

5.1.1 Definição de “Valor”

Valor pode ser definido como a importância que se atribui ou reconhece a algo ou a alguém. Posto isso, o valor pode ser material e imaterial. Esmiuçando um pouco mais, o valor de qualquer bem material é quantificado como dinheiro, carro, casa. Por outro lado, o valor imaterial se reporta ao cultural, ao simbólico, ao familiar, à saúde, ao humanitário, ao que não pode ser medido ou quantificado. Exemplificando ainda mais, é tudo que pode ser útil, que tem prestígio, importância, mérito, relevância, como, por exemplo, uma pessoa admirada, o conhecimento, o respeito, a ética, as riquezas morais, o bem comum, fundamentos que norteiam o comportamento humano. Conforme a classe e os grupos, os valores são diferentes. Em outras palavras, um objeto pode ter valor distinto conforme cada classe ou grupo de pessoas. Dessa forma, os valores de um rio são diferentes para o índio e para os pescadores, bem como para os usuários da água desse rio na construção de uma usina hidrelétrica.

Para exemplificar ainda mais, a seguir no Quadro 2, um trecho retirado de documentos oficiais produzidos pelos CBHs sobre diferentes valores para diferentes grupos que atuam no Parlamento das Águas pode ser observado.

Quadro 2 – Foco de Conflito na Categoria Valor e seus focos

Foco Conflito
Categoria Valor: econômico e físico
Exemplo: (...) situação dos recursos do FUNDRHI: o maior problema é que há uma dívida com o comitê de mais de R\$ 1 milhão e a forma de pagamento é muito devagar (...) (27ª RO 2017).
Classes de conteúdos ou focos categorizados na perspectiva do valor
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insatisfação com repasse financeiro ▪ Dano ambiental ▪ Dano ao patrimônio/ econômico ▪ Dificuldade de aplicar recursos ▪ Falta de transparência na destinação de recursos ▪ Falta de compensação para dano por intenção

Fonte: Elaborado pela autora com dados encontrados na pesquisa (2023).

Por meio dos dados apresentados no Quadro 2, pode-se destacar que na categoria valor foram categorizadas seis classes de conteúdos ou focos sendo que a perspectiva do valor encontrado foi no que tange ao valor econômico e físico.

A seguir, será apresentada a categoria.

5.1.2 Definição de “Poder”

A definição de poder, segundo o Dicionário Latim Vulgar (Poder, 2023), é “potere, do latim possum”, e significa posse, ser capaz de poder. Dessa forma, a capacidade de poder pode ser desdobrada e compreendida, neste estudo, como capacidade de decisão, quem autoriza, quem diz sim e quem diz não, pessoas (a quem elas representam) ou instituições. Nesse caso, quem tem poder é o cargo que uma pessoa ocupa em dado tempo. Na categoria poder, pode-se exemplificar um momento de entrelace das categorias Valor e Poder, pois esse cargo pode ser pensado ou considerado bem material, isto é, tem valor.

Para exemplificar, no Quadro 3 observam-se trechos retirados de documentos oficiais produzidos pelos CBHs sobre poder.

Quadro 3 – Foco de Conflito na Categoria Poder e seus focos

Foco Conflito
Categoria Poder – ausência, disputa e interferência
Exemplo: (...) retoma a palavra para falar da transposição do Rio Paraíba do Sul, citando um estudo de São Paulo que mostra informações a respeito da vazão disponível que divergem dos estudos feitos pelo CEIVAP, sendo assim, a ONG a qual representa, moveu uma ação jurídica em relação ao caso (...) (12ª RO/2013).
Classes de conteúdo ou focos categorizados na perspectiva do poder
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disputa pela água ▪ Interferência de poder ▪ Falta de ação do órgão gestor ▪ Disputa de poder nas decisões ▪ Interesse de grupo x Planejamento ▪ Falta de transparência no processo eleitoral ▪ Negligência do poder público ▪ Atuação da Delegatária

Fonte: Elaborado pela autora com dados encontrados na pesquisa (2023).

Por meio dos dados apresentados no Quadro 3, pode-se destacar que, na categoria poder, foram categorizadas oito classes de conteúdos ou focos, sendo que a perspectiva do poder encontrada foi no que tange ao poder em situações e/ou decisões e/ou deliberações dos atores atuantes no Parlamento das Águas relacionado à ausência, disputa e interferência.

A próxima categoria é a de informação.

5.1.3 Definição de “Informação”

A definição para “informação” contempla um conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto. A nomenclatura dessa categoria partiu do princípio de que, para atuar em um sistema de gestão, faz-se necessário o conhecimento das leis e normas, dos assuntos naturais e científicos. Um documento defasado ou incompleto pode gerar conflito. Outra relevância em possibilidades para gerar conflitos nessa categoria é a diferença entre a formação profissional e nível de escolaridade entre os representantes, pois, na representação sociedade civil, muitos não são técnicos no assunto, o que desencadeia falha na comunicação, que não poderia acontecer entre os representantes. No Quadro 4 é apresentado trecho de documento exemplificando essa categoria.

Quadro 4 – Foco de Conflito na Categoria Informação e seus focos

Foco Conflito
Categoria Informação – acesso, gestão e transparência
Exemplo: (...) questionou os critérios do edital do PSA, ele disse que o edital não está sendo seguido e alegou que o mesmo não é transparente. Questionou ainda os valores apresentados e o edital a respeito da forma contratada para acompanhar (...) (17ª RO/2015).
Classes de conteúdo ou focos categorizados na perspectiva da informação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de transparência nas informações/dados ▪ Falta de acesso às informações ▪ Falha em documento de gestão ▪ Falta de comunicação prévia e compartilhamento de decisões ▪ Dificuldade de acesso ▪ Intrigas pessoais ▪ Necessidade de atualização do Regimento Interno

Fonte: Elaborado pela autora com dados encontrados na pesquisa (2023).

Por meio dos dados encontrados na pesquisa acerca da categoria informação, preenchidos no Quadro 8, foram categorizadas sete classes de conteúdos ou focos, sendo que a perspectiva da informação nessa categoria está visando ao acesso, à gestão e à transparência, isto é, acesso à informação, gestão da informação e transparência na informação.

As categorias poder, valor e informação foram as mais presentes nas atas consultadas nesses espaços deliberativos estudados nesta tese, por isso a importância dos três estarem juntos nesse espaço democrático de direito. A informação tem força, o poder tem força e o valor tem força, e todos são mobilizadores de decisões sobre os objetos conflitantes ou cooperadores.

Os próximos três capítulos compõem duas dimensões:

- a) o perfil dos atores que atuam no sistema de gestão de recursos hídricos e a percepção deles sobre a ocorrência de situações de conflito e cooperação na governança das águas entre os comitês fluminenses que fazem parte da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul;
- b) as descrições metodológicas das atas pautadas pelas categorias valor, poder e informação por comitê.

O longo processo de descrições dos resultados metodológicos confirma o objetivo geral desta pesquisa: destacar e organizar relações entre conflitos e cooperações nas dinâmicas expostas nas atas durante dez anos. Dessa forma, as descrições apresentadas configuram contribuições necessárias para discussões em plenárias entre os participantes dos comitês.

6 COOPERAÇÃO E CONFLITO NA VISÃO DOS ATORES

Esta seção trata da percepção que os atores do sistema de gestão de recursos hídricos têm sobre a ocorrência de situações de conflito e cooperação na governança das águas nos comitês fluminenses que fazem parte da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Trata-se de uma prospecção entre os atores do sistema a fim de subsidiar o planejamento da pesquisa.

A PNRH, instituída pela Lei n.º 9433/1997, constitui um sistema complexo no qual os poderes públicos, tanto o federal como o estadual, compartilham com entes não governamentais (usuários e associações civis) parte de sua competência com órgãos colegiados, como os conselhos de recursos hídricos e os CBH. Cada comitê de bacia é formado por um grupo de pessoas que discutem e deliberam sobre assuntos tocantes à gestão de recursos hídricos pertinente a cada bacia hidrográfica. Nesse sentido, está na alçada de cada CBH a competência em decidir acerca do planejamento para usos dos recursos hídricos na sua respectiva bacia com respaldo da legislação vigente, que tem a bacia hidrográfica como unidade territorial para a implementação da PNRH.

No contexto de rápidas mudanças ambientais, crescimento populacional e crises hídricas, a governança da água é evidenciada por meio da participação e negociação de multiatores, da descentralização e de mecanismos para a resolução dos conflitos socioambientais. Nesse contexto, a água deve ser pensada como recurso econômico, bem ambiental e social e ser tema de importância para a sociedade como um todo.

O avanço rumo ao alcance de uma gestão integrada dos recursos hídricos vem sendo observado ao longo do século XX e influenciou a PNRH instituída pela Lei n.º 9433/97. Essa lei estabeleceu o SINGREH e criou os CBHs, instituições participativas colegiadas em que a unidade de governança das águas se dá por bacia hidrográfica. Trata-se de uma unidade territorial com recortes naturais e não administrativos.

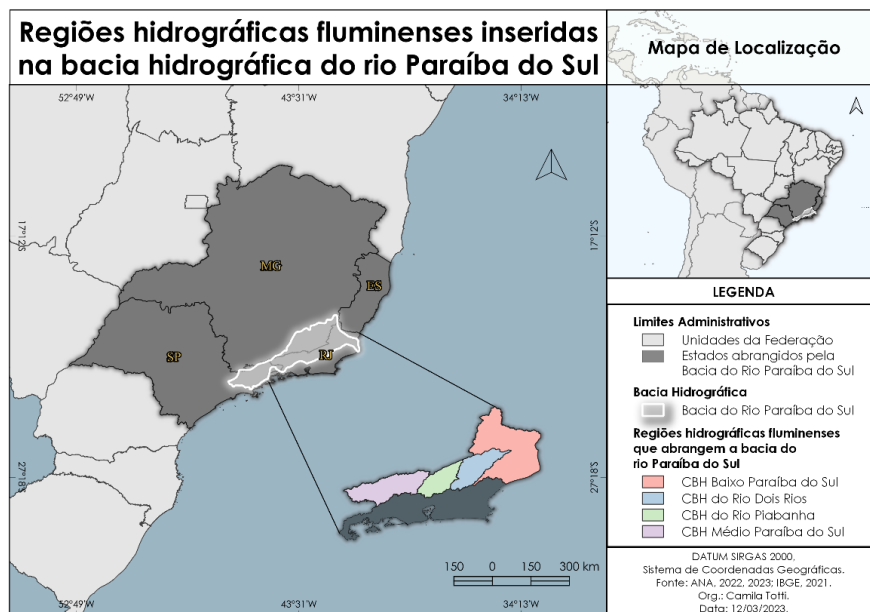
Cada comitê é formado por um número limitado de representantes. Esse quantitativo é definido no regimento interno, que não é padrão. Cada comitê tem o seu regimento que, por sua vez, após sua elaboração ou atualização, é aprovado pela plenária, instância máxima para decisão desse fórum. Sua composição se dá pelo somatório dos representantes, sendo um deles quem preside as reuniões, que são abertas e públicas. É nesse espaço deliberativo que representantes de instituições dos segmentos do poder público, setor privado e organizações da sociedade civil se reúnem para discutir sobre um interesse comum: o uso da água da bacia.

Deve-se ressaltar que constitui um elemento importante na promoção da equidade na gestão da água a participação dos atores envolvidos e demais setores da sociedade.

Nesse sentido, os questionários (Apêndices A, B e C) aplicados aos atores que atuam no sistema de gestão de recursos hídricos foi o instrumento de coleta de dados com foco na análise da percepção dos atores acerca das ocorrências de situações de conflito e cooperação entre os Comitês de Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS), do Rio Dois Rios (CBH-R2R), do Piabanha (CBH-PIAB) e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI), denominados por eles mesmos de G4. O grupo é responsável pela governança das águas na maior parte do território do estado do Rio de Janeiro, em regiões hidrográficas que se encontram predominantemente à jusante da transposição de 2/3 da vazão do Rio Paraíba do Sul para o sistema Guandu, responsável pelo abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro com água e energia elétrica.

A Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul está situada em uma das regiões mais desenvolvidas e urbanizadas do Brasil, abarcando 184 municípios dos estados de São Paulo (37,7%), Minas Gerais (24,4%) e Rio de Janeiro (37,9%) (Figura 9).

Figura 9 – Localização da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul



Fonte: Elaborado por Totti (2023) com base em ANA (2022, 2023) e IBGE (2021).

Em torno de 15 milhões de pessoas são abastecidas pelas águas do rio Paraíba do Sul, 87%, das quais residem em regiões metropolitanas. Nasce na serra da Bocaina, no estado de São Paulo, a 1.800 m de altitude, e deságua no norte fluminense, no município de São João da

Barra, percorrendo uma extensão aproximada de 1.180 km. A bacia do rio Paraíba do Sul é a única reserva estratégica capaz de atender às próximas gerações, tanto dentro de sua região hidrográfica quanto na região metropolitana do Rio de Janeiro (INEA, 2022).

6.1 REPRESENTAÇÕES DOS COMITÊS: COMPOSIÇÃO, PERFIL E PERCEPÇÕES REPRESENTANTES

Compete aos CBH planejar a utilização das águas e garantir a conservação e a recuperação dos territórios da bacia, impulsionando a participação, o debate e a articulação dos envolvidos direta ou indiretamente na gestão das águas. Portanto, constituem-se como um exemplo desses processos institucionalizados na relação entre Estado, sociedade e natureza. Enquanto espaços públicos de negociação, têm a complexa competência de coordenar os múltiplos usos dos recursos hídricos, debater a integração entre as políticas públicas que trazem forte interlocução com os usos das águas e arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos inerentes à sua área de atuação (INEA, 2022). Para tanto, sua composição tem representações do poder público, da sociedade civil e dos usuários de água.

No estado do Rio de Janeiro a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos foi regulamentada pela Lei Estadual n.º 3.239/1999. Independentemente do grau de implementação da política no âmbito regional, considera-se que as ações desses representantes/atores são fundamentais para se alcançar a tão almejada sustentabilidade desses recursos. A legitimidade desse processo está na participação dos atores sociais existentes nestes espaços, por isso a importância em conhecer a composição e o perfil de quem representa e como esse representante percebe esse complexo sistema de gestão.

6.1.1 Perfil dos atores que atuam no CBH fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul: membros desse parlamento

A fim de compreender o perfil das pessoas atuantes dentro desse fórum, que são de diferentes segmentos, foi encaminhado o questionário desta pesquisa (Apêndice A). As questões propostas no instrumento buscavam identificar quem são os sujeitos sociais atuantes nesses espaços e qual percepção eles tinham da existência ou não de conflito e cooperação entre os quatro CBH Fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul.

O perfil dos representantes foi caracterizado mediante análise do gênero, da idade, profissão e do nível de instrução. Dessa forma, objetivou verificar se os CBH têm uma representação igualitária quanto aos grupos sociais representados nesse parlamento.

Entre os representantes respondentes, 63,6% são homens, 57,6% possuem idade acima dos 50 anos, sendo 21,2% acima de 60 anos, 57,6% têm nível de formação superior completo e 39,4% possuem mestrado ou doutorado. Os dados do perfil de representantes no estudo de Meier e Basso (2015) corroboram com os resultados desta pesquisa, mesmo sendo quase uma década de diferença, explicitando uma concentração do perfil dos representantes, com uma representação parcial dos grupos sociais no processo de negociação sobre as águas nesses CBHs, que, de certa forma, reproduz as desigualdades ainda presentes, mesmo após todo esse período. No entanto, observa-se uma diversidade interessante de representantes: 36,4% são mulheres, e a faixa de idade do total dos respondentes é de 27,3% entre 40 e 49 anos, 6,1% entre 30 e 39 anos, e 9,1% entre 18 e 29 anos. Isso mostra, mesmo que pouco expressiva, uma visão de pessoas mais jovens tanto na idade como também dentro do sistema.

6.1.2 Composição do CBH

No processo de implantação de cada comitê, procedimentos que visam sua criação, organização e funcionamento são respaldados, de acordo com a Lei de Águas (Lei nº 9.433/1997) Art. 39º e a Resolução CNRH n.º 5/2000 Art. 8º. O quantitativo de membros é definido por consenso, pois não tem limite definido pela legislação vigente, mas a Resolução CNRH n.º 5/2000 estabelece regras específicas para a proporção dos representantes, que é referência para as normas estaduais:

- poderes executivos da União, Estados, DF e Municípios, obedecido o limite de 40% do total de votos;
- entidades civis, proporcional à população residente no território de cada Estado e DF, cujos territórios se situem, mesmo parcialmente, em áreas de atuação do Comitê, com pelo menos, 20% do total de votos, garantida a participação de pelo menos um representante por Estado e DF;
- usuários dos recursos hídricos, equivalente a 40% do total de votos.

A composição de um comitê deverá refletir os múltiplos interesses com relação às águas da bacia. Como demonstrado na Tabela 1, cada CBH tem um quantitativo de membros titulares e suplentes conforme seu regimento interno preconiza na composição do plenário. Os CBH em estudo são compostos por membros titulares e suplentes, sendo sua estrutura

paritária constituída pelo poder público, pelo setor dos usuários de água de sua área de atuação e dos representantes das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

Tabela 1 – Número de representantes estabelecidos no Regimento Interno de cada CBH

Comitê de bacia hidrográfica	Sociedade civil	Poder Público	Usuários
Médio Paraíba do Sul	10	10	10
Piabanha	12	12	12
Rio Dois Rios	8	8	8
Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	10	10	10

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Todavia, a Lei das Águas remete aos regimentos internos do comitê a representação mais adequada e que atenda às especificidades de cada bacia.

O Art. 39 da Lei das Águas diz expressamente: “Os Comitês de Bacia Hidrográficas é composto por representantes:

I – da União;

II – dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III – dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV – dos usuários das águas de sua área de atuação;

V – das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, será estabelecido nos regimentos dos Comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.

A partir do Regimento Interno (RI), os representantes de instituições dos segmentos poder público, setor privado e organizações da sociedade civil são definidos conforme descrito a seguir no CBH do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, podendo ser entendido aos demais:

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 7º O CBH é integrado por:

I – representantes dos usuários da água de sua área de atuação, cujos usos dependem de outorga, diretamente ou através de suas entidades de representação de classe, e ainda entidades de representação de classe dos usuários da área rural refletindo, tanto quanto possível, sua importância econômica, estratégica, socioambiental, institucional e política na bacia e o seu impacto sobre os corpos hídricos;

II – representantes da população da bacia, através de associações, instituições, organizações e entidades constituídas legalmente há, pelo menos, dois anos, com atuação relacionada e comprovada a recursos hídricos ou meio ambiente, na sua área de atuação;

III – representantes dos poderes executivos municipais, situados, total ou parcialmente em sua área de atuação, e dos organismos executivos federais e estaduais atuantes na região e que estejam relacionados com os recursos hídricos ou meio ambiente;

Importante ressaltar que as vagas correspondentes às representações do poder público, usuários e da sociedade civil organizada não pertencem aos seus representantes como pessoas físicas, mas às entidades públicas ou privadas representadas.

6.1.3 Entidades representadas por CBH

O processo de escolha e credenciamento dos representantes é público, com ampla e prévia divulgação (Quadro 5).

Quadro 5 – Demonstrativo do número de representantes por entidades no G4

(continua)

CBH Médio Paraíba	CBH Rio Dois Rios	CBH Piabanha	CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
Número de representantes por entidades			
USUÁRIOS			
Abastecimento de água, Lançamento de efluentes, Energia, Indústria, Comércio, Serviços, Mineração, Agricultura, Pecuária, Aquicultura, Turismo e Lazer.	Turismo e Lazer Serviço de abastecimento e de saneamento dos municípios da bacia Indústria/ Mineração Agropecuária Geração de Energia Consórcios e Associações de usuários	2 (dois) setor de abastecimento urbano e tratamento de esgoto; 2 (dois) setor agricultura e uso pecuário; 6 (seis) setor de indústria e de prestação de serviços; 2 (dois) setor de hidroeletricidade e de mineração	2 (dois) Serviço de abastecimento e de Saneamento dos Municípios da Bacia 2 (dois) Indústria, Comércio e Serviços 2 (dois) Agropecuária 1 (um) Petróleo e Gás 1 (um) Energia Hidroelétrica 1 (um) Mineração 1 (um) Setor Pesqueiro (Artesanal / Industrial); Transporte Hidroviário; ou Turismo e Lazer

Quadro 5 – Demonstrativo do número de representantes por entidades no G4
(conclusão)

CBH Médio Paraíba	CBH Rio Dois Rios	CBH Piabanha	CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
Número de representantes por entidades			
SOCIEDADE CIVIL			
Organizações Técnicas, Associações Profissionais, Instituições de Ensino, Instituições de Pesquisa, ONGs, indígenas e quilombolas.	Instituições de Ensino e Pesquisa Associações da sociedade civil com vínculo em Recursos Hídricos e Meio Ambiente Associações Técnico-científica	5 (cinco) organizações não governamentais; 4 (quatro) entidades de ensino e pesquisa; 2 (duas) entidades representativas de profissionais liberais; 1 (uma) associação e/ou sindicato de classe.	4 (quatro) Associações da Sociedade Civil Organizada com interesse comprovado ou vínculo em Recursos Hídricos 3 (três) Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa de preferência universidades ou congêneres 3 (três) Associações Técnico-Científicas de Recursos Hídricos
PODER PÚBLICO			
Municipal, Estadual, Federal.	Órgão Executivo do poder Estadual Órgão Executivo do poder Municipal ou consórcios de Municípios Órgão Executivo do poder Federal	1(um) Poder Federal 1(um) Poder Estadual 10 (dez) Poder Municipal	7 (sete) Poder Público Municipal 2 (duas) Poder Público Estadual 1 (uma) Poder Público Federal

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir das informações obtidas no site de cada CBH.

No levantamento de dados quantitativos, obtidos pelo questionário, buscamos identificar qual setor o respondente representa dentro do plenário. Este é o órgão máximo deliberativo, constituído por membros titulares, podendo cada titular ter um suplente. O documento que consolida o conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o funcionamento de cada CBH é o RI. Sendo assim, a quantidade de titulares e suplentes e a forma de substituição estão previstas nesse documento.

Importante destacar que o suplente não tem poder de voto, mas tem direito à voz nas plenárias. Além disso, as vagas correspondentes às representações dos setores não pertencem

aos seus representantes como pessoas físicas, mas às entidades representadas que poderão ser substituídas a seu critério e a qualquer momento.

Do total de membros respondentes do questionário de pesquisa, 100% (42) eram representantes titulares, porém nenhuma participação da representação do segmento usuário da água. atuantes dos diferentes segmentos do CBH.

A seguir encontramos os seguintes percentuais e números de participação que ordenamos do menor para o maior número por segmentos:

- poder público: federal (0%);
- poder público estadual (12,1%);
- poder público municipal (42,4%);
- empresas privadas (0%),
- empresas públicas (0%);
- sociedade civil ONGs Ambientais (18,2%);
- universidades (18,2%);
- outras Associações (9,1%).

Embora os quantitativos de membros participantes do questionário não sejam representativos do total de membros envolvidos, destacamos a participação de 2/3 do poder público municipal diante das sete outras categorias com apenas 1/3 de participação.

6.1.4 Variações na inclusão de membros e seus depoimentos por CBH

Após comentários dos Regimentos Interno (RI) do G4, foi possível observar, conforme o Quadro 1, que há variações na inclusão dos membros. Essa variação também é descrita de forma diferente no RI e provavelmente está ligada à característica econômica e social da regional. Também foi possível observar que, em alguns comitês, há um número maior de vagas para titulares que não foram preenchidas. Essa observação foi realizada no momento do levantamento das listas de membros, entretanto, não foi realizada análise de percentual de ocupação das vagas. Como exemplo, apesar do RI prever um quantitativo de representantes, a relação de participantes é menor, como pôde ser quantificado: CBH-MPS 30/29 membros; CBH-Rio Dois Rios 24/22; CBH-Piabanha 36/29; CBH-BPSI 30/29, respectivamente. Cada CBH é constituído pelas seguintes instâncias, sendo o Quadro 6:

Quadro 6 – Demonstrativo das Instâncias que compõem cada CBH

CBH Médio Paraíba	CBH Rio Dois Rios	CBH Piabanha	CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
I - Plenária; II - Diretoria; III - Câmaras Técnicas; IV - Grupos de Trabalho;	I - Plenário; II - Diretório Colegiado; III - Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho	I - Plenário; II - Diretório Colegiado; III - Presidência IV - Secretaria Executiva V- Câmaras Técnicas; VI - Grupos de Trabalho e de Acompanhamento.	I - Plenário; II - Diretório III - Câmaras Técnicas Consultivas.

Fonte: A autora (2023) a partir de dados obtidos pelo site de cada CBH (2022).

No Quadro 6 nota-se a forma heterogênea como cada comitê sinaliza suas instâncias. Foi estabelecido o padrão para essa busca em identificar qual instância do comitê o respondente faz parte. São eles: plenária, diretoria e membro da câmara ou grupo de trabalho. O resultado obtido foi, respectivamente, 31,3%, 21,9% e 46,9%. Quanto ao tempo de participação que desses membros em CBH, recebeu o destaque no grupo de três anos ou menos (43,8%), de 4 a 7 anos (21,9%), de 8 anos ou mais (34,4%). Quanto ao próprio julgamento quanto à atuação na participação intensa nas discussões/atividades (45,2%), participação moderada (35,5%), participação baixa (16,1%), outros (3,2%), os respondentes da pesquisa compreenderam CBH-MPS (37,5%), CBH-Piabanha (15,6%), CBH-Rio Dois Rios (25%) e CBH-BPSI (21,9%).

Em suma, o papel dessas representações visa aproximar as diferenças de interesses a respeito da água, todavia, assegurando o uso sustentável para essa geração, como também para as futuras. Está dentre as suas competências, então, coordenar os múltiplos usos dos recursos hídricos e debater sobre a integração entre as políticas públicas que têm no uso das águas um vigoroso e contínuo diálogo, visando minimizar o problema central que motiva tantos estudos e preocupações acerca de uma dita provável “crise da água”, que é a forma como o recurso está distribuído, e não a escassez em termos absolutos (Tatemoto, 2011).

Para Pahl-Wostl (2007), mesmo que a escassez hídrica potencialize o surgimento de conflitos, a forma de se gerenciar a água, a existência de interesses distintos e a variabilidade climática (Riveira *et al.*, 2016) são fatores que também contribuem para o aumento da tensão entre seus usuários e demais partes interessadas.

Buscando conhecer se consideram existir situações de conflitos entre os quatro comitês de bacia, os respondentes que afirmam a existência de conflito totalizaram 28,1% e os que consideram não existir somaram 71,9%. Quanto à existência de cooperação entre os quatro comitês de bacia, os respondentes que consideram existir cooperação totalizam 83,9% e os que não consideram existir somam 16,1%. No entanto, a cooperação é muito mais fácil de ser atingida na percepção dos respondentes do que a existência de conflito. Tatemoto (2011) concluiu que a cooperação depende da existência de algum grau de conflito, já que, a partir dele, desenvolvem-se os esforços para equacionamento dos problemas a partir de regras estabelecidas entre as partes; mas graus extremos de conflito são impeditivos para a cooperação, uma vez que geram grande indisposição entre as partes, minimizando as possibilidades de negociação.

A partir da opinião explicitada nas respostas dos atores a seguir foi possível observar que a relação conflituosa entre os comitês fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul com o comitê Guandu é relevante, tendo em vista a transposição existente no rio Paraíba do Sul a fim de atender a região metropolitana carioca e a toda sua demanda populacional e econômica, como também a insatisfação com compensação financeira e mitigação de impactos causados a jusante da água retirada na transposição.

De forma a complementar esta seção apresentamos depoimentos obtidos dos atores que atuam nos comitês de bacia hidrográfica sobre a percepção da existência de conflitos e cooperação na governança das águas na região fluminense da bacia do rio Paraíba do Sul. Complementando as coletas de dados anteriores, os depoimentos a seguir foram obtidos pelos atores membros do CBH, isto é, representantes dos segmentos: poder público, usuário e sociedade civil, em resposta ao questionário intitulado *Histórico de situação de conflito e cooperação na governança das águas na região fluminense da bacia do rio Paraíba do Sul* (Apêndice A), no que se refere à pergunta aberta sobre o que confirma a existência de conflito entre o G4, seguem alguns depoimentos para corroborar com os focos de conflito “Disputa pela água”, “Insatisfação com repasse financeiro”, “Dano Ambiental”.

As questões de vazão do rio Paraíba são geradoras de conflito entre o G4.

Vejo que precisa reorganizar o sistema hídrico do rio Paraíba do Sul na região Fluminense por causa da transposição, incluindo projetos de reposição pela perda e cobrar mais recursos financeiros desses beneficiados com a água do rio Paraíba do Sul para compensar e mitigar impactos causados a jusante da água retirada na transposição, e incluindo bacias do Estado de MG nesta compensação adicional.

Eu sou membro titular recente no CBH-BPSI. Antes disso, acompanhei algumas reuniões como ouvinte, onde me recordo de conflitos referentes à transposição das

águas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu. Enquanto isso, em situação de escassez hídrica e redução das vazões afluentes, a foz sofre com o avanço da intrusão salina, o que causa interrupções eventuais no abastecimento humano do Município de São João da Barra. Além disso, minha impressão é que a maioria dos recursos financeiros são destinados aos comitês dos alto e médio Paraíba do Sul, em detrimento do CBH-BPSI.

Algum conflito existe em relação à transposição para o Guandu. O recurso financeiro que o comitê Guandu recebe com a água da transposição deveria ser direcionado ao G4, pois a água é do Paraíba do Sul.

Dois motivos geram os conflitos e disputa entre os comitês recursos e sua distribuição.

Um fator de conflito é a entrega de água para o comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, em função da transposição para a região hidrográfica do Guandu.

Outros depoimentos com apontamentos sobre existência de conflitos entre o G4:

Percebo que os interesses são conflitantes dentro das perspectivas de que os territórios que abrangem os comitês são diferentes.

Para mim a falta de sinergia entre os Comitês é geradora de conflitos.

As questões de sobreposição de bacias, Guandu e Paraíba do Sul são situações que geram conflito.

Considero as atuações fragmentadas, sem o pensamento sistêmico de “bacia hidrográfica”. Isto é, cada comitê voltado ao seu próprio interesse.

[...] há dificuldades entre eles em relação ao comitê Guandu e com relação ao Médio Paraíba do Sul.

No que se refere à pergunta aberta sobre o que confirma a existência de cooperação entre o G4, seguem alguns depoimentos para corroborar com os focos de cooperação “Elaboração de Instrumento de Gestão”, “Parceria financeira para Gestão”, “Mobilização para fins de recursos” e “Aplicação de recursos”.

Uma cooperação entre o G4 foi a último Plano de Bacia Integrado, apesar de haver senões de minha parte quanto a essa integração.

Existe cooperação entre as Secretarias Executivas dos Comitês.

Eles cooperam participando do mesmo Contrato de Gestão com AGEVAP, secretaria executiva dos comitês.

Eles cooperam participando de discussão e acompanhamento do Contrato de Gestão; na troca de experiências como: a elaboração dos Atlas de microbacias de cada Comitê, a Contratação de serviços em conjunto, a divisão de despesas e realização de eventos; as parcerias firmadas com o Ministério Público - RJ, etc.

Eles cooperam na participação em reuniões de Fórum Fluminense de Comitê de Bacia com objetivo de aumentar a compensação que existe no Sistema Guandu pela água que é retirada do Rio Paraíba para o Rio de Janeiro.

Uma cooperação entre eles foi o Plano de Bacia construído de forma integrada para ser executado buscando alinhar ações, eles se reúnem com frequência e buscam alinhar seus interesses em comum.

A cooperação entre eles já é evidente porque todos os comitês ligados à AGEVAP/CEIVAP têm objetivos comuns, participam de editais que envolvem toda a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e, através de seus representantes junto à AGEVAP discutem prioridades de investimentos entre outros projetos.

O G4 realiza eventos em cooperação e fazem discussões conjuntas pelo fato de ter o mesmo contrato de gestão, daí a importância de discutirmos algumas questões em conjunto. Mas considero que esta interação poderia ser maior para fins de fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos.

O G4 está no mesmo Contrato de Gestão com a AGEVAP. Eles se integram entre demandas únicas como saneamento, recuperação de áreas degradadas e na luta pelos recursos de compensação pela transposição para o rio Guandu e cooperam em organização de Eventos.

Seguem os depoimentos que corroboram com os focos de cooperação: “Compartilhar conhecimento”, “Participação em evento/ capacitação”, “Instituições de ensino/pesquisa base para conquista”, “Elaboração de publicações periódicas informativas”, “Aproximação entre instituições “melhorar comunicação”, “Elaboração de projetos e ações” e “Organização de eventos”:

Temos pontos de interesse em comum, que geram cooperação - por exemplo, estudos e projetos em microbacias contíguas na divisa dos CBHs R2R e Piabanha.

Há um início de tratativas em relação às intervenções nas microbacias hidrográficas dos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis, visando à implementação de projetos de estímulo à conservação de água e solo.

Recordo-me da participação de alguns comitês supracitados em um evento sobre gestão de recursos hídricos com a temática voltada a secas e/ou estiagem, organizado pelo CBH-BPSI, além de outros eventos similares.

Existe entre eles a comunicação e ponte para fortalecimento das temáticas principais relativas à água.

Recordo-me a cooperação na participação do Município de São Fidélis no Protratar/CEIVAP edição 2021 ocorreu mediante apoio dos CBH R2R e CBH BPS, sendo o município um dos vencedores do Edital. Cooperação similar aconteceu no Protratar 2020 com o município de Trajano de Moraes, desclassificado na etapa final.

Eles cooperam na busca de maior equilíbrio em relação ao impacto da transposição do Guandu; atuando junto ao Fórum Fluminense de Comitê de Bacia Hidrográfica; realizaram ações junto ao Ministério Público relativas aos recursos arretados pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Eles cooperaram entre si na busca e troca de informações importantes para a gestão hídrica.

Destaco entre eles a cooperação técnica.

Eles participam em acordos nas discussões durante as reuniões do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias.

Eles cooperam em troca de experiências exitosas em eventos científicos.

Eles cooperam em participação conjunta em várias ações e atividades dos comitês.

Eles cooperam nas ações para preservação dos recursos hídricos.

Para mim as cooperações entre os comitês em sua maioria referem-se à organização de eventos, trocas de conhecimentos e capacitação técnica.

A cooperação entre o G4 ocorre na troca de informações e parcerias em geral.

Em vista desses depoimentos, foi possível o primeiro contato com as questões geradoras de conflito e àquelas questões em que a cooperação estava presente dentro desse parlamento, na percepção dos membros que atuam dentro do CBH, tornando-se mais claro o entendimento desta autora para o segundo momento da pesquisa na busca de evidências a partir da leitura das atas das reuniões.

6.1.5 Percepções dos atores que atuam na delegatária dos CBHs fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul

Na função de secretária executiva do Comitê de Bacia, a Agência de Água é a responsável pelo suporte administrativo para o funcionamento do colegiado, atuando em área limitada pela bacia hidrográfica. Suas atribuições são locais, técnicas e multiespecializadas, além de manter contínuo apoio ao funcionamento do comitê da respectiva bacia. Logo, de forma articulada e cooperativa, exerce suas funções para que as decisões tomadas sejam adequadamente embasadas em estudos técnicos, permitindo a harmonização dos usos da água na bacia. Deve principalmente ser a executora ou indutora de ações necessárias à preservação, conservação ou recuperação dos recursos hídricos. E ainda, organizar as reuniões, efetuar a divulgação prévia de estudos subsidiários à tomada de decisão, comunicá-las à sociedade e manter atualizada e disponível informação sobre a execução dessas deliberações onde atua.

A presença das Agências de Água foi regulamentada pela Lei n.º 9.433 (Brasil, 1997), que também pode ser reconhecida a nível estadual como Agências de Bacia. Tanto para a União como para os Estados sua competência é de caráter técnico e executivo.

Já os Comitês têm competência deliberativa, propositiva e consultiva, mas não de execução. Apesar de ser ente Estadual, não possuem personalidade jurídica, daí a importância da existência da secretaria executiva. Todavia, a mesma legislação estabeleceu que houvesse viabilidade financeira para criação dessas agências, instituindo, assim, a cobrança pelo uso das águas em sua área de atuação, o que proporcionaria suas atividades. Ao ter implantado a cobrança pelo uso da água e instalado a agência de água, ambas as ações fortalecem o exercício da função do Comitê de Bacia de forma plena.

De 12 atores atuantes na Agência de Água no momento da pesquisa, 7 (58,33%) responderam ao questionário, sendo 85,7% homens e 14,3% mulher. 71,4% têm título de mestre ou doutor e 28,7% têm o ensino superior completo. Em relação à faixa de idade, 85,7% têm de 30 a 39 anos e 14,3% de 40 a 49. O tempo de experiência em atuação na gestão de recursos hídricos informa 8 anos ou mais (50%), 3 anos ou menos (33,3%) e 4 a 7 anos (16,7%). Esse resultado, obtido a partir da aplicação do questionário (Apêndice B), partiu das respostas dos atores que atuam nas delegatárias dos diferentes CBH. Sendo assim, do total dos respondentes (14,3%) Médio PS, 28,6% Piabanha, 28,6% Rio Dois Rios, 28,6% Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Com base nas respostas desses atores ao questionário, é possível afirmar que 57,1% consideram ter conflito e 100% cooperação entre os quatro CBH fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul e Itabapoana, conforme resposta à pergunta aberta feita no questionário (Apêndice B). Seguem os depoimentos que corroboram com os focos de conflito “Disputa pela água” e “Insatisfação com repasse financeiro”.

Não diretamente entre os 4 CBHs afluentes, mas há conflitos entre os CBHs e o CEIVAP e Guandu, basicamente por conta da transposição em Santa Cecília que compromete a vazão do Paraíba nos CBHs afluentes.

No caso do CBHBPSI o conflito em destaque são as transposições ocorridas no trecho inicial do Rio Paraíba do Sul e a transposição no trecho inicial do Rio Macabu.

Os conflitos não são fáceis de serem descritos, pois eles ficam ocultos na falta de consenso. Mas há situações de conflitos (falta de consenso), por exemplo, sobre a definição das prioridades para cada CBH. E também há falta de consenso sobre reiteradas tentativas de manifestações do FFCBHs, onde há uma tentativa de assimilação da competência e altivez dos CBHs. Alguns CBHs não admitem que o FFCBH se posicione de forma contrária ao posicionamento do CBH quando sua posição é minoritária em relação aos pares.

Os depoimentos que corroboram com o foco de cooperação: “Elaboração de Instrumento de Gestão”, “Parceria financeira para Gestão”, “Mobilização para fins de recursos” e “Aplicação de recursos” são:

Contrato de Gestão - Medidas emergenciais para garantir o funcionamento do CG e do sistema estadual em situações de crises financeiras como foi o caso do contingenciamento dos recursos do FUNDHI no governo do Pezão, dentre outras situações emergenciais. - Eventos em conjunto (ECOB e outros eventos avulsos) - Revisão dos respectivos Planos de Bacia associados ao Plano Integrado do Paraíba do Sul (PIRH).

Recordo do episódio de um posicionamento do fórum fluminense de CBHs que foi comunicado como sendo consensual entre os quatro comitês. O posicionamento do cbh-r2r foi ignorado, comunicado a posteriori através de carta do comitê.

Ações de articulação no âmbito do Fórum Fluminense voltadas a assuntos estratégicos, a elaboração do Plano de Bacias que foi realizada de forma articulada e conjunta e ações de priorização de áreas para restauração de mananciais, seguindo critérios semelhantes. Além dessas a elaboração de Atlas das RHs que iniciou no Médio Paraíba e se replicou nos demais comitês.

O fato de possuírem contrato de gestão com a mesma delegatária (agevap) permite que a troca entre seus profissionais aconteça de forma rotineira, compartilhando e colaborando com informações, experiências, documentos. Além disso esses comitês buscam atuar de forma alinhada na política de gestão de recursos hídricos, principalmente em instâncias como fórum de comitês, ceivap e no diálogo com entes do poder público.

Os depoimentos que corroboram com o foco de cooperação: “Compartilhar conhecimento”, “Participação em evento/capacitação”, “Instituições de ensino/pesquisa base para conquista”, “Elaboração de publicações periódicas informativas”, “Aproximação entre instituições “melhorar comunicação”, “Elaboração de projetos e ações” e “Organização de eventos” são:

Os comitês são bastante articulados entre si e bastante atuantes no fórum fluminense de comitês de bacia hidrográfica (FFCBH). Também apresentam boa articulação entre si nas pautas do comitê federal, Ceivap. A troca de experiências entre comitês é muito frequente, iniciativas de sucesso são frequentemente replicadas como por exemplo o atlas da bacia, publicação técnica sobre o Território. O fato de todos serem atendidos por uma mesma delegatária, AGEVAP, ajuda muito nessa integração e troca de experiências. A revista quatro águas é uma publicação conjunta muito interessante, por exemplo.

Recentemente os comitês realizaram uma atividade integrada no projeto da “Nascente a Foz”, destaco também a criação de eventos e seminários em conjunto como o ECOB.

Atuação conjunta para organização de eventos, seminários e também para o desenvolvimento de projetos. Um exemplo é a atuação conjunta para contratação de elaboração de projetos de sistemas de esgotamento sanitário para os municípios das 4 regiões hidrográficas.

Praticamente em todas as situações eles cooperam entre si.

6.1.6 Percepções dos atores que atuam no Órgão Gestor: INEA e ANA

O perfil dos atores representantes dos poderes executivos e dos organismos executivos federais e estaduais atuantes no sistema de gestão de recursos hídricos tem alta qualificação profissional com formação em biologia e engenharia ambiental, sendo 100% mestre ou doutor, 50% homem e 50% mulher, com faixa de idade entre 40 e 49 anos. Residentes em capitais de Estado representam a ANA e o INEA, com atuação de oito anos ou mais no SGRH. Além disso, 50% consideram a existência de conflitos entre o G4 e relatam o motivo: “Condição de entrega da água em padrões de qualidade e quantidade.” Porém, 100% dos respondentes consideram a existência de cooperação, destacando as situações a seguir:

A construção de um único processo de planejamento na bacia (PIRH e PARH), que considerou as especificidades dos afluentes, permitiu o fortalecimento do processo participativo e decisório, garantia de um planejamento efetivamente integrado, permitindo maior aproximação entre os CBHs. No PIRH temos várias ações compartilhadas entre os CBHs que visam a diminuição de conflitos na bacia.

Signatários de um mesmo contrato de gestão com o Inea e a Agevap.

A partir da coleta desses depoimentos foi possível o primeiro contato com as questões geradoras de conflito e com aquelas em que a cooperação estava presente dentro desse parlamento. Em torno desse arranjo institucional, detectado provavelmente no cotidiano desses órgãos participativos tanto na visão dos atores que atuam no CBH e que atuam na delegatária como aqueles atores que atuam no órgão gestor, este representado pelo INEA e pela ANA, todo esse compilado de informações tornou mais claro o entendimento para o segundo momento da pesquisa na busca de evidências de conflito e cooperação, com base na leitura das atas das reuniões.

7 MODELO ANALÍTICO DE ATAS: FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO POR CATEGORIA

O Modelo Analítico de Atas foi criado para ampliar a compreensão sobre os aspectos mencionados pelos comitês ou pelo Fórum nas Atas, de acordo com as categorias Poder, Valor e Informação, sob o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Nesse modelo, apresenta-se a metáfora “foco”, referente ao que foi considerado relevante (chamando a atenção como um foco de luz). Ela se propõe a ressaltar as especificidades dessas três categorias e situar trechos de cada uma das cinco plenárias – quatro comitês e um Fórum – presentes nas 370 atas, conforme apresentado na subseção 4.2 desta tese.

Convém destacar que a noção de “foco” como metáfora não pertence à Análise de Conteúdo de Bardin, visto que serve como um método para destacar quantitativa e qualitativamente as categorias (Poder, Valor e Informação) nas plenárias. Dessa maneira, a metáfora permite comparar, de modo transversal, tanto os comitês entre si quanto os comitês com o Fórum. Essa visão panóptica sobre os conteúdos das atas será a contribuição desta pesquisa para especialistas e pesquisadores da área. Ademais, a descrição também concentra dez anos de conteúdos, possibilitando perceber as “personalidades dos conteúdos” de cada plenária.

Sendo assim, esta seção compõe-se de seis etapas de construção: a) leitura das atas; b) busca por categorias representativas em qualquer ata; c) identificação de trechos, em todas as atas, afins com as categorias Poder, Valor e Informação; d) composição de tabelas dos comitês e do Fórum; e) comentários dos comitês e do Fórum; e f) descrições quantitativas e qualitativas dos focos dos conteúdos. O conjunto de etapas possibilitou classificar e destacar dinâmicas conflitantes ou cooperativas entre os atores públicos e privados. Além disso, esta seção apresenta a dinâmica das relações pragmáticas de conflitos e cooperações entre cinco plenárias, configurando um recorte da PNRH.

No tocante ao Modelo Analítico, cabe salientar que não serão feitas proposições interpretativas, mas descritivas dos conteúdos das atas, conforme as categorias gerais encontradas no “foco”. A metáfora permitiu, portanto, uma visão capaz de não só destacar situações de conflito e cooperação, mas também de estabelecer relações entre os atores, os temas e os territórios, ressaltando situações principais e secundárias.

Os “focos” selecionados ao longo das atas, sob a ótica da autora da pesquisa, estão organizados em três categorias: Poder, Valor e Informação. A visão categorial de trechos

representativos de conflitos e cooperações, registrados nas 370 atas, está descrita de forma sistemática em cinco subseções. Elas, por sua vez, desdobram-se conforme o número de focos intermediários, existentes ou não, em cada categoria, sendo identificados e comentados quando possível. A nomenclatura “conteúdo” refere-se ao trecho registrado em quaisquer Atas de Reuniões Ordinárias (RO) e Extraordinárias (RE) de cada comitê.

Tendo em vista o posicionamento desta pesquisadora enquanto cidadã, mãe, enfermeira e professora, que nunca havia se deparado com os problemas hídricos em tela, e com base nos critérios metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), emergiu um questionamento com perspectiva de ser resolvido:

Se o Sistema de Recursos Hídricos – que ainda enfrenta problemas básicos e estruturais de proposta política da água democrática e participativa – considera e utiliza dados de análise das reuniões do Fórum Fluminense, em que quatro CBHs fluminenses estão entre os nove constituintes do Fórum, por que esses CBHs não têm representação no Sistema de Recursos Hídricos? Onde ocorrem as articulações (de Poder, Valor e Informação), visando ao fortalecimento do grupo?

A identificação de cada “foco” tornou possível construir o arcabouço da pergunta anterior. No entanto, ocorreram dúvidas quanto à organização dos “focos”, conforme se observa no depoimento:

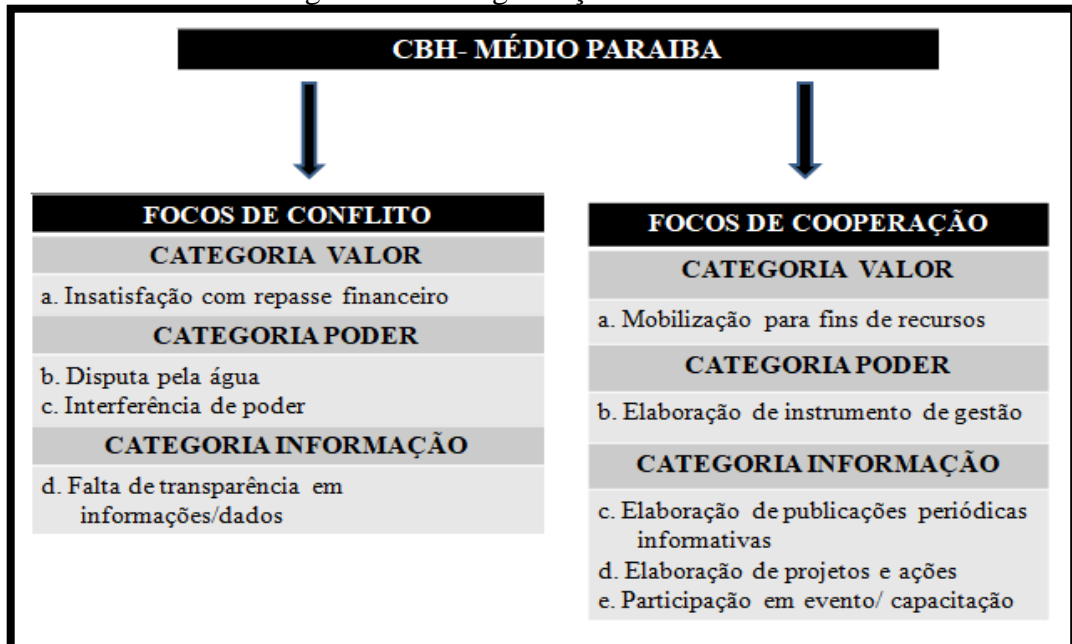
Foi nesse exercício metodológico que pude reconhecer o poder, o valor e a informação de cada Ata. Seus conteúdos estão presentes em cada um dos focos a serem apresentados, fazendo-me perceber o quanto foram fundamentais para despertar meu olhar não só de doutoranda. Por isso, gostaria que meu trabalho, depois de concluído, também despertasse o olhar acurado dos especialistas ou pesquisadores na área, contribuindo para que esse exercício possa, de fato, contribuir para desatar os focos encontrados ao longo da pesquisa.

Nas próximas subseções, estão ilustrados os quadros individualizados por CBH, objeto desta pesquisa, e todos os focos de conflito e cooperação identificados e categorizados.

7.1 CBH-MPS – FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO

Na Figura 10 são apresentadas as categorias, com seus respectivos focos de conflito e de cooperação, do CBH MPS.

Figura 10 – Categorização do CBH MPS



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Os focos de conflito e cooperação, ilustrados na Figura 10, serão apresentados por categoria, com base no método de análise aplicado às Atas das plenárias do CBH-MPS. A primeira categoria será Valor.

7.1.1 Categoria “Valor” – CBH-MPS

O Quadro 7 apresenta o foco de conflito na categoria Valor do CBH MPS com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 7 – Resumo das evidências observadas no foco de conflito “Insatisfação com repasse financeiro” do CBH MPS

FOCO DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Insatisfação com repasse financeiro	<p>Valor do repasse pela transposição Guandu em relação ao que recebe de água</p> <p>Luta pela divisão dos recursos da transposição Guandu</p> <p>Insatisfação com condução da aprovação da Resolução que respalda a partilha dos recursos da Transposição Guandu</p> <p>Arresto do recurso dos CBH pelo governo do Estado e forma de devolução inviabilizando o funcionamento do Sistema</p> <p>Documento do CEIVAP sem considerar a tratativa do colegiado acerca da cobrança da transposição para o Guandu.</p> <p>OBS: Em todos os casos identificados de insatisfação com repasse financeiro foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Interferência de Poder esteve presente.</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Em 2012, no início das tratativas relacionadas ao repasse financeiro, os representantes de cada segmento, reunidos na plenária da 8ª RO, fizeram referência a um repasse pequeno referente ao percentual de água da transposição para o rio Guandu e discutiram a necessidade de revisão da Resolução n.º 18. Surgiu, então, a proposta da criação de um Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Transposição de Bacia. Para surpresa da maioria presente, foi revelado que esse grupo já havia sido criado entre 1999/2000, o que o tornava desconhecido por não ser atuante.

Em 2015 a fala: “entrar na luta pela divisão dos recursos da transposição para o Guandu” é destaque na 9ª RE. Desse modo, traz à tona a insatisfação com o repasse financeiro em vigor naquele momento.

Ainda em 2015, as análises mostraram, na ata da 19ª RO, um conflito referente ao repasse financeiro do Guandu para o CEIVAP, sendo considerado um absurdo por uma representante do CBH. Isso porque ele recebe 85% da água do Rio Paraíba do Sul e, a partir de 2017, queria manter o repasse de 15% para o CEIVAP e adicionar mais 5% em projetos divididos entre os CBHs afluentes. A representante afirmou, ainda, interferência de poder, tendo em vista que não havia representação nem de MG nem de SP na reunião para esse fim. Apesar disso, a minuta da resolução foi aprovada, ignorando-se a resolução sugerida, na qual o repasse chegava a 25% em projetos para os CBHs afluentes, além de destinar 5% para os

afluentes e, desse percentual, 40% iam para o CBH-BPSI. Na Ata, há registro de que a representante abandonou a reunião e considerou-a uma falta de respeito para quem trabalha há tempos para produzir uma primeira proposta de resolução. Aplica-se, também, ao foco de conflito relativo à interferência de poder.

Em 2016, ocorreu uma discussão sobre o recurso do FUNDRHI arrestado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. O FUNDRHI é um fundo que viabiliza, no âmbito econômico, as diversas atividades e a gestão de recursos hídricos pelos CBHs. O fundo é gerido pelo Instituto Estadual de Ambiente (INEA) e financia a implementação dos instrumentos de gestão e o desenvolvimento de ações, programas e projetos do CBH. Naquele momento, criou-se, no estado do Rio de Janeiro, um decreto estadual que instituiu uma conta única para diversos fundos e incluiu nela os recursos do FUNDRHI.

Além de ter disponibilizado o recurso em ações e investimentos não específicos para os recursos hídricos para o qual ele foi criado, ainda culminou na total ausência de repasses desses recursos para as entidades delegatárias dos comitês ante a crise econômica vivenciada pelo Rio de Janeiro. Sendo assim, o estado tem uma dívida de mais de um milhão de recursos pertencentes à gestão de recursos hídricos a ser paga vagarosamente, o que impactou o repasse para a operacionalização das secretarias executivas dos CBHs.

Na tentativa de conter que o Governo estadual ficasse com o dinheiro do FUNDRHI em definitivo, em 2017, na Ata da 25ª RO, foi registrada a união dos CBHs, visando garantir a continuidade do sistema e deliberando acerca de recursos de projeto para custeio da delegatária. Além dessa ação, os CBHs chamaram o Ministério Público Estadual para uma reunião, a fim de movimentar com o grupo ambiental, chamado Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), uma ação civil pública para impedir a ação do Governo estadual junto ao recurso do FUNDRHI².

Por último, na Ata da 21ª RO/2016, uma representante informou a existência de um documento em nome do CEIVAP, em Brasília, encaminhado à Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB), o qual não retratava o que o colegiado solicitara acerca da cobrança da transposição para o Guandu. Aplica-se, também, ao foco de conflito relativo à interferência de poder.

O Quadro 8 apresenta o foco de cooperação na categoria Valor do CBH MPS com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

² Movimento de cooperação a partir de um conflito com a interferência do poder do Estado com o arresto do recurso do FUNDRHI que pertence aos CBHs. Estes se unem ao MPE e ao GAEMA, na tentativa de impedir o gasto desse recurso.

Quadro 8 – Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Mobilização para fins de recursos” do CBH MPS

FOCO DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA
Mobilização para fins de recursos	Resolução n.º 49/2015 dispõe sobre a prorrogação da AGEVAP como entidade Delegatária.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

A Resolução n.º 49/2015, por sua vez, dispõe sobre a prorrogação da AGEVAP como entidade delegatária (19ª RO/2015).

Na sequência, serão apresentados os focos de conflito e cooperação na categoria PODER, com base no método de análise aplicado às Atas das plenárias do CBH-MPS.

7.1.2 Categoria “Poder” – CBH-MPS

O Quadro 9 apresenta o foco de conflito na categoria Poder do CBH MPS com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 9 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Disputa pela água” e “Interferência de poder” do CBH MPS

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIAS OBSERVADAS NA ANÁLISE
Disputa pela água	Transposição de SP Escassez hídrica OBS: duas situações de conflito neste foco caberiam também: falta de transparência de informações e dados e Interferência de poder.
Interferência de Poder	Transposição de SP Beneficiamento de instituição OBS: 1-No Foco Disputa pela Água durante a análise foi possível observar a Interferência de poder na situação/ casos de escassez hídrica. 2-No Foco de conflito Insatisfação com repasse financeiro também foi possível observar a interferência de poder em torno das discussões do valor do repasse pela transposição Guandu em relação ao que recebe de água, Na Luta pela divisão dos recursos da transposição Guandu, Na Insatisfação com condução da aprovação da Resolução que respalda a partilha dos recursos da Transposição Guandu, No Arresto do recurso dos CBH pelo governo do Estado e forma de devolução inviabilizando o funcionamento do Sistema e também no Documento do CEIVAP sem considerar a tratativa do colegiado acerca da cobrança da transposição para o Guandu.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Por meio de observações na 12ª ata RO/2013, o conflito de disputa pela água é gerado pelas informações divergentes entre os estudos feitos e divulgados pelo CEIVAP e por São Paulo, para a transposição no Rio Paraíba do Sul. Cita-se na Ata que a ONG Nosso Vale, Nossa Vida (NVNV) moveu uma ação judicial a respeito do caso. É um tipo de conflito que poderia também ser categorizado como “Foco de Conflito por Falta de Transparência nas Informações/Dados”.

Essa temática, no plenário, acerca da transposição, continua recebendo destaque em 2014, como se observou nas atas 13ª, 14ª e 16ª da RO. O CEIVAP entrou no debate solicitando uma reunião com o representante da Agência Nacional de Águas (ANA). Discutiram, ademais, sobre os impactos que a transposição gerou para a região do CBH-MPS, bem como as condições do rio naquele momento em que se deliberava uma nova retirada de água. Essa discussão não foi detalhada nas atas, por isso a importância de completá-la com relatos dos entrevistados, a exemplo do que se segue:

A escassez hídrica no rio Paraíba do Sul é trazida para a discussão na 9ª RE/2015 pelo representante da AGEVAP. Porém, não está explícita a sua fala. Nesse mesmo período, a representante da ONG NVNV apresenta a escassez hídrica e o cenário alarmante dos reservatórios da bacia, alegando piorarem a crise. No segundo momento de discussão, ela mostra os baixos níveis do reservatório, comparando-os com a mesma época do ano anterior, de 22% para 9,4%, e debate as porcentagens dos recursos já discutidos sobre a transposição. Como os detalhes dessa discussão não constam descritos, buscaram-se informações em entrevistas (17ª e 19ª RO/2015). Em 2015, na 17ª RE, a deputada Inês Pandeló fala da sua luta contra a transposição.

Nesse sentido, cabe no foco de conflito relativo à interferência de poder. A representante da NVNV participou de reunião com representantes do INEA e do Instituto de Cultura e Técnica (ICT) e o presidente da ANA a respeito do pedido de transposição em São Paulo, sobre o qual o presidente não quis se posicionar. Do mesmo modo, cita ter vivenciado outras reuniões sobre a transposição do Rio Paraíba do Sul, e uma delas foi fechada com o presidente do CEIVAP (8ª RE/2014).

A mesma representante volta a fazer um relato na 32ª RO/2018, envolvendo uma “parceria” entre o Guandu e o CEIVAP. Ela explica que foi forçada, em uma reunião em que só estava o representante do CEIVAP, a aceitar o beneficiamento da empresa Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) e usa a expressão “de certa forma, ela pagaria com uma mão e receberia com a outra”. Diz, ainda, acreditar que, no futuro, o Tribunal de Contas questionará, e ela não queria ser julgada, pois achava errado tal procedimento.

O Quadro 10 apresenta o foco de cooperação na categoria Poder do CBH MPS com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 10 – Resumo dos tipos de focos de cooperação e de seus casos Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Elaboração de instrumento de gestão” do CBH MPS

FOCO DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIAS OBSERVADAS NA ANÁLISE
Elaboração de instrumento de gestão	Plano de Bacia CEIVAP – COHIDRO 2013 Resolução CBH MPS n.º 43/2014 Recomposição dos Grupos de Trabalho Plano de Bacia e acompanhamento do Contrato de Gestão (2021)

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Na análise dos documentos de 2013, foi possível destacar a produção do Plano de Bacia do CEIVAP e da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação (COHIDRO) (9ª RO/2013). A Resolução CBH-MPS n.º 43/2014 dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento do Contrato de Gestão. Esse grupo busca melhorias que confirmam mais liberdade ao CBH-MPS.

Em 2017, ocorreu a formação do novo Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Contrato de Gestão (27ª RO/2017). Já em 2020, na 38ª RO, discutiram-se as atribuições dos entes do Sistema de Recursos Hídricos e a alteração do contrato de gestão que designa a AGEVAP como delegatária. Em 2021, por fim, abordou-se a recomposição dos Grupos de Trabalho Plano de Bacia e Acompanhamento do Contrato de Gestão (17ª RE/2021).

Na sequência, serão apresentados os focos de conflito e cooperação na categoria Informação, com apoio no método de análise aplicado às atas das plenárias do CBH-MPS.

7.1.3 Categoria “Informação” – CBH-MPS

O Quadro 11 apresenta o foco de conflito na categoria Informação do CBH MPS com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 11 – Resumo das evidências observadas no foco de conflito “Falta de transparência nas informações/dados” do CBH MPS

FOCO DE CONFLITO	EVIDÊNCIAS OBSERVADAS NA ANÁLISE
Falta de transparência nas informações/dados	Veracidade de dados apresentados Transparência em edital (valores, critérios e meios de acompanhamento) OBS: No Foco de Conflito Disputa pela água na situação da Transposição em SP foi possível observar também que a Falta de transparência nas informações/dados estava presente.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Há um questionamento sobre a veracidade dos dados apresentados pela COHIDRO, empresa contratada para elaborar o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a respeito da porcentagem de esgoto tratado na região CBH-MPS do médio. Assim, foi necessário que a empresa refizesse a apresentação (12ª RO/2013). Outro questionamento remete aos critérios do edital do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – aos valores apresentados e à forma contratada para acompanhar o edital –, afirmando que este não está sendo seguido e que não há transparência (17ª RO/2015).

O Quadro 12 apresenta os focos de cooperação na categoria Informação do CBH MPS com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 12 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Elaboração de publicações e periódicos informativos”, “Elaboração de projetos e ações” e “Participação em evento/ capacitação” do CBH MPS

FOCOS DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE CASOS IDENTIFICADOS
Elaboração de publicações e periódicos informativos	Boletim informativo digital Revista
Elaboração de projetos e ações	Cooperação G2 CBH MPS e CBH BPSI onde o BPSI pede o projeto Pedal Pelas Águas para adaptar a sua realidade Cooperação G2 CBH MPS e CBH PIABANHA no projeto de tratamento de esgoto Eleição de diretoria via online exitosa realizada pelo CBH Piabanha
Participação em evento/ capacitação	Cooperação G2 CBH MPS e CBH PIABANHA em oficina elaborada pelo PIABANHA em 2013 Evento ECOB

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Buscar evidências de cooperação entre os quatro CBHs fluminenses afluentes do Rio Paraíba do Sul em 2013. Houve referência à relevância da Rede Rios para estabelecer a

comunicação entre os CBHs. Contudo, não foi possível identificar essas importâncias descritas em ata.

Outra evidência aconteceu entre o CBH-MPS e o CBH-BPSI, em que este solicita o projeto Pedal pelas Águas para adaptar à sua realidade. CBH-MPS e CBH-PIABANHA, no projeto de tratamento de esgoto e eleição on-line de Diretoria exitosa, realizada pelo CBH-PIABANHA.

A participação do CBH-MPS em oficina elaborada pelo CBH-PIABANHA gerou Cooperação G2, pois foi produtiva (11ª RO/2013).

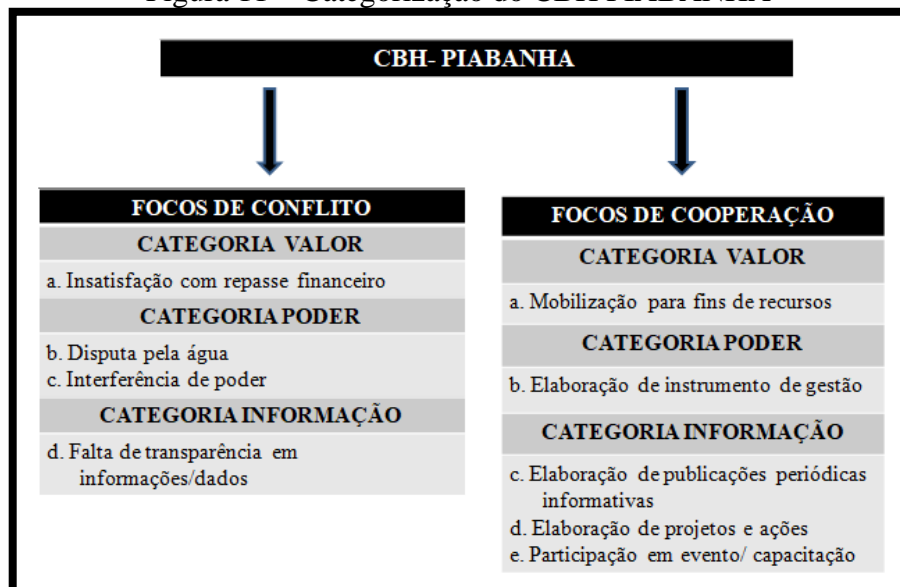
Outro evento com cooperação é o Encontro de Comitê de Bacia (ECOB), com participação do CBH. Embora manifestem ideias diferentes, os grupos participaram com afinco, reiterando a importância do envolvimento dos CBHs (27ª RO/2017).

Encerrada a descrição dos dados evidenciados no exame das atas do CBH-MPS, descrevem-se os achados referentes à análise das atas do segundo comitê de interesse, o CBH-PIABANHA, utilizando-se o mesmo modelo analítico para a classificação dos focos de conflito e cooperação.

7.2 CBH-PIABANHA – FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO

Na Figura 11 são apresentadas as categorias, com seus respectivos focos de conflito e de cooperação, do CBH MPS.

Figura 11 – Categorização do CBH PIABANHA



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Os focos de conflito e cooperação, ilustrados na Figura 11, serão apresentados por categoria, com base no método de análise aplicado às atas das plenárias do CBH-PIABANHA. A primeira categoria será Valor.

7.2.1 Categoria “Valor” – CBH Piabanha

O Quadro 13 apresenta o foco de conflito na categoria Valor do CBH PIABANHA com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 13 – Resumo das evidências observadas no foco de conflito “Insatisfação com repasse financeiro” do CBH PIABANHA

FOCO DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Insatisfação com repasse financeiro	Valor do repasse pela transposição Guandu em relação ao que recebe de água Luta pela divisão dos recursos da transposição Guandu Insatisfação com condução da aprovação da Resolução que respalda a partilha dos recursos da Transposição Guandu Arresto do recurso dos CBH pelo governo do Estado e forma de devolução inviabilizando o funcionamento do Sistema Documento do CEIVAP sem considerar a tratativa do colegiado acerca da cobrança da transposição para o Guandu.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Em 2016, na ata da 51º RO já há apontamento do bloqueio dos recursos do FUNDRHI, mas sem posicionamento do INEA naquela ocasião. A discussão sobre a falta de repasse para os Comitês pelo arresto feito pelo estado do RJ registro na 53º RO.

O Quadro 14 apresenta o foco de cooperação na categoria Valor do CBH PIABANHA, com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 14 – Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Mobilização para fins de recursos” do CBH PIABANHA

FOCO DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA
Mobilização para fins de recursos	RESOLUÇÃO CBH PIABANHA n.º 12/2010 RESOLUÇÃO CBH PIABANHA n.º 30/2015 Aporte financeiro para contratação projetos aprovados

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Na 48º RO de 2015 aprovam a Resolução CBH-Piabanha n.º 30, de 18 de agosto de 2015, dispõe sobre a prorrogação da delegação à associação das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP das funções inerentes à Agência de Águas do Comitê Piabanha sobre o aporte de recurso para operacionalizar o contrata de gestão até dezembro de 2020.

Na 46ª RO de 2015, por meio da mobilização através da AGEVAP, foi feito contato com o G4 para aporte financeiro de cada comitê de R\$ 200.000,00 para possível contratação de mais três ou quatro projetos aprovados em edital.

7.2.2 Categoria “Poder” – CBH Piabanha

O Quadro 15 apresenta o foco de conflito na categoria Poder do CBH PIABANHA com suas evidências.

Quadro 15 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Disputa pela água” e “Interferência de poder” do CBH PIABANHA

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIAS OBSERVADAS NA ANÁLISE
Disputa pela água	Transposição para beneficiar cidade de São Paulo. Escassez hídrica
Interferência de Poder	CERHI anula Resolução nº 15/2012 Discussão sobre a Outorga da ANA

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Em 2012, na 30º RO, o CERHI anula a resolução n.º 15/2012, que trata da solicitação da devolução do recurso aprovado para elaboração dos projetos das ETEs de Teresópolis. Ficou definido que a própria Secretaria Estadual faria a fiscalização do processo, mas até a defesa desta tese, já se passaram quatro meses sem retorno.

A 4ª RO de 2014 fala da intenção de retirada da água da cabeceira do rio Paraíba do Sul para abastecer a cidade de São Paulo e que o governo do estado do Rio de Janeiro nunca fez nada para evitar essa transposição. Esse propósito não seria de imediato, o que não foi cumprido e causou controvérsia sobre quem seria o responsável pela autorização naquele momento. Nessa mesma reunião, diante da possibilidade de a retirada da água através da transposição, caso fosse necessário manter as vazões com água dos rios contribuintes Piabanha e Paraibuna, a área de atuação do Piabanha seria afetada. Tal realidade gerou a

interpretação do Presidente da Agência para a discussão em torno da liberação de outorga ser somente entre governos dos Estados, e que comitê e Fórum não são importantes para tanto.

O Quadro 16 apresenta os focos de cooperação na categoria Poder do CBH PIABANHA com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 16 – Resumo dos tipos de focos de cooperação e de seus casos Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Elaboração de instrumento de gestão” do CBH PIABANHA

FOCO DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIAS OBSERVADAS NA ANÁLISE
Elaboração de instrumento de gestão	Plano de Bacia CEIVAP – COHIDRO 2013 Resolução CBH PIABANHA n.º 26 /2015 - Criar grupo de acompanhamento do Contrato de Gestão INEA n.º 01/2010 INEA. Resolução n.º 13/2011 – Dispões sobre o Contrato de Gestão firmado entre o INEA e a AGEVAP.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

7.2.3 Categoria “Informação” – CBH Piabanha

O Quadro 17 apresenta os focos de conflito na categoria Informação do CBH PIABANHA com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 17 – Resumo das evidências observadas nos focos de informação do CBH PIABANHA

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Falta de transparência nas informações/ e dados	Falta de comunicação da AGEVAP sobre editais prejudicando a participação dos municípios. Revogação de Edital por falta de clareza.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Na 34º RO de 2013 ocorreu queixa da falta de comunicação da AGEVAP aos CBHs sobre Editais sobre Planos de Saneamento e Planos de resíduos sólidos, com vistas a mobilizar o CEIVAP sobre o ocorrido por prejudicar municípios. Na 63º RO de 2018 foi revogação de edital Propesquisa por falta de clareza em alguns pontos considerados importantes pelo colegiado.

O Quadro 18 apresenta os focos de cooperação na categoria informação do CBH PIABANHA, com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 18 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Elaboração de publicações e periódicos informativos”, “Elaboração de projetos e ações” e “Participação em evento/ capacitação” do CBH PIABANHA

FOCOS DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE CASOS IDENTIFICADOS
Elaboração de publicações e periódicos informativos	Boletim informativo digital Revista
Elaboração de projetos e ações	Cooperação G2 CBH MPS e CBH PIABANHA no projeto de tratamento de esgoto Eleição de diretoria via online exitosa realizada pelo CBH Piabanha
Participação em evento/ capacitação	Cooperação G2 CBH MPS e CBH PIABANHA em oficina elaborada pelo PIABANHA em 2013 Evento ECOB

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

A partir dos dados do Quadro 18, foi possível identificar evidência de cooperação entre o CBH-MPS e o CBH-BPSI, a partir do projeto Pedal pelas Águas, visando adaptação à realidade do comitê. Outra cooperação se deu também entre o CBH-MPS e CBH-PIABANHA, no projeto de tratamento de esgoto e eleição on-line de diretoria exitosa, realizada pelo CBH-PIABANHA.

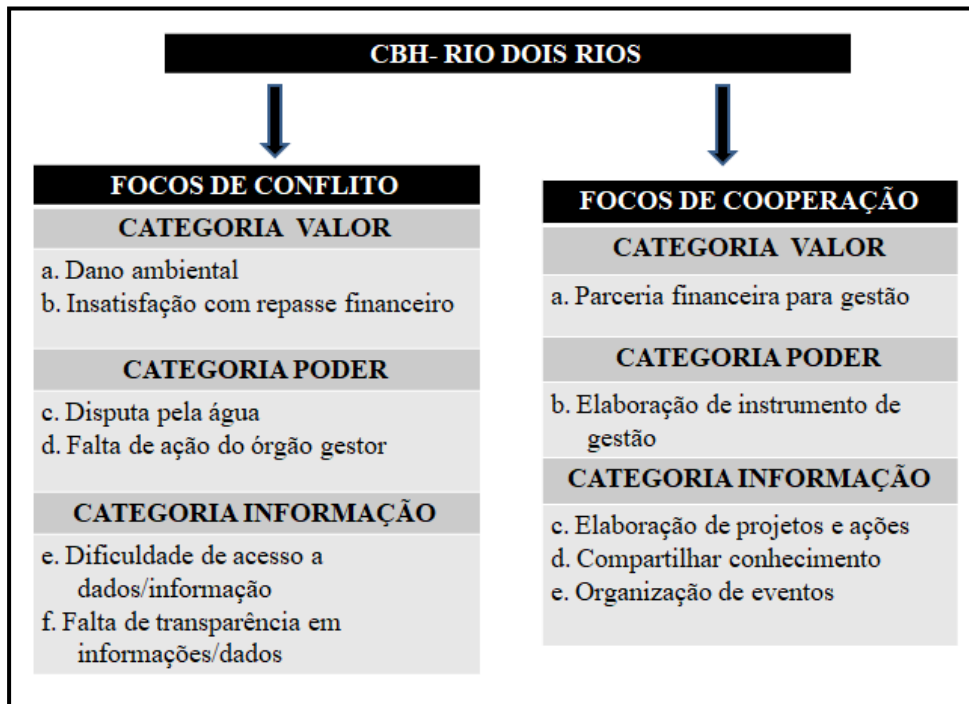
Em registro de 2013, a participação do CBH-MPS em oficina elaborada pelo CBH-PIABANHA gerou Cooperação G2. Outro evento com cooperação é o Encontro de Comitê de Bacia (ECOB), com participação dos CBHs. São fatos as diferenças, mas os grupos participaram com dedicação à realização do evento e reinteram a importância do envolvimento dos CBHs e todas as edições.

Finalizada a descrição dos dados evidenciados no exame das atas do CBH-PIABANHA, descrevem-se os achados relativos à análise das atas do terceiro comitê de interesse, o CBH-R2R, utilizando-se o mesmo modelo analítico para a classificação dos focos de conflito e cooperação.

7.3 CBH-R2R – FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO

Na Figura 12 são apresentadas as categorias, com seus respectivos focos de conflito e de cooperação, do CBH R2R.

Figura 12 – Categorização do CBH R2R



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2023).

Os focos de conflito e cooperação, ilustrados na Figura 12, serão apresentados por categoria, com amparo no método de análise aplicado às atas das plenárias do CBH-R2R. A primeira categoria será Valor.

7.3.1 Categoria “Valor” – CBH-R2R

O Quadro 19 apresenta os focos de conflito na categoria Valor do CBH R2R com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 19 – Resumo dos tipos de focos de conflito e de seus casos Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Dano ambiental” e “Insatisfação com repasse financeiro” do CBH R2R

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Dano ambiental	Drástica redução da cobertura vegetal da região do Rio Paraíba do sul Falta de menção sobre impacto dos agrotóxicos na bacia que por sua vez tem poluição difusa Constatação da diminuição de espécies de ictiofauna e a proliferação de macrófitas no principal rio da bacia Magnitude de escórias da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN no rio gerando impacto para a comunidade pesqueira e ao setor do turismo.
Insatisfação com repasse financeiro	Revisão dos valores de cobrança do uso da água utilizada na transposição para o rio Guandu CEPAR havia feito uma solicitação de aumento do repasse Guandu ao CEIVAP Falta do repasse dos recursos do FUNDRHI

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

O Quadro 20 apresenta os focos de cooperação na categoria Valor do CBH R2R com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 20 – Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Parceria financeira para gestão” do CBH R2R

FOCO DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Parceria financeira para gestão	Contrato de Gestão 01/2010 Resolução ad referendum CBH- R2R n.º 048/2016 Resolução ad referendum CBH- R2R n.º 049/2016 Resolução ad referendum CBH- R2R n.º 063/2020 Resolução ad referendum CBH- R2R n.º 065/2020

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Em 2014, a 12ª RE, com auxílio do relatório elaborado pela COHIDRO acerca do diagnóstico do Plano de Bacia do Rio Paraíba do Sul e afluentes, mostrou a redução da cobertura vegetal da região do Rio Paraíba do Sul e a conseqüente atenção à criação de mais uma unidade de conservação. Ainda nessa reunião, duas situações conflituosas emergiram. A primeira, nas conclusões apresentadas no relatório da empresa COHIDRO, não foi mencionado o impacto dos agrotóxicos na bacia, a qual, por sua vez, tem poluição difusa. A segunda foi a constatação da diminuição de espécies de ictiofauna e a proliferação de macrófitas no principal rio da bacia, trazendo à tona a necessidade do rigor dos planos

diretores municipais no que tange às Faixas Marginais de Proteção (FMPs), prioridade do saneamento.

Em 2018, na 39ª RO, constataram-se as escórias da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, jogadas às margens do Rio Paraíba do Sul, salientando a preocupação com sua magnitude e o impacto negativo para a comunidade pesqueira e do setor do turismo.

Identificaram-se no registro da 12ª RE/2014 a solicitação para revisão dos valores de cobrança do uso da água utilizada na transposição para o rio Guandu e uma discussão sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) como fontes de dados para estudo e planejamento da bacia.

No mesmo ano, na 23ª RO, a Comissão Especial e Permanente de Articulação (CEPAR) do CEIVAP e do CBH-GUANDU solicitara um aumento do repasse do Guandu ao CEIVAP, de 15% para 40%, em razão da transposição das águas do Rio Paraíba do Sul, em especial a porção do G4. De fato, a região onde esse reajuste seria aplicado é a mais impactada. Ao representante do CBH-R2R – Licius – foi delegada a função de participar da CEPAR para as discussões seguintes.

A Resolução R2R n.º 048/2016 precisou ser prorrogada por três meses, conforme registros na 31ª RO/2016, por falta de repasse dos recursos do FUNDRHI. Durante reuniões do FFCBH, propôs-se que a delegatária deveria ingressar no Ministério Público contra o estado do Rio de Janeiro pelo atraso no repasse.

Já na 36ª RO/2017 está registrada a participação do representante Licius na oficina de sustentabilidade financeira do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI). Nessa plenária, constatou-se que a sustentabilidade do SEGRHI estaria comprometida, e seu colapso, previsto para 2020, segundo o INEA. Na ocasião, entre as propostas para que não ocorresse a concretização desse fato, sugeriu-se uma nova divisão dos recursos provenientes de compensação pelo uso do setor elétrico.

Ademais, na 39ª RO/2018 – com o movimento de revisão da arrecadação dos CBHs fluminenses, em razão da alteração do repasse financeiro oriundo do setor de energia –, a Lei Federal n.º 13.116/2018 resultou na proposta do programa de valorização da água na bacia hidrográfica do Rio Dois Rios. Entre outras ações, o programa propõe o aumento da arrecadação do Preço Público Unitário (PPU) da água.

Na sequência, será apresentado os focos de conflito e cooperação na categoria Poder, com base no método de análise aplicado às atas das plenárias do CBH- R2R.

7.3.2 Categoria “Poder” – CBH-R2R

O Quadro 20 apresenta os focos de conflito na categoria Poder do CBH R2R com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 20 – Resumo dos tipos de focos de conflito e de seus casos Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Disputa pela água” e “Falta de ação do órgão gestor” do CBH R2R

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Disputa pela água	Estabelecimento de vazão mínima
Falta de ação do órgão gestor	Entrave em questões burocráticas do órgão gestor na aplicação de recursos de projeto de saneamento em município limite de área de abrangência. Obs.: Entraves para concretização de cooperação entre CBH - Cooperação G2 entre o CBH BPSI e o CBH R2R

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

O Quadro 21 apresenta os focos de cooperação na categoria Poder do CBH R2R com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 21 – Resumo das evidências observadas no foco de cooperação “Elaboração de instrumento de gestão” do CBH R2R

FOCO DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Elaboração de instrumento de gestão	Revisão do Plano de bacia Hidrográfica Resolução ad referendum CBH-R2R n.º 059/2019 Objeto da contratação de empresa para complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia Hidrográfica Afluentes Grupo de Trabalho CG 01/2010 Oficina Agevap x Ineas CBHs

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Durante a análise dos documentos do CBH-R2R em 2014, na 12ª RE, a abordagem destinou-se a focar uma gestão para a garantia da disponibilidade da água, sobretudo durante eventos críticos. Não houve um aprofundamento dessa pauta, mas se percebe o desafio em como gerir essa disputa, garantindo o acesso a esse recurso natural.

Já em 2016, na 31ª RO, destacou-se a ocorrência de uma reunião da qual o R2R participou em conjunto com os CBHs mineiros para estabelecer a vazão mínima do Rio Paraíba do Sul na região do CBH-BPSI.

Na 23ª RO/2014, Leonardo Fernandes, em sua fala na representação da Diretoria de Gestão das Águas e do Território (DIGAT/INEA), solicitou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos saísse do papel e suas propostas fossem convertidas em ações. No mesmo ano, na 12ª RE, apresentou-se o relatório contendo o diagnóstico do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul e a revisão dos planos de ação de recursos hídricos para as bacias afluentes do Rio Paraíba do Sul.

Durante a análise das atas, surge em 2015, na 28ª RO, uma situação conflituosa envolvendo o município de Trajano de Moraes. Este foi inabilitado a receber recursos do CBH-R2R na área que pertence ao CBH-BPSI. Parte do território desse município pertence ao CBH-BPSI e parte ao CBH-R2R. Nesse sentido, para aplicação de recursos do R2R, era necessário que o CBH-BPSI aprovasse em resolução, similar à Resolução R2R n.º 39/2015. Esse entrave estendeu-se ao ponto de que, em 2016, na 31ª RO, o município de Trajano de Moraes continuou sendo prejudicado por não poder receber os recursos.

Ademais, na 34ª RO/2017, aconteceu a Oficina do Contrato de Gestão (CG) n.º 01/2010 (CBHs × AGEVAP × INEA), objetivando aperfeiçoar a operacionalização do arranjo institucional do CG. Houve também a criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento do Contrato de Gestão n.º 01/2010. O Grupo de Trabalho deveria estudar o CG e elaborar uma crítica sobre ele, visando ao aperfeiçoamento do sistema.

Os relatos da participação na oficina AGEVAP × INEA × CBHs (iniciada em 2016) foram feitos na 35ª RO/2017. Licius informou a motivação em participar desse evento e expôs o aumento da capacidade de atendimento (recursos humanos) da AGEVAP, em razão do notável acréscimo de demandas decorrentes do amadurecimento do CBH e suas bem-sucedidas e recentes relações. Nesse mesmo evento, ocorreram a revisão do Plano de Bacia do Paraíba do Sul e o andamento do programa do Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais (SIGA) do CEIVAP – empresa KS Sistemas responsável pela execução do projeto. Na revisão, em virtude do Ato Convocatório n.º 21/2017, objeto de contratação de empresa para complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica Afluentes, já tendo sido feita a abertura das propostas técnicas. No segundo encontro, por sua vez, o programa esteve vigente até o início de 2018, podendo ser renovado caso fosse de interesse dos comitês, da AGEVAP e da empresa.

Já na 41ª RO/2019 anuiu-se a resolução ad referendum CBH-R2R n.º 059/2019, a qual postulava a aprovação da resolução conjunta (G4) para formação de um grupo para acompanhamento do Contrato de Gestão n.º 01/2010. Cada CBH do G4 aprovou essa

resolução, criando um grupo internamente nos CBHs para depois atuarem juntos, a fim de acompanhar o contrato. Por fim, na 44ª RO/2019, houve a revisão do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, prevista em reuniões do G4.

Em 2012, na 4ª RE, abordou-se o Contrato de Gestão n.º 01/2010. Esse contrato evidencia a cooperação entre os quatro CBHs afluentes objeto de estudo desta pesquisa.

Na 26ª RO/2015, aprovou-se a Resolução ad referendum CBH-R2R n.º 038/2015, a qual “dispõe ad referendum sobre a manifestação de apoio à renovação do Contrato de Gestão n.º 01/2010 INEA/AGEVAP/CBHs”. Do mesmo modo, houve a cooperação (CBH-R2R e CBH-BPSI), baseada na Resolução CBH-R2R n.º 039/2015, que “dispõe sobre procedimentos a serem adotados em ações de saneamento na área urbana do 1º distrito do município de Trajano de Moraes”. Solução encontrada para que tanto o R2R como o Baixo Itabapoana pudessem deliberar a respeito da aplicação de recursos em território que ultrapasse o limite de sua bacia hidrográfica, especificamente em ações de saneamento.

Em continuidade, em 2016, na 30ª RO, estabeleceu-se a Resolução ad referendum CBH-R2R n.º 048/2016. A normativa prevê a “disponibilização dos recursos dos Comitês Médio Paraíba do Sul, R2R, Piabanha e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana para custeio da AGEVAP em situação extrema e em caráter emergencial”. Cita, ainda, a participação na oficina conjunta com outros CBHs, AGEVAP e INEA.

Já na 31ª RO/2016, falou-se sobre encontrar parceiros para custearem o CAR e o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH). Entretanto, houve dificuldade em cadastrar o CAR, pois o estado não tinha pessoa capacitada para tanto. Isso, porém, era importante para os CBHs, mas o estado, por seu turno, não cumpria sua obrigação.

Passando para a 32ª RO/2016, destaca-se a aprovação da Resolução ad referendum CBH-R2R n.º 049/2016, que “dispõe ad referendum sobre o aporte de recursos para operacionalização do Contrato de Gestão n.º 01/2010”.

Por último, na 14ª RE de 2020, advém a Resolução ad referendum CBH-R2R n.º 063/2020, que versa “ad referendum sobre a disponibilização dos recursos dos Comitês Médio Paraíba do Sul, R2R, Piabanha e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana para custeio da AGEVAP em situação extrema e em caráter emergencial”. O intuito era sanar a questão do repasse financeiro pendente do INEA para a AGEVAP, não comprometendo sua operacionalização. Outrossim, instaurou-se a Resolução ad referendum CBH-R2R n.º 065/2020, dedicando-se à prorrogação da delegação à AGEVAP das funções inerentes à

Agência de Água do CBH-R2R, assim como a anuência sobre a manifestação de renovação do CG n.º 01/2010 INEA, tendo como delegatária do R2R a AGEVAP.

Em continuidade, serão apresentados os focos de conflito e cooperação na categoria Informação, com base no método de análise aplicado às atas das plenárias do CBH-R2R.

7.3.3 Categoria “Informação” – CBH-R2R

O Quadro 22 apresenta os focos de conflito na categoria Informação do CBH R2R com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 22 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Dificuldade de acesso à informação e Falta de transparência nas informações/dados” do CBH R2R

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Dificuldade de acesso à informação	Falta de oficialização da solicitação dos recursos
Falta de transparência nas informações/ dados	Falta de transparência no planejamento e uso dos recursos

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

O fato observado aconteceu na 12ª RE/2014, quando houve parecer favorável à contribuição financeira para o evento II ECOB – RJ. Todavia, a aprovação foi assinada com ressalvas relativas à falta de oficialização da solicitação dos recursos e de transparência no planejamento e no uso dos recursos.

O Quadro 23 apresenta os focos de cooperação na categoria Informação do CBH R2R com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida

Quadro 23 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Elaboração de projetos e ações e Compartilhar conhecimento e Organização de eventos” do CBH R2R

FOCOS DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Elaboração de projetos e ações	Projeto e monitoramento biológico de espécies aquáticas ameaçadas em extinção na bacia do Rio Paraíba do Sul: desenvolvimento do sistema piloto e implementação do plano de ação. Evento para discussão de Drenagem urbana e prevenção de riscos associados a eventos climáticos
Compartilhar conhecimento	Oficina para histórico de aprovação de reajuste do PPU Modelo de oficina sobre Plano de investimento. Criação do escritório local de projetos
Organização de eventos	IV ECOB – RJ

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Na 5ª RE/2012, foi citada a intenção do CBH-PIABANHA de se aproximar do CBH-R2R para ações conjuntas, em virtude de proximidades e similaridades entre as bacias. Outra situação G2 com esses dois CBHs é a realização de um evento para discussão de drenagem urbana e prevenção de riscos associados a eventos climáticos.

Ademais, há uma apresentação do projeto de monitoramento biológico de espécies aquáticas ameaçadas de extinção na bacia do Rio Paraíba do Sul: desenvolvimento do sistema-piloto e implementação do plano de ação. O processo iniciou-se com Piabanha, em 2012, conforme disposto na 36ª RO/2017.

O CBH-Piabanha fez o convite oficial ao R2R para apresentar-lhe o histórico de aprovação do reajuste do PPU, e o CBH-MPS também solicitou informações G3. Além disso, emergem estes questionamentos, a serem posteriormente respondidos:

- Houve concretização ou não de cooperação, uma possível cooperação G2, entre R2R e Piabanha na realização do plano de investimento no modelo de oficina?
- Houve cooperação entre MPS e R2R para a criação do escritório local de projetos?
- Houve cooperação no documentário “O caminho das águas – do Calendônia ao Atafona”?

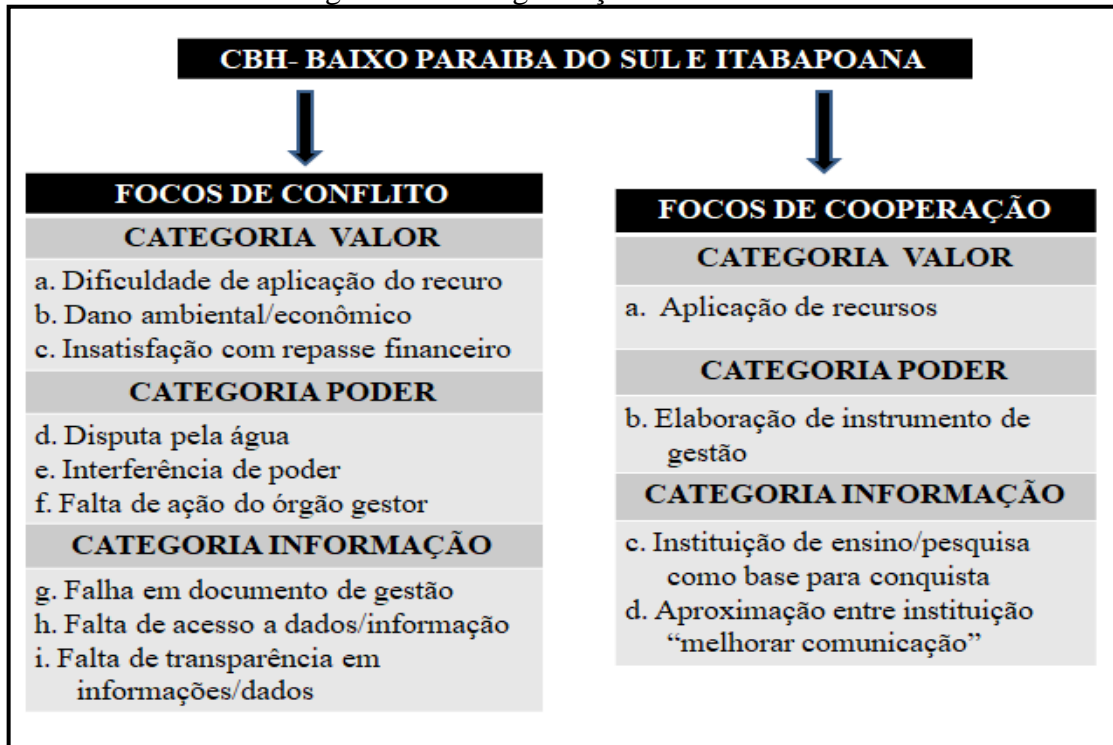
Durante o IV ECOB – RJ, em 2016, mereceu destaque a participação do CBH-R2R nas temáticas que lhe despertavam maior interesse, ao mesmo tempo que compartilhava suas expertises em atividades técnicas e de gestão que poderiam ser replicadas ou adaptadas pelo comitê.

Finalizada a descrição dos dados evidenciados com base na análise das atas do CBH-R2R, descrevem-se os dados referentes às atas do quarto comitê de interesse, o CBH-BPSI, usando o mesmo modelo analítico para a classificação dos focos de conflito e cooperação.

7.4 CBH-BPSI – FOCOS DE CONFLITO E COOPERAÇÃO

Na Figura 13 são apresentadas as categorias, com seus respectivos focos de conflito e de cooperação, do CBH BPSI.

Figura 13 – Categorização do CBH BPSI



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Tendo em vista os focos de conflito e cooperação, ilustrados na Figura 13, estes serão apresentados por categoria com base no método de análise aplicado às atas das plenárias do CBH-BPSI. A primeira categoria será Valor.

7.4.1 Categoria “Valor” – CBH-BPSI

O Quadro 24 apresenta os focos de conflito na categoria Valor do CBH BPSI com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 24 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Dificuldade de Aplicação de recursos”, “Dano Ambiental/econômico” e “Insatisfação com repasse financeiro” do CBH BPSI

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Dificuldade de Aplicação de recursos	<p>Problemática de não conseguir aplicar o recurso por problemas jurídicos. Retornar com processo ao INEA para ser refeito o Termo de Referência.</p> <p>Fluxo de aplicação travado correndo o risco de o recurso receber outra destinação</p> <p>Entraves com aplicação de recursos, onde um CBH queria aplicar recursos em outra Região Hidrográfica.</p> <p>Arresto nas contas do Estado determinado pelo judiciário diversas ações do CBH BPSI, ficando travadas.</p>
Dano ambiental/econômico	<p>Vandalismo na região</p> <p>Prejuízo no desenvolvimento econômico da região norte e noroeste gerado pela Transposição para o Guandu</p>
Dano ambiental	<p>Assoreamento do rio e das agressões da lagoa e mangues da região.</p> <p>Despejo municipal de lixo e terra que são empurrados com máquinas para dentro do rio Paraíba provocando mais assoreamento.</p> <p>Intrusão salina em São João da Barra além da erosão e assoreamento.</p> <p>NOTA que comprova que ao contrário do que afirmam a RH - IX não tem água em abundância e sofrerá de forma significativa com qualquer nova transposição. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Disputa pela Água esteve presente.</p> <p>Impactos que seriam causados com a Transposição em São Paulo (precipitação, vazão e captação). Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Disputa pela Água esteve presente</p> <p>Retirada de um banco de areia do rio.</p> <p>Desertificação da região.</p> <p>Desvio de quase 100% do rio Macabu causando um enorme déficit do abastecimento da Lagoa Feia e provavelmente irá impactar a disponibilidade de água na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Disputa pela Água esteve presente.</p> <p>Novo Plano de Bacia do Comitê Guandu, objetivo de abastecer a região metropolitana do RJ. 120m³/s foi definido até 2040 em ação do no STF pela capital do nosso Estado. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Disputa pela Água esteve presente.</p> <p>RJ reclama da situação, mas retira água do rio Paraíba em Santa Cecília e não faz nenhuma contribuição de volta à Bacia</p> <p>Solicitação das causas da salinização sem resultados conclusivos, representante do INEA diz que hipóteses estão sendo avaliadas relacionadas aos canais Quintiguta, São Bento e aumento de salinidade.</p> <p>Empreendimento hidrelétrico está afetando negativamente a região, causando danos ao rio inclusive prejudicando processo de tratamento de água.</p>
Insatisfação com repasse financeiro	<p>Pleitear mais recursos junto a ANA.</p> <p>Retorno de recursos destinados para a por falta de projetos.</p> <p>Insatisfação com o repasse de apenas 5% que o CBH Guandu.</p> <p>Reivindicação que o Pleito continua visar aumentar esse repasse do Guandu aos CBH jusante.</p> <p>Insatisfação com o repasse de 70% dos recursos para saneamento em ações de coleta e tratamento de esgoto.</p> <p>Lutar para que 20% dos recursos anuais do Guandu sejam aplicados nos CBH Fluminenses.</p> <p>CBH sofrendo dificuldades devido ao atraso do repasse dos recursos financeiros pelo Estado.</p> <p>O CBH não tem recursos para aplicar em saneamento devido ao arresto do Estado.</p> <p>Lei federal aprovada que, cujas alterações comprometem de forma significativa o orçamento dos CBHs.</p> <p>Manifestação à derrubada da exigência em aplicar 70% em saneamento.</p> <p>A Resolução 33/2020 foi editada por todos os CBHs, deliberada em função desse atraso no repasse de recursos dos CBH pelo INEA em 2020.</p> <p>Atraso no repasse pelo Estado do recurso financeiro.</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

O Quadro 25 apresenta os focos de cooperação na categoria Valor do CBH BPSI com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 25 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Aplicação de recursos” do CBH BPSI

FOCO DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Aplicação de recursos	Resolução sobre previsão de aplicação de recursos em município cuja área se divide entre o CBH BPSI e CBH R2R (G2) CBH MPS apoia BPSI que o recurso do PAP permanecesse na rubrica solicitada Participação do MP em ações dos recursos hídricos e cita a necessidade de iniciar essa pareceria para barrar problemas que vem sendo observado na aplicação de recursos na bacia. Aprovação da Resolução que trata da aplicação de recursos do CBH Macaé das Ostras na RH IX CBH MPS apoia BPSI que o recurso do PAP permanecesse na rubrica solicitada. Aguardando TR do INEA.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Vários registros referentes à dificuldade de aplicação de recursos vivenciada pelo CBH em 2016 foram abordados nas atas da 3ª RO e 1ª RE e, por fim, em 2020, na 1ª RO. A discussão gira em torno da problemática de não se conseguir aplicar o recurso por problemas jurídicos, precisando, então, retornar o processo ao INEA para ser refeito o Termo de Referência. Nesse ínterim, trava o fluxo de aplicação, correndo o risco de o recurso receber outra destinação.

Esse assunto também foi levado para discussão no FFCBH, sem solução, e a dificuldade permaneceu, apesar da deliberação positiva dos CBHs. Em 2016, houve entraves com a aplicação de recursos, em que um CBH queria destinar recursos a outra região hidrográfica e foi impedido. Por fim, a ocorrência do arresto nas contas do estado, determinado pelo Judiciário, gerou consequência para diversas ações do CBH-BPSI, ficando estas travadas.

Na 4ª RO/2014, a representação do INEA ressaltou a ocorrência de vandalismo na região, a qual precisa ser observada. Outro conflito relatado na 1ª RO/2016 foi gerado pela transposição do Rio Paraíba do Sul para o rio Guandu, considerando prejuízo no desenvolvimento econômico da região Norte e Noroeste, por ter sido redirecionado à Região Metropolitana do estado.

Na 1ª RO/2012, pescadores solicitaram a inclusão no Plano de Bacia de questões do assoreamento do rio e das agressões à lagoa e aos mangues da região. Do mesmo modo, o pescador convidado manifestou não acreditar que o INEA contribui para preservação ambiental alguma, visto que há lixo nas margens do rio. Inclusive, a Prefeitura de Campos faz despejo de vários caminhões de terra, que é empurrada com máquinas para dentro do rio Paraíba, provocando mais assoreamento.

Já na 4ª RO/2013, mencionou-se a inclusão da intrusão salina em São João da Barra, além de erosão e assoreamento no plano apresentado.

Em 2014, por sua vez, destacam-se dois momentos. O primeiro, na 1ª RE, André Marques (diretor-presidente da AGEVAP) trouxe o número de vazão, chuvas e precipitações para o Rio Paraíba do Sul e disse consistir em uma situação preocupante. É preciso, portanto, dedicar-se, cada vez mais, aos reservatórios.

O segundo momento aconteceu na 2ª RO, em que se discutiram as nuances da transposição de São Paulo, destacando a situação da bacia do Rio Paraíba do Sul e os impactos que seriam causados (precipitação, vazão e captação). Nesse sentido, enquadra-se, também, na categoria Poder, no foco disputa pela água. Por outro lado, na mesma RO, uma nota comprovou que, ao contrário do que se afirma, a nona Região Hidrográfica (RH IX) não tem água em abundância e sofrerá de forma significativa com qualquer nova transposição. Por fim, na 4ª RO, debateu-se a retirada de um banco de areia do Rio Paraíba do Sul. Nesse caso, quem decide é o INEA.

Na 4ª RO/2015, a pauta era reverter a desertificação da região de abrangência do CBH-BPSI. Por fim, Sr. João, um dos representantes do plenário, pergunta sobre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) II previsto para a região.

Chegando a 2016, a 2ª RE e a 4ª RO dedicaram-se a discutir a situação do rio Macabu. Na primeira, o desvio de quase 100% do rio, o que causa um déficit no abastecimento da Lagoa Feia, em que a transposição interfere em um volume de 5m³/s. Na segunda, tendo em vista atender a região de Niterói, o que poderá impactar a disponibilidade de água na bacia do Rio Paraíba do Sul. Desse modo, citou-se um novo Plano de Bacia do Comitê Guandu, com o objetivo de abastecer a Região Metropolitana do RJ. Em ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pela capital do estado, definiram-se 120m³/s de água até 2040. Relata a preocupação da retirada de água desta bacia. Nesse sentido, enquadra-se, também, na categoria Poder, no foco disputa pela água.

Na 1ª RE/2018, RJ reclamou da situação da captação de água pelos seus pares, mas, de igual forma, captou água do rio Paraíba em Santa Cecília e não faz qualquer contribuição de volta à bacia. O que urge encontrar uma solução conjunta às ações planejadas de captação. Já na 3ª RO/2018, houve a solicitação dos resultados produzidos pela identificação das causas da salinização de alguns corpos hídricos, sem resultados conclusivos. O representante do INEA afirmou que hipóteses estão sendo avaliadas, relacionadas aos canais Quintiguta e São Bento.

Neste foco, ressalta-se, por fim, a 1ª RE/2019, referente ao empreendimento hidrelétrico que afetava de forma negativa a região, causando danos ao rio e prejudicando o processo de tratamento de água para abastecimento urbano municipal.

Luiz Mário, um dos representantes do plenário, considera, em reunião da 2ª RO/2013, pleitear mais recursos junto à ANA para o CBH, pois cita que o CBH abrange parte das bacias de dois rios federais. João, outro participante, na representação do comitê no CEIVAP, diz que está acompanhando esse tema de arrecadação.

No ano seguinte, na 1ª RE, os recursos destinados à região, oriundos do Guandu para o INEA, retornaram por falta de projetos. Ao passo que, em 2015, na 3ª e 4ª RE, constatou-se insatisfação com o repasse de apenas 5% que o CBH-GUANDU decidiu alterar para outros CBHs a jusante. O representante da Prefeitura Municipal de São Fidélis (PMSF) reivindicou que o pleito continuasse visando aumentar esse repasse do Guandu aos CBHs a jusante, bem como insatisfação com o repasse de 70% dos recursos para saneamento em ações de coleta e tratamento de esgoto.

João Gomes, na 3ª RO/2016, fala que lutará para que 20% dos recursos anuais do Guandu sejam aplicados nos CBHs fluminenses. Já na 1ª RO/2017, o cenário se altera, uma vez que o CBH sofria dificuldades pelo atraso do repasse dos recursos financeiros pelo estado.

Em 2018, novas reivindicações na 3ª RO/2018. Em primeiro lugar, o CBH não tinha recursos para aplicar em saneamento, em virtude do arresto do estado. Em segundo, a AGEVAP fez referência à lei federal aprovada, alterações que comprometeram de forma significativa o orçamento dos CBHs. Em terceiro lugar, a manifestação a favor da derrubada da exigência de aplicar 70% em saneamento. A maioria dos recursos da região é encaminhada à ANA, e ela repassa para o CEIVAP, porque o processo ocorre em âmbito federal.

Por sua vez, 2020 também foi movimentado. Na 1ª RO, o presidente do INEA repassou todo o recurso dos CBHs para a AGEVAP, a fim de minimizar o impacto do retorno dos 30% dos recursos presentes no FUNDHRI, conforme estipulado por emenda constitucional. Na 2ª, debateu-se a Resolução n.º 33/2020. A normativa foi editada por todos

os CBHs, deliberada em função desse atraso no repasse de recursos dos CBH pelo INEA em 2020. Convém mencionar que os recursos não foram repassados até o momento. E na 1ª RE, ressaltou-se o atraso no repasse do recurso financeiro pelo estado. Houve fala de preocupação com a possível ilegalidade da resolução, resultando em petição do Ministério Público Estadual (MPE), levando à improbidade administrativa pelo gestor estadual.

No tocante à cooperação para aplicação de recursos, a 4ª RE/2015 aprovou a resolução sobre a previsão de aplicação de recursos em município cuja área se divide entre o CBH-BPSI e CBH-R2R (G2).

Já a 3ª RO/2016 elegeu duas pautas. Na primeira, o CBH-MPS apoiou o BPSI para que o recurso do Plano de Ação Plurianual (PAP) permanecesse na rubrica solicitada. Contudo, aguardando o Termo de Responsabilidade do INEA. Na segunda, o representante da Prefeitura Municipal de São João da Barra (PMSJ), o Sr. Sidney destaca a participação do Ministério Público (MP) em ações dos recursos hídricos e cita a necessidade de iniciar essa pareceria para barrar problemas que vêm sendo observados na aplicação de recursos na bacia.

Na 1ª RE/2016, aprovou-se a resolução que trata da aplicação de recursos do CBH-MACAÉ DAS OSTRAS na RH IX.

Na sequência, serão apresentados os focos de conflito e cooperação na categoria Poder com base no método de análise aplicado às atas das plenárias do CBH-BPSI.

7.4.2 Categoria “Poder” – CBH-BPSI

O Quadro 26 apresenta os focos de conflito na categoria Poder do CBH BPSI com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 26 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Interferência de poder”, “Falta de ação do órgão gestor” e “Disputa pela Água” do CBH BPSI

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
<p>Disputa pela água</p>	<p>Transposição que tiraria água do rio Paraíba do Sul para São Paulo. Representante do CBH BPSI, na 1ª RE, afirma que o reservatório de Santa Cecília só repassou cerca de 40m³ para rio Paraíba do Sul durante quatro anos, passando menos do que foi determinado por Lei. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Negligência do Poder público esteve presente.</p> <p>NOTA que comprova que ao contrário do que afirmam a RH - IX não tem água em abundância e sofrerá de forma significativa com qualquer nova transposição. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Dano Ambiental esteve presente.</p> <p>Impactos que seriam causados com a Transposição em São Paulo (precipitação, vazão e captação). Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Dano Ambiental esteve presente.</p> <p>Desvio de quase 100% do rio Macabu causando um enorme déficit do abastecimento da Lagoa Feia e provavelmente irá impactar a disponibilidade de água na Bacia do rio Paraíba do Sul. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Dano Ambiental esteve presente.</p> <p>Novo Plano de Bacia do Comitê Guandu, objetivo de abastecer a região metropolitana do RJ. 120m³/s foi definido até 2040 em ação do no STF pela capital do nosso Estado. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Dano Ambiental esteve presente.</p> <p>RJ reclama da situação, mas retira água do rio Paraíba em Santa Cecília e não faz nenhuma contribuição de volta à Bacia. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Dano Ambiental esteve presente.</p>
<p>Interferência de poder</p>	<p>Região contemplada com projetos através de outras vertentes sem passar pelo comitê.</p> <p>Citação de que próprio governo federal não valoriza o organismo de bacia.</p> <p>Pescadores registra em ata uma obra indevida que o INEA estava fazendo, pedido ao ministério público intervenção.</p> <p>Escolha dos municípios em relação a ser beneficiados com projetos é feita pelo CEIVAP; contestado através de ofício encaminhado.</p> <p>Outorgas feitas à revelia.</p> <p>Fala: “A transposição de São Paulo iria acontecer de qualquer jeito”.</p> <p>Macaé procura INEA para direcionamento de aplicação de recursos do Macaé na região RH IX.</p> <p>Questiona sobre a Transposição de São Paulo e tem a confirmação de que vai acontecer.</p> <p>Vazão em Santa Cecília vai ser decidida juridicamente, sem grande interferência dos CBHs.</p> <p>Assunto sobre a seca está sendo tratado de forma restrita e na maioria das vezes o que se fica sabendo é em boatos.</p> <p>Denuncia de interferência de órgãos ambientais no funcionamento de bombas que muitas vezes são impedidas de funcionar.</p> <p>Execução de projetos, e que muitas vezes não são executados precisando recorrer a políticos e a órgãos federais.</p> <p>Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do RJ visa cessar</p>

	<p>possibilidades de desenvolvimento da agropecuária na região do Baixo. Construção dos poços artesianos em São Joao da Barra não saiu. Dinheiro foi encaminhado para o governo do Estado e acabou sendo abocanhado nessa crise.</p> <p>“É preciso ser muito bem embasadas para manter esses recursos” isso nas reuniões do CEIVAP.</p> <p>Reunião do CERHI houve tentativa de tirar a vaga da agricultura no citado conselho</p> <p>PL 315 que altera a distribuição dos recursos de compensação financeira do setor elétrico o que provocaria um desmonte no sistema de recurso hídricos nos Estado</p> <p>Transposição em Santa Cecília desviou o desenvolvimento da região norte fluminense.</p> <p>Artigo no Contrato de Gestão onde previa a extinção do mesmo pelo INEA sem ouvir e receber manifestações dos CBHs.</p> <p>G4 não concordou com a última proposta do Termo aditivo.</p> <p>Pedido para priorizar decisões tomadas com embasamento técnico, evitando influências políticas nessas decisões ao participar do Grupo de Trabalho de Manejo a Comportas (GTMC) e da CTRHEH.</p> <p>Criação da conta reserva é algo inusitado porque dinheiro público.</p>
<p>Falta de ação do órgão gesto</p>	<p>Integração da região hidrográfica do Itabapoana a região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul - aumento dessa abrangência regional muitas queixas e insatisfações, na falta de recursos para gerir essa nova área e negligência do Estado em oficializar essa situação inviabilizando proventos para a região.</p> <p>Recurso que é de 2004 que precisava escolher o foco e investir esse recurso</p> <p>Produtores rurais estão sem conseguir produzir e dessedentar animais com a crise de falta de água que por esse órgão ser dono dos rios estaduais tinha que apresentar solução.</p> <p>Desmandos com os recursos naturais ocorrem, muitas vezes, por ineficiência do poder público. Insinuação de que um dos problemas é a divergência político partidária.</p> <p>CBH é de extrema importância e não pode ser deixado de lado.</p> <p>Plano de desenvolvimento do norte e noroeste fluminense que previu um investimento na ordem de 1 trilhão de reais ao longo de 25 anos para pleno desenvolvimento da região está engavetado.</p> <p>Atraso de repasses de informações do município a AGEVAP gerou proposta de substituição dos municípios</p> <p>Limitação do órgão gestor – perfurações de poços que o INEA não consegue fiscalizar e regularizar limitação estrutura física e pessoal.</p> <p>Diretoria do CEIVAP abraçou a ideia de inserir os “PLANINHOS” dos CBH afluentes.</p> <p>Tentativa de tratar sobre recursos para custeio da AGEVAP junto a autoridades competentes, sem sucesso lançou mão da última tentativa de que foi a Resolução BPSI 33/2020</p> <p>Para tanto precisa definir os papéis órgão gestor, CBH e delegatária.</p> <p>Dos atrasos no repasse do INEA dos recursos da cobrança pelo uso da água impactando atividade da delegatária e dos CBH.</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

O Quadro 27 apresenta os focos de cooperação na categoria Poder do CBH BPSI com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 27 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Elaboração de instrumento” do CBH BPSI

FOCOS DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
<p>Elaboração de instrumento</p>	<p>Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul. SIGA CEIVAP Deliberação da Nota Técnica elaborada pela CTRHEH decisão do comitê acerca da redução da vazão de chegada à transposição em Santa Cecília. Acordo que ocorreram entre RJ, SP, MG e MP de Campos foi base a Nota técnica do Baixo sobre a crise hídrica. Conquista do Projeto de regularização dos afluentes que poderão favorecer o Baixo.</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

A disputa pela água com base em uma nova transposição, a qual tiraria água do Rio Paraíba do Sul para São Paulo, foi identificada na 3ª RE/2011. Não obstante possíveis agravos com essa transposição em 2012, na 3ª RO, um estudo realizado pelo pesquisador Sofiate, atendendo ao Ministério Público Federal (MPF), acerca do impacto de possíveis transposições no rio Paraíba do Sul, provocou o Governo de São Paulo que, por sua vez, informou que não elaboraria projeto de nova transposição. O estudo, dessa forma, condena novas transposições, isto é, trata da real problemática em retirar mais água do Rio Paraíba do Sul. Isso, entretanto, não agrada aos que representam outros interesses e, por isso, não consideram a possibilidade desse impacto.

Em 2018, o representante do CBH-BPSI, na 1ª RE, afirmou que o reservatório de Santa Cecília só repassou cerca de 40m³ para o Rio Paraíba do Sul durante quatro anos, passando menos do que foi determinado por lei. Além disso, apontou descaso de todos os envolvidos com o CBH-BAIXO, pois teria que incluir no acompanhamento da bacia dados do Pomba e do Muriaé. Reitera-se, desse modo, a importância do rio Macabu nessa lista.

Já na 1ª RE/2019, sugere-se que a capacidade hídrica de Macaé está esgotada. O que isso significa? Mesmo não fazendo parte da região deste estudo, seria interessante saber.

O conflito por interferência de poder apareceu na 3ª RE/2011 com a afirmação de que há região contemplada com projetos, por meio de outras vertentes, sem passar pelo comitê. Citou-se que o Governo federal não valorizava o organismo de bacia.

No ano seguinte, na 1ª RO, enfatizou-se a fala dos pescadores registrada em Ata, a respeito de uma obra indevida que o INEA estava fazendo. Assim, foi pedida ao Ministério Público a intervenção para que fosse suspensa. Ademais, foi feito o registro de que o CEIVAP faz a escolha dos municípios a serem beneficiados com projetos, a ser contestado através de ofício encaminhado. Além disso, os CBHs locais devem ser ouvidos no processo de definição dos municípios a serem contemplados. Em seguida, na 3ª RO, outorgas foram feitas à revelia. Na citação consta que o comitê precisa marcar posição e “comprar a briga” de tais outorgas.

Outra importante análise se deve à 2ª RO/2013, que traz a participação do comitê nas Câmaras Técnicas do CEIVAP para tratar, também, de estudos sobre transposição no Rio Paraíba do Sul.

A transposição que estava sendo discutida em São Paulo aparece na 1ª RO/2014, o que despertou maior interesse no RJ. Em seu texto, o estado sugere “brigarem juntos”, ao ser mencionado que o CBH-BPSI pode solicitar mais recursos do Guandu. Dessa forma, enquadra-se, também, na categoria Valor, no foco insatisfação com recurso financeiro.

Ainda em 2014, na 2ª RO, o diretor-presidente do CBH-BPSI expressou que não era pessimista, mas acreditava que a transposição de São Paulo aconteceria de qualquer maneira. A representante do CBH responde, então, que não estava no momento de “jogar a toalha” e desistir de lutar contra a transposição. Em seguida, na 3ª RO, abordou-se a transposição do Rio Paraíba do Sul para Macaé. O representante da sociedade civil, Sr. Vicente, questionou se a transposição estaria efetivada e como ficaria a destinação de recursos dessa transposição. Macaé procura o INEA para direcionamento de aplicação de recursos de Macaé na região RH IX. Vale ressaltar que o CBH-BPSI não está envolvido nesse debate.

Encerrando os debates do ano, na 4ª RO, a representante da Universidade Federal Fluminense (UFF) questiona a transposição de São Paulo e tem a confirmação de que ela vai acontecer e ressalta, ainda, a falta de um debate nacional sobre a questão. Isso vale a reflexão sobre quem está envolvido na autorização da transposição.

Passando à 1ª RO de 2015, notam-se a discussão sobre a vazão em Santa Cecília, que será decidida em âmbito jurídico, sem interferência dos CBHs; o assunto sobre a seca, o qual está sendo tratado de forma restrita e, na maioria das vezes, o que se sabe são boatos; a denúncia de interferência de órgãos ambientais no funcionamento de bombas que, muitas vezes, são impedidas de funcionar. Cabe, porém, outra reflexão: o INEA estaria lacrando e impedindo o funcionamento de bombas na região.

No tocante a 2016, destacam-se a 3ª e a 4ª RO. Nesta, abordaram-se: i) o Zoneamento Ecológico Econômico do estado do RJ, que visa cessar possibilidades de desenvolvimento da agropecuária na região do CBH-BPSI; ii) a tentativa de tirar a vaga da agricultura no conselho do CERHI. Destaca-se a fala de pesar pelas ações do estado em apropriar-se dos recursos dos CBHs, demandando a participação de instituições nos fóruns de decisões, uma vez que poderá prejudicar ainda mais a disponibilidade e a qualidade de água na RH IX.

Já na 3ª RO/2016, ressaltam-se o desempenho de projetos que, muitas vezes, não são executados, sendo necessário recorrer a políticos e a órgãos federais, e a não construção dos poços artesianos em São João da Barra. Acredita-se que era um projeto cujo dinheiro foi encaminhado para o Governo do estado e, em razão da crise hídrica, acabou sendo “abocanhado”. Um dos representantes do plenário alerta para a situação de desvio da finalidade de recursos com a seguinte fala: “é preciso ser muito bem embasada para manter esses recursos”, pois nas reuniões do CEIVAP, as pessoas são preparadas. É notório, diante do contexto, que existe uma disputa na destinação desses recursos, uma vez que os recursos são destinados por finalidade legal.

O reajuste legal de 7% para que as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) pagassem, a partir da renovação das outorgas, alterou a destinação desses recursos para somente onde está instalada a caixa de máquina da PCH. Ademais, a PL 315 que está no Senado altera a distribuição dos recursos de compensação financeira do setor elétrico, o que provocaria um desmonte no sistema de recursos hídricos nos estados. Isso é o que se constata a 2ª RO/2017.

Na 1ª RE/2018, discutiu-se a transposição em Santa Cecília, que desviou o desenvolvimento da região norte fluminense. Na 1ª RO desse ano, foi abordado que no Contrato de Gestão consta a previsão de sua extinção pelo INEA sem ouvir e receber manifestações dos CBHs. Outra situação no mesmo CG, em se tratando dessa reunião, foi que o G4 não concordou com a última proposta do termo aditivo. Notou-se, também, nessa mesma discussão que, ao participar do Grupo de Trabalho de Manejo a Comportas (GTMC) e da Câmara Técnica de Recursos Hídricos (CTRH), houve pedido para priorizar decisões tomadas com embasamento técnico, evitando influências políticas nessas decisões.

Nesse esteio, na 1ª RE/2020, debateu-se que a criação da conta reserva é algo inusitado, visto que dinheiro público não foi feito para ser “guardado”, mas, sim, executado.

Uma discussão ocorreu na 3ª RO/2014 envolvendo a integração da região hidrográfica do Itabapoana à região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul. O aumento dessa abrangência regional, apesar de ter sido aceito pelo CBH-BPSI ao longo da integração, resultou em

queixas e insatisfações registradas nas atas. As mais relevantes são a falta de recursos para gerir essa nova área, como também a negligência do estado em oficializar essa situação, o que foi inviabilizando proventos para a região. Um representante do CBH-BPSI questionou como o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI) proveria a antiga RH XI, uma vez que ela pertence à RH X, visto que ela não estava inserida na bacia do Rio Paraíba do Sul. Assim, essa discussão durou anos sem resolução.

Na 4ª RO do mesmo ano, discutiu-se a aplicação de um recurso referente a 2004, cujo foco era a escolha de onde investi-lo. Essa situação gerou questionamentos no decorrer da análise, a exemplo de por que apenas dez anos depois da liberação de um recurso discutir-se o destino de sua aplicação. No mesmo contexto, abordou-se a atuação do CBH junto ao órgão gestor.

A falta de ação do INEA resultou em queixa, conforme se constata na 1ª RO/2015. Os produtores rurais estavam sem conseguir produzir e dessedentar animais com a crise de falta de água. Por esse órgão ser dono dos rios estaduais, deveria apresentar uma solução. Fato que deixa uma lacuna a respeito de como foi a atuação do INEA no decorrer da crise hídrica de 2014/2015.

Ademais, a 1ª RE/2015 abordou três tópicos distintos. No primeiro momento, refletiu sobre os desmandos com os recursos naturais, os quais ocorrem por ineficiência do poder público. Insinuou-se que um dos problemas desses abusos é a divergência político-partidária, a qual precisa ser abandonada e, por conseguinte, voltar a atenção para unir forças em prol de uma política pública relevante. No segundo momento, o representante da Federação das Indústrias do Estado Rio de Janeiro (FIRJAN) relatou que o CBH é de extrema importância e não pode ser deixado de lado.

O relato veio a partir de uma informação que, em 2011, um plano de desenvolvimento do norte e noroeste fluminense que previu um investimento na ordem de um trilhão de reais ao longo de 25 anos para pleno desenvolvimento da região estava engavetado. Tal fato, registrado em ata, gerou o questionamento, no decorrer da análise, sobre o motivo desse bloqueio no desenvolvimento para a região Baixo Paraíba e se teria interferência de poder com a meta de desenvolver a Região Metropolitana do estado.

Ainda na 1ª RE/2015, foi registrado em ata, a título de denúncia e reclamação, que as verbas compensatórias decorrentes de empreendimentos na região não eram aplicadas na região afetada.

A falta de ação do órgão gestor também se manifesta no relato de atraso de repasses de informações do município à AGEVAP. Isso gerou a proposta de substituição dos municípios pelo não atendimento à solicitação após prazo estabelecido, conforme apresentado na 1ª RO/2016.

Na 2ª RO/2018, foi identificado que houve limitação do órgão gestor no que tange a perfurações de poços. Sendo assim, o INEA não consegue fiscalizar e regularizar esse processo por limitação de estrutura física e de pessoal para execução.

Em 2019, na 1ª RE, surgiu a informação de que a nova Diretoria do CEIVAP abraçou a ideia de inserir os “planinhos” dos CBHs afluentes no Plano de Bacia Integrador.

Por outro lado, em 2020 na 2ª RO, a discussão avançou, havendo a tentativa de sanar problemas financeiros junto ao funcionamento da delegatária (AGEVAP) e às autoridades competentes. Sem sucesso, a plenária do CBH lançou mão da última tentativa, visando resolver o conflito, por meio da Resolução BPSI n.º 33/2020, havendo questionamento sobre sua legalidade. A informação foi de que a Procuradoria do INEA confirmou, porém a representação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirmou não ter conhecimento, mas cita que seria importante uma manifestação do Tribunal de Contas do Estado.

Por último, na 1ª RE/2020, analisou-se a Resolução CBH-BPSI n.º 036/2020, também para minimizar conflitos. A normativa cria a conta reserva para custos operacionais do CG em razão dos atrasos no repasse do INEA dos recursos da cobrança pelo uso da água, impactando a atividade da delegatária e dos CBHs. Ainda nessa reunião, a representante do órgão gestor explica que é preciso analisar a medida ideal a ser tomada para que o caminho seja adotado e o recurso chegue à delegatária.

Em continuidade, serão apresentados os focos de conflito e cooperação na categoria Informação, com base no método de análise aplicado às atas das plenárias do CBH-BPSI.

7.4.3 Categoria “Informação” – CBH-BPSI

O Quadro 28 apresenta os focos de conflito na categoria Informação do CBH-BPSI com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 28 – Resumo das evidências observadas nos focos de conflito “Falha em documento de gestão, “Falta de transparência nas informações/dados” do CBH BPSI

FOCOS DE CONFLITO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Falha em documento de gestão	<p>Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul Mapas faltando Parques e APA’S existentes na RH-X. Falta de discussão a partir do Plano Diretor dos Municípios, das Leis de uso e ocupação do solo, do reaproveitamento de água, da recuperação ambiental da bacia. Reivindicação de que os recursos, provenientes de multas aplicadas pelo INEA, deveriam ser revertidos em ações para a recuperação da bacia onde está o empreendimento autuado e na ocasião citou o exemplo de recuperação de nascentes. Observada falta de esclarecimento e de engajamento nas ações que envolvem a atuação do Órgão Gestor onde tem atuação do CBH no território. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Falta de ação do órgão gestor esteve presente.</p> <p>Incoerência no Edital PROTRATAR foi questionada por um representante da sociedade civil sobre um trecho do Edital onde ele libera a inscrição para “empresa pública” e logo a seguir veda à concessionária estadual atestando incoerência no documento. Resolução que trata do relacionamento do CBH com a Delegatária quando analisada alguns pontos extrapolam os limites legais do CBH. Excesso de flexibilidade nos prazos com que o INEA realiza repasses de recurso pretéritos dos CBH, afirmou que não estava de acordo com mudança de destinação dos recursos, que originariamente, não tinha finalidade de custeio. Foi possível observar, a partir das análises que o Foco de Conflito Interferência de poder esteve presente.</p>
Falta de transparência nas informações/dados	<p>Recursos obtidos em projetos dentro da Bacia não eram repassados informação para ciência dos membros dos CBHs. Deliberação 171/2011 CEIVAP, houve questionamento de como seria feita a escolhas dos municípios que apresentariam os projetos. Obras nas comportas do Canal das Flechas e nas do Canal de São Bento e na ligação do Canal do Pacheco possui reclamações e debates acalorados com os pescadores por isso na reunião com a Presidente do INEA. Solicitadas explicações de como é feita a distribuição dos 15% do CBH Guandu que vão para o CEIVAP. Questiona como vai ser alimentado os dados do SIGA e alega que muitas instituições de ensino pesquisam na região, mas que a informação não é disponibilizada. Reclamação de que alguns córregos do Baixo não possuem nome (dados de balanço hídrico).</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

O Quadro 29 apresenta os focos de cooperação na categoria Informação do CBH BPSI com suas evidências observadas na análise documental de forma resumida.

Quadro 29 – Resumo das evidências observadas nos focos de cooperação “Instituição de ensino/pesquisa como base para conquista”, “Aproximação entre instituição melhorar comunicação” do CBH BPSI

FOCOS DE COOPERAÇÃO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Instituição de ensino/pesquisa como base para conquista	Estudo da UFF servindo de argumento para conquistas desses pontos de monitoramento Projeto Firjan de barragem do Rio Paraíba do Sul servindo para revitalização da agricultura e atividade econômica da região.
Aproximação entre instituição melhorar comunicação.	Convite ao INEA e representantes de pescadores para trocar contato objetivando deixar a comunicação anterior ao manejo das comportas mais rápida. Representantes de São Paulo aceitam rediscutir a decisão de realizar a transposição no Rio Paraíba do Sul. Fala de uma reunião conjunta para garantir a aplicação de recursos com os CBH de Minas Gerais.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Nos encontros de 2014, ocorreu a parceria entre a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com instituições alemãs e do CBH-R2R com o BPSI (G2). Do mesmo modo, houve a deliberação da nota técnica elaborada pela CTRHEH acerca da decisão do comitê sobre a redução da vazão de chegada à transposição em Santa Cecília. Nesse sentido, articulou-se com órgãos da região, o que configura um marco na história do CBH-BPSI. Ademais, serviu como Ação Civil Pública, movida pelo MPF, em Campos dos Goytacazes, impedindo qualquer transposição do Rio Paraíba do Sul.

Na 1ª RO/2015, elaborou-se o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, ao passo que, na 2ª e na 4ª RO, o SIGA/CEIVAP apresentou as ferramentas que o sistema oferece e destacou a sua importância.

Ademais, destacou-se o acordo que ocorreu entre RJ, SP, MG e Ministério Público da cidade de Campos, com base na nota técnica do CBH-BPSI sobre a crise hídrica, bem como a conquista do projeto de regularização dos afluentes que poderão favorecer o Baixo e as resoluções n.º 033 e 035/2020. O CBH, em função do montante de sua arrecadação anual, não tem como custear sozinho uma delegatária, por isso o contrato com os quatro afluentes.

Durante a apresentação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, instrumento de gestão que visa nortear os investimentos a serem realizados na bacia, a empresa COHIDRO, que estava fazendo o documento para

atender ao plano, apresentou na 4ª RO/2013 mapas nos quais faltavam parques e APAs existentes na RH X.

Na 2ª RO de 2014, o diretor-presidente do CBH-BPSI, Sr. Sidney Salgado, fez um alerta para reverter a situação da transposição. É preciso que o comitê diga, de forma séria, o que quer, deixando de falar apenas em vazão e número, e sim tratar do Plano Diretor dos municípios, das leis de uso e ocupação do solo, do reaproveitamento de água e da recuperação ambiental da bacia.

O representante da Prefeitura de Cardoso, na 1ª RE/2019, reivindicou que os recursos provenientes de multas aplicadas pelo INEA deveriam ser revertidos em ações para a recuperação da bacia onde está o empreendimento autuado e, na ocasião, citou o exemplo de recuperação de nascentes. Questionou também, durante sua participação no Seminário do Tribunal de Justiça do RJ, os recursos disponíveis para os produtores rurais que desejassem participar do programa de recuperação ambiental. Nessa discussão, foi possível identificar a falta de esclarecimento e de engajamento nas ações que envolvem a atuação do órgão gestor, em cujo território o CBH atua. Tem-se como exemplo fazer a autuação e não compartilhar a recuperação da bacia em incentivo e documentos integrando, de fato, a gestão, pois há representação do órgão gestor dentro do CBH. Nesse sentido, enquadra-se, também, na categoria Poder, foco falta de ação do órgão gestor.

Uma questão que emergiu durante a análise foi que a ausência de informação – por parte de quem almeja participar de concorrência em projetos com incentivo financeiro e precisa de informações para tal – estaria relacionada à falta de divulgação e envolvimento dos CBHs. Outrossim, por se tratar de oportunidades que deveriam ocorrer em grupo fechado. Ademais, poderia estar ocorrendo por falta de representatividade dentro dos CBHs, uma vez que, participando, teriam acesso à informação em reuniões do plenário e, assim, poderiam multiplicá-la.

Uma incoerência no edital Protratar foi questionada na 1ª RO/2020, por um representante da sociedade civil. A indagação direcionou-se ao trecho do edital em que libera a inscrição para “empresa pública” e, logo a seguir, veda a concessionária estadual, atestando incoerência no documento. Ainda nesse encontro, foi discutida uma resolução que tratava do relacionamento do CBH com a delegatária e que, quando analisada, alguns pontos extrapolaram os limites legais do CBH. Dessa forma, isso precisa ser considerado, a fim de evitar problemas futuros.

Ainda em 2020, na 2ª RO, o representante da OAB ressaltou o excesso de flexibilidade nos prazos que o INEA realizava repasses de recursos pretéritos aos CBHs. Não obstante, afirmou estar em desacordo com a mudança de destinação dos recursos, que não tinha finalidade de custeio. Desse modo, enquadra-se, também, na categoria Poder, no foco interferência de poder.

No que remete aos recursos obtidos em projetos dentro da Bacia Hidrográfica, identificou-se que não eram repassadas informações para ciência dos membros dos CBHs. Foi solicitada essa prestação de contas por um representante, na 4ª RE/2011, independentemente dos meios pelos quais foram adquiridos. Diante da discussão desse fato, indaga-se como aconteceria a prestação de contas, onde se aplicaria essa verba e como ficaria o INEA na situação posta.

Já na 1ª RO/2012, analisou-se a Deliberação n.º 171/2011 CEIVAP. Questionou-se como seriam feitas as escolhas dos municípios que apresentariam os projetos. As obras nas comportas do Canal das Flechas e do Canal de São Bento e na ligação do Canal do Pacheco possuem reclamações e debates acalorados com os pescadores. Por isso, na reunião com a presidente do INEA, Marlene Ramos, foi solicitada que a informação chegasse ao representante dos pescadores. Todavia, durante a análise, foi possível observar que a representação da pesca não está sempre presente nos debates dentro do CBH.

Na 1ª RE/2014, foram solicitadas explicações de como é feita a distribuição dos 15% do CBH-GUANDU que vão para o CEIVAP. Sob essa ótica, na 4ª RO 2014, questionou-se como seriam alimentados os dados do SIGA, e os presentes alegaram que muitas instituições de ensino pesquisam na região, mas que a informação não é disponibilizada.

A ausência de transparência também se manifestou na 1ª RE/2018, com a reclamação de que alguns córregos do Baixo não possuem nome, de acordo com dados de balanço hídrico. A resposta a essa indagação é de que se utiliza a base de dados oficial da ANA, por isso não possui alguns corpos d'água.

A professora Adriana, da UFF, falou de estações sugeridas à ANA na 4ª RO/2014. Um estudo de sua autoria pode servir de argumento para conquistas desses pontos de monitoramento. A única forma de comprovar a necessidade da bacia é garantindo esses monitoramentos e estudos.

Essa cooperação se manteve e, na 1ª RO/2016, discutiu-se o projeto de barragem do Rio Paraíba do Sul. Essa barragem foi idealizada para regularizar o nível do rio e viabilizar a revitalização da agricultura – atividade econômica da região. Para tanto, angariaram-se apoios

de importantes atores desse cenário. O projeto, nesse sentido, foi bem recebido pela ANA e apresentado pela FIRJAN.

Um potencial de cooperação foi observado na 4ª RO/2013, na sugestão de convite ao INEA e aos representantes de pescadores, com intuito de trocar contatos e deixar a comunicação anterior ao manejo das comportas mais rápida.

Nesse sentido, João informa, na 1ª RO/2014, que os CBHs interessados conseguiram fazer com que os representantes de São Paulo aceitassem rediscutir a decisão de realizar a transposição no Rio Paraíba do Sul.

Chegando a 2016, aconteceu uma reunião conjunta para garantir a aplicação de recursos com os CBHs de Minas Gerais. João acrescenta que a ANA precisa entender a força que tem o G4 na luta em que o Guandu figura como comitê mais forte e influente. Ademais, fala-se do apoio a programas como Rio Rural, que trabalha com microbacias como unidades gestoras de território, pois existe um estreitamento de relações entre atores desse cenário, pensando na independência financeira dos comitês em relação aos recursos do FUNDRHI. Encerrou com o arresto de recursos acumulados desde novembro de 2016. Uma ação do MPE, com articulação do FFCBH e do CERHI, desencadeou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e previu a devolução gradual dos valores. Isso é o que se constatou na 3ª e na 4ª RO.

Na 3ª RE/2011, o CEIVAP, para fortalecer os CBHs afluentes, incluiu nos processos de seleção de projetos a exigência de carta de anuência como critério para aceitação dos projetos.

Por último, constatou-se na 4ª RO/2020 o relato de integração entre os órgãos gestores e os envolvidos na gestão da bacia do Rio Paraíba do Sul. A partir de então, houve o avanço na linha de águas subterrâneas e contempla também a área do Baixo.

Na subseção 6.5, serão apresentadas as evidências de conflito e cooperação encontradas na análise das atas do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (FFCBH). Uma vez que o G4 não possui uma agenda oficial para suas discussões e deliberações em conjunto, foi possível identificar a relação entre os CBHS objeto de estudo desta pesquisa, por meio dessa observação, em que todos os CBHS estão juntos debatendo e deliberando.

7.5 FÓRUM FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FFCBH)

O FFCBH é um colegiado formado pelos Comitês de Bacias do Estado do Rio de Janeiro, entre os quais estão inseridos quatro comitês afluentes (G4) do Rio Paraíba do Sul, objeto deste estudo. O FFCBH promove a integração dos comitês, visando ao fortalecimento deles como entes do SEGRHI.

Outrossim, articula o fórum com outras instâncias de governança das águas, assumindo um papel significativo no diálogo com diferentes níveis de governo e adquirindo relevância nas decisões tomadas em conjunto com os CBHs fluminenses. Ciente da importância creditada a esse colegiado como um espaço articulador para os CBHs, foi possível examinar a relação entre o G4 por meio da análise documental das atas e de observações em reuniões do FFCBH.

A partir de então, identificaram-se nas discussões alguns focos categorizados como:

- (1) Negligência do poder público;
- (2) Insatisfação com a delegatária;
- (3) G4;
- (4) Disputa pela água;
- (5) Discussão sobre a função do FFCBH e demais discussões;
- (6) Dano ambiental;
- (7) Falha/falta informação – comunicação, transparência, capacitação;
- (8) Interferência de poder;
- (9) Insatisfação com repasse financeiro ou manejo.

No decorrer da análise e em diferentes momentos, ficou claro um imbróglio com exercício de poder envolvido, tendo, na grande maioria dessas questões, a participação do INEA, denominado, neste estudo, como Poder Oculto. Desse modo, detectou-se a mesma atuação do INEA nos problemas de abuso e interferência de poder nas questões relacionadas à gestão de recursos hídricos. Sendo assim, elencaram-se, dentro de cada foco, situações de conflito ou de cooperação, identificadas pela análise documental do FFCBH. Seguem as evidências encontradas, categorizadas por foco, iniciando pelo foco negligência do poder público.

7.5.1 Foco Negligência do poder público

O Quadro 30 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco Negligência do poder público.

Quadro 30 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Negligência do poder público” na análise documental do FFCBH

FOCO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Negligência do poder público	Baixa celeridade dos tramites burocráticos Baixa capacitação técnica Falta de comunicação Déficit no repasse financeiro Dificuldade de obter parecer do gestor Falta de alinhamento nas regras de aplicação de recursos Descumprimento de regras hierárquicas Falta de clareza no papel dos envolvidos Falta de transparência Falta de repasse financeiro Falta de ação para revitalização da bacia Cooperação entre os CBH afetados e deliberaram uma Resolução Conjunta G4 autorizando uso de recursos de projeto para custeio da delegatária

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

A denominação desse tipo de foco ocorreu pelo conhecimento da definição prévia de negligência, como a falta de cuidado, de aplicação, de exatidão, de interesse, de atenção; desleixo, descuido. É a representação do poder público na atuação do órgão gestor (INEA).

Durante a análise, identificou-se que as ocorrências classificadas no foco negligência do poder público estavam concentradas nas atas de reuniões referentes a 2015 e 2019, com maior incidência em 2020. Entre os achados, destacaram-se conflitos gerados em decorrência de trâmites burocráticos e demorados como fato recorrente, pois essa falta de celeridade do órgão gestor gerou entraves no fluxo do trabalho realizado pelos CBHs. Outro fato sucedeu-se no cadastramento rural, uma vez que a participação do setor rural, através do CAR, é importante para o desempenho do trabalho dos CBHs. Detectou-se nos registros que a falta de capacitação dos técnicos que realizaram o cadastro rural comprometeu a execução do trabalho, e os comitês, por conseguinte, foram afetados.

Outro destaque de conflitos esteve na falta de comunicação do INEA com os CBHs (mudança estrutural em 2019), aliada à dificuldade que os comitês enfrentavam em obter respostas do órgão gestor para as demandas solicitadas. Não obstante a falta de transparência

do órgão quanto ao número de outorgas emitidas e o número de usuários cadastrados por setor e por comitê com vazões contempladas (13ª RE/2020).

Foram destaques de conflitos dos CBHs com o órgão gestor fatos relacionados à assinatura do Contrato de Gestão, em que não houve o cumprimento do artigo que tratava do plano de trabalho (financeiro) e sem aprovação dos CBHs. Há apontamentos de que a construção do instrumento ocorreu sem cooperação e respaldo mútuo, de que a documentação foi mal organizada e com atraso, impossibilitando correção a tempo.

Ocorreu também a renovação do CG n.º 01/2010. Algumas considerações que não estavam afinadas com os comitês geraram preocupação com a eficiência do comitê, que tanto depende da delegatária como esta depende do órgão gestor (18ª RE/2020). Do mesmo modo, sinalizaram-se as dificuldades vividas pelos CBHs no desenrolar do Processo Aditivo do CG junto ao INEA. Cientes de que o serviço prestado pela delegatária não poderia parar, os representantes dos CBHs chegaram a pensar em fazer mandado de segurança em função da morosidade do INEA no entendimento de por que não fazer o termo aditivo.

A incompetência do estado em não fazer a cobrança devida à CEDAE e, assim, não revestir recursos para esgotamento sanitário, ligado ao fato de não haver plano de investimento estadual para resolver problemas de recursos hídricos, consistiu em outro foco identificado. Destarte, outro destaque ocorreu em relatório de Balanço de Recursos Hídricos, com compilação de dados não acurados em que deveria ter ocorrido diálogo do INEA com os CBHs. A justificativa para tanto, porém, remete ao fato de que “o INEA tem muitas funções e não está dando conta”.

Com efeito, instalaram-se conflitos por não estar claro o papel de cada um – órgão gestor, delegatária e comitês de bacia – no processo de gestão de recursos hídricos, além de, em anos anteriores, como em 2020, ainda se vivenciava essa falta de definição entre os entes do sistema. Fato esse que intriga por uma governança perdurar por tanto tempo sem definição. Destacaram-se conflitos também no enfrentamento da falta de repasse financeiro previamente combinado que não estava sendo cumprido, valor arretado pelo Governo estadual e ausência de repasse para o custeio das delegatárias. Foi notável a falta de uniformização das regras de aplicação dos recursos do FUNDRHI que, por sua vez, são norteadas por resoluções, como explicitado em Ata.

Os conflitos gerados por falta de repasse financeiro desencadearam uma cooperação entre os CBHs afetados e deliberaram uma Resolução Conjunta G4, autorizando o uso de

recursos de projeto para custeio da delegatária. Em registros de 2015, os CBHs são chamados à responsabilidade na realização da cobrança às autoridades na revitalização da bacia.

Encerradas as evidências acerca da negligência do poder público, descreve-se no próximo item o foco insatisfação com a delegatária.

7.5.2 Foco Insatisfação com a delegatária

O Quadro 31 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco Insatisfação com a delegatária.

Quadro 31 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Insatisfação com a Delegatária” na análise documental do FFCBH

FOCO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
Insatisfação com a delegatária	Diferença conceitual Delegatária X Agência de Águas trouxe problema ao fluxo. Questões burocráticas em excesso impossibilitou avanço, travando processos.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

No decorrer do trabalho, as evidências observadas com possibilidade de classificação no foco insatisfação com a delegatária receberam destaques em 2016, 2017 e 2021, com predominância em 2020.

A discussão acerca da falta de entendimento sobre a diferença conceitual entre delegatária × agência de águas trouxe problema ao fluxo dos trabalhos, pois durante os debates acalorados nas reuniões há apontamentos nas discussões por falta de definição se é uma agência de água ou agência delegatária.

Em 2021, debateram-se os processos que poderiam ser agilizados pela delegatária. No entanto, o excesso de aspectos burocráticos impossibilitou o avanço da discussão, o que bloqueou processos. Ainda nesse contexto, afirmou-se a importância da burocracia em alguns casos.

Nesse sentido, é preciso analisar as evidências relativas ao G4. São estas as apresentadas na próxima subseção.

7.5.3 Foco G4

O Quadro 32 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco G4.

Quadro 32 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “G4” na análise documental do FFCBH

FOCO	EVIDÊNCIA OBSERVADA NA ANÁLISE
<p style="text-align: center;">G4</p>	<p>Demandas não atendidas pelo INEA alinhamento dos CBHs CG 01/2010 (G4) se posicionamento na reunião sugerindo exigir justificativas do INEA pelo não atendimento.</p> <p>Debate pesado, ríspido com a SEA para a renovação do Contrato de Gestão.</p> <p>Decisões tomadas pelo GTAOH não estão respeitando os volumes de vazão anteriormente estipulados e que independentemente.</p> <p>O G4 foi criado para homogeneizar as opiniões, mas que foi dissolvido.</p> <p>Questionamento acerca da composição da Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu.</p> <p>Foi criada uma Resolução Conjunta G4 instituindo o GACG, porém a representante do CBH MPS relata que poucas vezes se reuniram para discutir os termos do contrato onde os quatro CBHs estavam presentes.</p> <p>Falha no processo que viabilizaria a confecção do Termo Aditivo do CG, inicialmente a falha foi computada para a AGEVAP, porém a verdadeira falha esteve com o papel do órgão gestor (INEA) não se organizou e não se recordava da tratativa.</p> <p>CBH-do Piabanha na Eleição do CERHI e problema com AGEVAP.</p> <p>Em 10/12/18 ficou definido que a partir de então os CBHs Afluentes do Rio Paraíba do Sul (G4) antes das reuniões do FFCBH.</p> <p>Articulação em apoio, ao CBH Piabanha à Titularidade na Eleição do CERHI, dos CBH BPSI e CBH R2R mantendo a suplência.</p> <p>Adoção de Resolução Conjunta G4 para Criação do Grupo de acompanhamento do Contrato de Gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grupo de Acompanhamento do CG do G4 (COOPERAÇÃO). <p>Arrecadação dos CBH a partir do PPU ocorre articulação G4.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise em conjunto do CG 01/2010 (avaliação conjunta). <p>A experiência do Piabanha e aperfeiçoar para os demais CBH sobre linha de ações que orientam os residentes.</p> <p>Reunião G4 em 2021 acontecendo.</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Nos registros encontrados nas atas do FFCBH sobre o G4, foi possível notar, com relevância para esta pesquisa, que, em 2018, o G4 vivenciou um debate intenso com a Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (SEA) para a renovação do Contrato de Gestão, visto que ele deve ser garantido. Nos registros de 10/12, o representante do CBH-BPSI afirma que as decisões tomadas pelo GTAOH não estão respeitando os volumes de vazão estipulados e que, independentemente disso, o CBH-GUANDU solicita projetos, direciona-os e estabelece prioridades. Já o representante do CBH-MPS relata que o G4 foi criado para homogeneizar as opiniões, porém foi dissolvido. Nessa mesma reunião, ficou definido que, a partir de então, os CBHs afluentes do rio Paraíba do Sul (G4), antes das reuniões do FFCBH, sempre na parte da manhã, reunir-se-iam.

O foco de conflito em demandas não atendidas pelo INEA ocorreu em alinhamento com os CBHs, por meio do CG n.º 01/2010 (G4), posicionando-se na reunião e sugerindo exigir justificativas do INEA pelo não atendimento. Durante a análise, percebeu-se a interferência de poder oculto do INEA. Além disso, houve uma articulação em apoio ao CBH-PIABANHA sobre a titularidade na eleição do CERHI, com o CBH-BPSI e o CBH-R2R mantendo a suplência.

Em continuidade, questionou-se a composição da Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu. Tal comissão tem a missão de reavaliar os mecanismos e os valores de cobrança estabelecidos na Deliberação CEIVAP n.º 52/2005 e discute valor/porcentagem de repasse pela transposição do Rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu. Posto isso, o conflito gerado esteve no porquê da participação do CBH-GUANDU, e não também do G4, para que os CBHs se apropriassem da discussão.

No XIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão INEA n.º 01/2010, foi criado o GACG. Este deverá ser constituído por três representantes titulares e respectivos suplentes, a critério de cada comitê do G4, indicados por seus segmentos, a fim de acompanhar o Contrato de Gestão celebrado entre a AGEVAP e o INEA. Do mesmo modo, foi criada uma Resolução Conjunta G4, porém a representante do CBH-MPS relata que poucas vezes se reuniram para discutir os termos do contrato em que os quatro CBHs estivessem presentes.

Observou-se, ainda, em registro que houve falha no processo que viabilizaria a confecção do Termo Aditivo do CG. A princípio, a falha foi computada para a AGEVAP, uma vez que estava relacionada à ausência de comunicação com os CBHs sobre o termo. Todavia, o verdadeiro erro esteve no papel do órgão gestor (INEA), já que não se organizou e

não se recordava da tratativa, em que se constata mais uma vez a interferência o poder oculto do INEA.

Em 2017, para a arrecadação dos CBHs, a partir do PPU, ocorre a articulação do G4. Ainda nesse ano, uma fala da representante do INEA sugere que o CNRH analise a possibilidade de correção anual do PPU. Ao mesmo tempo, o representante do R2R menciona aproveitar a experiência do Piabanha e aperfeiçoá-la para os demais CBHs sobre linhas de ação que orientam os residentes que, naquele momento, exerciam função dentro dos CBHs.

Os quatro comitês fluminenses afluentes do G4, objeto de estudo desta pesquisa, estiveram atuando em cooperação ao participarem do Grupo de Acompanhamento do CG do G4. E também na análise em conjunto do CG n.º 01/2010. Destarte, em 2020, em quatro reuniões extraordinárias do FFCBH são citadas ocorrências de reuniões do G4. Inclusive em uma dessas reuniões utiliza-se esse encontro do G4 para responder às considerações do CG, discutir questões, assim como o FFCBH articula-se.

A última observação direcionada ao G4 foi que, em 2016, ocorreram registros de apoio ao CBH-PIABANHA na eleição do CERHI e problemas com a AGEVAP, isto é, eles novamente se associaram para fortalecimento. E em 2021, na 11ª RE, já se tem a constatação do encontro dos quatro comitês, em que é citada a reunião do G4.

Em continuidade, passa-se às evidências encontradas nas atas por meio das discussões ocorridas no FFCBH, categorizadas no foco disputa pela água.

7.5.4 Foco Disputa pela água

O Quadro 33 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco Disputa pela água.

Quadro 33 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Disputa pela água” na análise documental do FFCBH

FOCO	Evidência observada na análise
Disputa pela água	<p>Escassez hídrica relativa à falta de chuva, mudança climática.</p> <p>Nova transposição do Rio Paraíba do Sul em São Paulo reduzir a vazão em Santa Cecília a partir de uma Resolução da ANA.</p> <p>Contradição em relação transposição em SP. Onde num primeiro momento (agosto) a ANA informa prejuízo e redução de vazão com a transposição e em dezembro do mesmo ano a ANA diz não ter problema algum ocorrer a transposição.</p> <p>Reclamação da postura do Fórum e não levar ou encaminhar a reclamação sobre melhor distribuição da vazão para o BPSI.</p> <p>Uma ação conjunta objetivando a não concretização dessa transposição.</p> <p>Sala de Monitoramento no CBH BPSI</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Iniciando as análises dos conteúdos das atas com registros de reuniões de 2014, foram notáveis os conflitos advindos da disputa pela água do Rio Paraíba do Sul relacionada à escassez hídrica oriunda da falta de chuva e de mudanças climáticas. Em decorrência dessa situação de escassez e ante a possibilidade de uma nova transposição do Rio Paraíba do Sul em São Paulo, houve uma ação conjunta objetivando a não concretização dessa transposição. Mesmo assim, as discussões continuam gerando informes do INEA, com intuito de reduzir a vazão em Santa Cecília com base em uma resolução da ANA.

Ainda na discussão sobre estresse hídrico e redução da vazão com disputa pela água, ressalta-se a falta de chuva como problema da indisponibilidade de água e também se discute não permitir a transposição para SP.

Em 2014, constatou-se uma contradição em relação à transposição em SP. Em agosto, a ANA informou prejuízo e redução de vazão com a transposição. Em contrapartida, em dezembro do mesmo ano, a instituição afirma não haver problema algum ocorrer a transposição. Por último, em 2019, a postura do Fórum foi criticada por não levar ou encaminhar a reclamação do representante do CBH-BPSI sobre melhor distribuição da vazão. Isso soa incoerente, já que vinha sendo dito que a chuva mantém o nível da água, entretanto a média estava abaixo.

Nesse sentido, cabe investigar a função do Fórum encontrada nas atas, temática descrita na próxima subseção.

7.5.5 Foco Discussão da função do fórum e demais discussões

O Quadro 26 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco Discussão da função do fórum e demais discussões.

Quadro 26 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Discussão da função do fórum e demais discussões” na análise documental do FFCBH

FOCO	Evidência observada na análise
Discussão da função do Fórum e demais discussões	<p>Necessidade de participação do Fórum em instancias políticas. Fórum passe a exigir do INEA essa anuência dos CBH. Posicionamento do Fórum perante o CERHI. Aproximação política do Fórum a Secretaria das cidades. Inclusão do Fórum no Sistema de Recursos Hídricos. Fórum sendo destaque como fortalecimento, integração e espaço para discussão. Linguagem essencialmente técnica. Alta qualificação dentre desse espaço de debate. Parceria do INEA com o CBH R2R visando a “aprovação” de um empreendimento na RH. Articulação política com municípios de cada CBH.</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Trazer à tona a discussão a respeito da função do Fórum justifica-se por, muitas vezes, os integrantes do próprio Fórum realizarem esse questionamento. Ora o órgão tem a função de integrar, ora de realizar articulação política e demais discussões a respeito da função do FFCBH.

Na ata de reunião em 2017, cita-se a criação do Fórum, visando discutir questões tratadas no Conselho Estadual do RH, o que traria a promoção da integração e da articulação entre os CBHs. Analisando essa discussão, é intrigante a constatação de que o conselho faz parte do SNGRH, já o Fórum não faz parte desse sistema de gestão e tem um poder articulador.

Ademais, discussões apontam a necessidade de participação do Fórum em instâncias políticas, como câmaras e assembleias. Ressaltam, também, que a linguagem técnica na programação do ECOB consiste em um problema, já que tem participação da sociedade civil.

Uma parceria do INEA com o CBH-R2R, visando à “aprovação” de um empreendimento no RH, com anuência do R2R, foi identificada nas atas de 2017. A interpretação desse achado não é uma prática do INEA com todos os comitês, pois havia uma solicitação de que o Fórum passasse a exigir do INEA a anuência dos CBHs.

Em 2018, o Fórum aparece em destaque como fortalecimento, integração e espaço para discussão. Cogitando-se, inclusive, a inserção do Fórum no Sistema de Recursos Hídricos e a aproximação política com a Secretaria das Cidades. Ainda na pauta, a articulação política do Fórum dentro do estado. O representante do CBH-BPSI declara que o Fórum precisa trabalhar o assunto com os outros CBHs e explorar o assunto sobre o fortalecimento e a integração política, não só o G4. Outro ponto de discussão está no comprometimento com o político Carlos Minc em buscar diálogo mais próximo com a Assembleia Legislativa, inclusive com a Frente Parlamentar Ambientalista que já está consolidada.

Em 2019, as discussões continuaram ressaltando que o Fórum deveria explorar os aspectos políticos e, em 2021, a pauta mudou para as discussões sobre o posicionamento do Fórum perante o CERHI, pois tem mais força que o CBH, configurando articulação política com municípios de cada CBH.

A seguir estão descritas as evidências encontradas nas atas por meio das discussões ocorridas no FFCBH, categorizadas no foco dano ambiental.

7.5.6 Foco Dano ambiental

O Quadro 27 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco Dano ambiental.

Quadro 27 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Dano ambiental” na análise documental do FFCBH

FOCO	Evidência observada na análise
Dano ambiental	Estresse hídrico Intrusão salina Valores de vazão definido

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Em 2014, ocorreu um debate sobre estresse hídrico e disputa pela água na tentativa de reduzir a vazão de água. A discussão sobre a salinidade sugere que a engenharia pode resolver essa questão.

Foi possível identificar um questionamento advindo da representação do CBH-BPSI ao CEIVAP sobre quais ações estariam vigorando para evitar intrusão salina na região do CBH-BPSI. Foram questionados também os valores de vazão definidos em resolução conjunta entre ANA e CEIVAP. Nesse cenário, a discussão trazida pelo representante do CBH-BPSI ao FFCBH recebeu oposição do representante do CBH-R2R.

Ademais, buscou-se descrever as evidências encontradas nas atas por meio das discussões ocorridas no FFCBH categorizadas no foco falha/falta informação – comunicação, transparência, capacitação. É o que se observa a seguir.

7.5.7 Foco Falha/falta informação – comunicação, transparência, capacitação

O Quadro 28 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco Falha/falta informação – comunicação, transparência, capacitação.

Quadro 28 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Falha/falta informação – comunicação, transparência, capacitação” na análise documental do FFCBH

FOCO	Evidência observada na análise
<p>Falha/falta informação- comunicação- transparência- capacitação</p>	<p>Falta de integração dos CBHs para participar de discussão percebida e identificada a fragilidade durante oficina.</p> <p>Linguagem essencialmente técnica atrapalha a comunicação e o entendimento principalmente porque temos um segmento da sociedade civil.</p> <p>Cabeçalho das Atas com preenchimento errado o que também foi identificado no site, isto é, erros e falta na disponibilização de material.</p> <p>Regimento Interno demora em ser elaborado.</p> <p>Governador do RJ em não reconhecer o problema da escassez hídrica junto a população. Não aceita divulgação da situação de crise hídrica.</p> <p>Dificuldade em habilitação de municípios em projetos causando indignação por falta de comunicação CBHs.</p> <p>Diferenças nos Editais, pois o Regimento Interno dos CBHs as informações são distintas.</p> <p>O fato de que o papel da agência de água, está sendo realizada parte pelo órgão gestor, parte pela Delegatária e pelo CBHs, essa falta de definição de conceitos e funções vem atrapalhando o fluxo dos trabalhos e resolutividade.</p> <p>A Necessidade de capacitação- Alegação de que as pessoas que atuam no CBH não têm noção do que está enfrentando precisa capacitar.</p> <p>Uso de linguagem técnica em reuniões atrapalha entendimento da real situação, pois tem membros que não conseguem interpretar linguagem dentro das reuniões.</p> <p>Abordam a necessidade de transparência nos usos, tanto nos 10%</p>

	<p>do INEA quanto 50% das delegatárias.</p> <p>Fato de ocorrer sobreposição de lei, isto é, ressaltam que na transição de Lei, a antiga perdura por 2 anos até a nova Lei entrar em vigor.</p> <p>Dados e informações no site não disponível até o momento da pesquisa: como é o caso do histórico do Fórum não está no site até 08/2023.</p> <p>Necessidade de impulsionar os CBHs nas redes sociais – CG tem previsto profissionais de Comunicação.</p>
--	---

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Em registros de agosto de 2014, o FFCBH não possuía Regimento Interno. Contudo, a página da instituição no Facebook foi aberta nesse ano.

Os destaques das discussões, em 2015, foram para a escassez hídrica e a postura do governador do RJ em não reconhecer o problema junto à população. Isso porque ele não aceitava a divulgação da situação de crise hídrica.

Para além dos aspectos temáticos examinados, observaram-se erros nos cabeçalhos das atas de 2016, assim como na disponibilização de material no site. Esse fato dificulta a ação do pesquisador e, por conseguinte, atrapalha o andamento da pesquisa.

Em 2017, reiterou-se que a linguagem técnica utilizada pelos representantes dos segmentos durante as reuniões da plenária atrapalha a comunicação e o entendimento do que está sendo falado, sobretudo por estar presente na plenária um segmento da sociedade civil. Além disso, emergiu uma possível divergência entre representantes do R2R e do BPSI. No entanto, não se sabe se de cunho pessoal ou de interesses de um CBH. Também nesse ano, a acusação à presidente do CERHI, Aparecida Vargas, chamou a atenção.

No ano seguinte, Aparecida relata sua exclusão do grupo de WhatsApp e solicita retorno com respaldo no CERHI. Destarte, foi percebida em oficina a falta de integração dos CBHs para participarem de discussões e foi identificada a fragilidade na integração do grupo.

Registros em atas de 2019 destacam que, dos 16 projetos inscritos no Protratar, somente oito foram aprovados/habilitados, causando indignação dos envolvidos por falta de comunicação aos CBHs. Em 2020, por sua vez, foi possível observar diferenças nos editais dos projetos, pois nos Regimentos Internos dos CBHs as informações são distintas.

Em continuidade, o papel da agência de água foi questionado, porque está sendo realizado em parte pelo órgão gestor e em parte pela delegatária e pelos CBHs. Essa mistura de conceitos e funções vem atrapalhando o fluxo dos trabalhos e a resolutividade das situações. Acrescente-se a isso a necessidade de capacitação das pessoas que atuam no CBH, sob alegação de que elas não têm noção do que estão enfrentando.

Ressaltam-se, ainda, neste foco: a necessidade de transparência nos usos dos recursos, tanto dos 10% do INEA quanto dos 50% das delegatárias; a sobreposição de lei, visto que, na transição, há um período de dois anos até a nova lei entrar em vigor; a indisponibilidade de dados no site, a exemplo do histórico do Fórum, cujas informações não se encontravam no sítio eletrônico até agosto de 2023; e a necessidade de impulsionar os CBHs nas redes sociais. Para tanto, o CG prevê a contratação de profissionais de Comunicação.

Em consonância, estão as evidências de conflito e cooperação encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco Interferência de poder.

7.5.8 Foco Interferência de poder

O Quadro 37 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco Interferência de poder.

Quadro 37 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Interferência de poder” na análise documental do FFCBH

FOCO	Evidência observada na análise
Interferência de poder	<p>Houve em 2014 uma contradição em relação transposição em SP. Primeiramente a ANA informa prejuízo e redução de vazão com a transposição e quatro meses após ela dizer não ter problema algum ocorrer a transposição</p> <p>Reivindicações observadas em Ata é que não há a devida preocupação com a recuperação e preservação da bacia no acordo.</p> <p>Decreto 44.899/14 que afetou o funcionamento do Fundo Estadual de RH e conseqüentemente o Sistema de Gestão Estadual (SEGRHI). Decisão sem nenhuma consulta previa ou envolvimento dos representantes do CBH ou CERHI.</p> <p>Conflito entre colocações a respeito do “poder” exercido pelo CBH Guandu nas decisões do CEIVAP. (Conflito - Guandu/Baixo).</p> <p>Resolução 160 que altera a resolução n.º 13 trata sobre contratações e ficou definido que o INEA iria consultar/ Participação dos CBHs mas não o fez.</p> <p>Observar uma articulação entre os CBHs, na sugestão de uma nova portaria em conjunto, a fim de solucionar os conflitos gerados através dos gargalos que ao longo da trajetória do INEA como órgão gestor estadual vem impedindo a celeridade dos processos e que os próprios CBHs têm esse conhecimento.</p> <p>Questionamento da procuradoria ao INEA do papel do CBH no SRH e a falta de esclarecimentos dos papéis exercidos pelos entes do sistema dificultando processos como, por exemplo, dificuldade na conceituação entre delegatária, agência de águas e comitês. Onde há muita das vezes sobreposição de funções.</p> <p>Construção do Plano de Recuperação da Bacia do Rio Paraíba do Sul onde fizeram parte desse processo IGAM e o INEA, mais uma situação em que o INEA não envolve os CBH afluentes nas discussões.</p> <p>Foram levantadas questões em reunião do FFCBH sobre o CG e o INEA também não “escuta” as discussões levantadas nesse colegiado.</p>

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Em 2014, constatou-se uma contradição em relação à transposição em SP. Em agosto, a ANA informou prejuízo e redução de vazão com a transposição. Em contrapartida, em dezembro do mesmo ano, a instituição afirma não haver problema algum ocorrer a transposição. Chama a atenção que, na última Ata de dezembro, há um informe de que a ANA autoriza e afirma não ter comprometimento com a falta de água oriunda da transposição.

Houve, também nesse período, uma discussão sobre a minuta da carta do FFCBH, solicitando esclarecimentos ao ministro Luiz Fux sobre o acordo do Vale Paraíba do Sul e uma moção de repúdio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro pela assinatura de acordo sem consulta aos CBHs.

Evidencia-se que uma das reivindicações presentes em Ata é que não foi conferida a devida preocupação com a recuperação e a preservação da bacia no acordo. Em setembro, citou-se o Decreto n.º 44.899/14, que afetou o funcionamento do Fundo Estadual de RH e, por consequência, o SEGRHI. Fala, ainda, de uma decisão sem qualquer consulta prévia ou envolvimento dos representantes do CBH ou do CERHI, evidenciando a presença do poder oculto do órgão gestor.

Em 2018, em registros na Ata de 10 de dezembro, a representante do INEA lamentou a constatação, mas demarca o surgimento do conflito entre colocações a respeito do “poder” exercido pelo CBH-GUANDU nas decisões do CEIVAP (Conflito – Guandu/Baixo), deixando clara a interferência de poder existente desse CBH nas decisões. A representante ressalta, ainda, que nem todos os CBHs estão nessa discussão, mas ela interessa a todos, com certeza. Esse debate sobre o Guandu obteve apoio dentro do Fórum, visto que ele representa “espaço para discutir e melhorar governança e que governança pressupõe transparência de todos os processos e precisa passar pelo FFCBH.

Em 2019, destaque para a atuação do INEA. Em análise, esta atuação direciona-se ao controle do poder oculto desse órgão gestor. O CBH-MPS reclama da Resolução n.º 160, que altera a Resolução n.º 13, a qual trata das contratações. Foi deliberado em reunião que o INEA iria fazer a consulta e saber como foi a participação dos CBHs nesse processo. Constatou-se uma ação de interferência do poder do INEA na elaboração da Resolução INEA n.º 160/2018, que estabeleceu os procedimentos para compras e contratação de obras e serviços pelas entidades delegatárias de funções de agência de água para revogação da Resolução INEA n.º 13/2010. Nessa construção, o INEA não discute com os CBHs, apenas com a delegatária, gerando conflito e evidenciando seu poder oculto nas tomadas de decisões.

Nas discussões, foi possível notar uma articulação entre os CBHs na sugestão de uma nova portaria em conjunto, a fim de solucionar os conflitos gerados pelos gargalos que, ao longo da trajetória do INEA como órgão gestor estadual, vêm impedindo a celeridade dos processos, e os próprios CBHs têm esse conhecimento.

Assim, foi através da PNRH, instituída em 1997, que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos foi implementado. Após 20 anos do funcionamento desse ente do sistema, surgem dois focos de conflitos na análise: questionamento da Procuradoria ao INEA sobre o papel do CBH no SRH e falta de esclarecimentos dos papéis exercidos pelos entes do sistema. Isso dificulta processos como, por exemplo, a conceituação entre delegatária, agência de águas e comitês e, por isso, ocorre sobreposição de funções.

Outrossim, depreendeu-se foco de conflito na construção do Plano de Recuperação da Bacia do Rio Paraíba do Sul, cujos participantes do processo foram Instituto de Governança Alimentar e Nutrição (IGAM) e INEA. Mais uma situação em que o INEA não envolve os CBHs afluentes nas discussões, sugerindo a existência do poder oculto do INEA.

O FFCBH foi criado com a missão de promover a integração dos comitês e uma gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos. Foram levantadas questões em reunião do FFCBH sobre o CG e o INEA. Este também não “escuta” as discussões levantadas nesse colegiado, remetendo ao poder oculto do INEA.

A PL 981/2015 recebe destaque em 2019, a respeito de sua não aceitação. Isso porque o estado utilizou o dinheiro do CBH para restauração ecológica da PL. Diante desses percalços, em 2021, o novo gestor assume cargo no INEA e declara que o seu papel é democratizar e ser objetivo no INEA.

Por último, descrevem-se as evidências de conflito e cooperação encontradas nas discussões do FFCBH, categorizadas no foco insatisfação com repasse financeiro ou manejo.

7.5.9 Foco Insatisfação com repasse financeiro ou manejo

O Quadro 29 apresenta evidências encontradas nas discussões do FFCBH categorizadas no foco insatisfação com repasse financeiro ou manejo.

Quadro 29 – Resumo das evidências observadas e categorizadas no foco “Insatisfação com repasse financeiro *ou* manejo” na análise documental do FFCBH

FOCO	Evidência observada na análise
Insatisfação com repasse financeiro ou manejo	Priorização de aplicação de recursos houve interferência Transferência de recurso deste Fundo para a Conta Única do Tesouro Estadual. Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu instituída, por CEIVAP n.º 52/2005 tendo ocorrido sua última atualização em CEIVAP n.º 203/2013, “não funcionou por muito tempo por falta de interesse dos participantes. Inviabilidade financeira dos CBH motivo de não ter Agência de Bacia Independente. Discussão importante onde o INEA recebe o recurso e repassa para o Estado ponto chave para o Contrato de Gestão.

Fonte: dados identificados a partir da análise documental disponibilizada no site do CBH estudado.

Identificado o desconforto do Colegiado com o Decreto n.º 44.899 de 5 de agosto de 2014 e com a Resolução da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) n.º 779, de 5 agosto de 2014, alegou-se que sistema de gestão existente nos comitês e nas delegatárias foi atingido. Além

disso, o decreto atrasaria a liberação de recurso, em razão de o FUNDRHI ter sido incluído na Conta Única do Estado. O FUNDRHI é constituído pelos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e da compensação financeira do setor elétrico.

Esses recursos têm regras próprias para arrecadação e aplicação estipuladas por meio de leis federais e estaduais, que são hierarquicamente superiores à norma editada. Portanto, devem ser obedecidas por qualquer ato normativo inferior. Diante de todo o exposto, foi requerido que o FUNDRHI fosse excepcionalizado pelo Decreto Estadual n.º 44.899/14. Dessa maneira, não haveria a transferência de recurso do fundo para a Conta Única do Tesouro Estadual.

Com a missão de reavaliar os mecanismos e os valores de cobrança, a Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu, instituída pela Deliberação CEIVAP n.º 52/2005, cuja última atualização foi a Deliberação CEIVAP n.º 203/2013, “não funcionou por muito tempo por falta de interesse dos participantes”, segundo esclarece o presidente do FFCBH, alegando ser esse o problema de a comissão não ter funcionado.

Em 2017, constatou-se interferência do poder oculto do INEA na priorização de aplicação de recursos, pois ora falava de prazo para a definição de onde aplicar o recurso, ora fazia contato telefônico e informava que ocorreria no dia seguinte. Isso resultou, em 2018, em estratégias para aumento do PPU, porém com vistas às ações conjuntas, a fim de desenhar novos caminhos e modelos de gestão para avançar.

Durante as reuniões em 2020, esteve em destaque a inviabilidade financeira dos CBHs, motivo pelo qual não há agência de bacia independente. Na 8ª RE desse mesmo ano, o INEA recebe o recurso e repassa ao estado, ponto-chave para o Contrato de Gestão. A ANA, enquanto agência de águas, recebe e repassa direto para a delegatária.

8 COMENTÁRIOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS: EFEITOS ENTRE DISPUTAS E APROXIMAÇÕES

Nesta seção será possível conhecer o efeito das disputas e aproximações entre os objetos inquiridos nesta pesquisa, alcançados a partir da investigação acadêmica qualitativa dos conteúdos das atas com registros de reuniões tanto ordinárias quanto extraordinárias, no espaço temporal de dez anos, principalmente de dados analisados e estruturados pelo Modelo Analítico de atas dos Comitês de Bacia Hidrográfica e do FFCBH, utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). São eles: conflito e cooperação na relação entre os CBH fluminense afluente do rio Paraíba do Sul. Além disso, buscamos evidências desses conteúdos discutidos em conjunto no FFCBH, onde esses CBH participam ativamente da articulação entre si, buscando fortalecimento institucional. Com a identificação dos Focos de conflito e de cooperação entre o Grupo dos Quatro CBHs Afluentes do rio Paraíba do Sul (G4) evidenciados durante a análise foi factível classificá-los em três grandes categorias: valor, poder e informação. Generalizando a análise no espaço dos conflitos dos CBHs, os focos categorizados foram:

- (1) “Insatisfação com repasse financeiro”,
- (2) “Dano ambiental”,
- (3) “Dano ao patrimônio/econômico”
- (4) “Dificuldade de aplicar recursos”.
- (5) “Insatisfação com a delegatária”,
- (6) “Disputa pela água”,
- (7) “Interferência de poder”,
- (8) “Falta de ação do órgão gestor”
- (9) “Falta de transparência nas informações / dados”,
- (10) “Falta de acesso as informações”,
- (11) “Falha em documento de gestão”,
- (12) “Necessidade de capacitação”

No espaço cooperação os focos categorizados foram:

- (1) “Aplicação de recursos”
- (2) “Mobilização para fins de recursos”
- (3) “Parceria financeira para gestão”
- (4) “Elaboração de Instrumento de Gestão”

- (5) “Compartilhar conhecimento”
- (6) “Participação em evento/ capacitação”
- (7) “Instituições de ensino/pesquisa base para conquista”
- (8) “Elaboração de publicações periódicas informativas”
- (9) “Aproximação entre instituições "melhorar comunicação”
- (10) “Elaboração de projetos e ações”
- (11) “Organização de eventos”

Dessa forma as duas listas mencionadas são representativas dos focos identificados nas categorias, conforme detalhamentos no subcapítulo 4.4 - Definição das categorias: valor, poder e informação, bem como são corroboradas por autores mencionados e outros que complementam e confirmam as categorias encontradas.

Conforme Brito *et al.* (2011), essas disputas ocorrem tanto em nível material quanto simbólico. No campo simbólico, o embate é indireto e é consenso que o conflito pode se originar a partir da ação de prevenção ou reparação do dano ambiental. Dessa forma, os conflitos sociais estão presentes e são inerentes às sociedades humanas. Independente do contexto histórico e do espaço geográfico, eles nem sempre se mostram negativos e se tornam importantes para o crescimento e desenvolvimento das sociedades. Em geral, os autores brasileiros defendem que os conflitos socioambientais envolvem relações sociais de disputa ou tensões entre distintos grupos ou atores sociais pela apropriação ou gestão do patrimônio natural.

Por sua vez, Acsehrad (2004) sistematiza os conflitos envolvendo o ambiente sob a ótica econômica, afirmando que os socioambientais podem ser classificados de duas formas: o conflito por distribuição de externalidades (ocorre a partir de dificuldades de os geradores de impactos externos assumirem a responsabilidade pela consequência de suas ações), e o conflito pelo acesso e uso dos recursos naturais (decorre das dificuldades de se definir a propriedade sobre os recursos).

Tais características são difíceis de serem configuradas na prática, sendo necessário incorporar elementos que definam os limites do ambiente social, político ou institucional no qual essas situações de conflito acontecem. Identificado como foco de conflito em todos os comitês fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul e nas discussões do FFCBH, a tipologia notável do conflito foi o advindo da disputa pela água.

Esse foco foi o cerne na luta em torno da água que ora apresentou-se deflagrada ora velada do decorrer das discussões em plenário. Deflagrada, a escassez hídrica oriunda da falta

de chuva e de mudanças climáticas também foi o cenário complexo delineado em diferentes municípios do Brasil, desde 2012, com reduções da pluviosidade. Esse fenômeno climático causou impactos graves na oferta de água para o abastecimento público e outros usos, como irrigação e geração de energia elétrica (ANA, 2015).

Constatado todo esse emaranhado acerca da escassez hídrica mesmo com o privilégio brasileiro de possuir aproximadamente 15% da água doce existente no planeta, a distribuição de água nas bacias hidrográficas é bastante diferenciada em cada região do país. Entretanto, existem mais pessoas na região Sudeste, localização territorial deste estudo, onde há menos água disponível (Jacobi; Grandisoli, 2017). Tal realidade faz com que a disputa por esse recurso natural seja ainda mais acirrada.

Importante destacar trechos da ANA (2015) nesses comentários, a fim de dimensionar o encontro dos três focos de categorização: a disputa pela água. O documento *Encarte Especial sobre a Crise Hídrica* salienta que:

[...] as causas da crise hídrica não podem ser reduzidas, entretanto, apenas às menores taxas pluviométricas verificadas nos últimos anos, pois outros fatores relacionados à gestão da demanda e à garantia da oferta são importantes para agravar ou atenuar sua ocorrência [...].

Além disso, o investimento em infraestrutura com foco na segurança hídrica também deve ser priorizado, de forma a garantir maior capacidade de preservação e de acesso à água (ANA, 2015).

Nesta direção, o governo federal lançou, em abril de 2019, o Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH (2024), que tem como proposta elencar um portfólio de obras, ações e intervenções de natureza estruturante para garantir a oferta de água para abastecimento humano e atividades produtivas até 2035.

Estrategicamente o tema segurança hídrica assume, no contexto mundial e nacional, um desafio fundamental: desenvolver um método geral para mensurar a segurança hídrica, que considere informações específicas por bacia hidrográfica (Rosa, 2019), o que pode justificar essa pauta dentro do plenário do G4 e do FFCBH. Estes, diante desse contexto, buscam melhorar, em suas múltiplas dimensões, em virtude da insuficiência na implantação de instrumentos de gestão de águas e pelos acontecimentos de diversos vetores de degradação nas bacias brasileiras (Rocha; Costa Khoury; Damasceno, 2018).

O foco Disputa pela água está no centro das ocorrências envolvendo a luta por esse recurso natural de uso comum e atrelado, tanto à sobrevivência humana e demais formas de vida como para o desenvolvimento que necessitamos enquanto Nação. Outros dois focos de conflito identificados no decorrer da análise de igual relevância foram Falta de ação do órgão

gestor ou Negligência do poder público e o foco Dano ambiental, confirmado também em discussões do FFCBH.

Foi nítida a relação desses focos a partir da disputa pela água. O Estado é diretamente implicado em todos os níveis de sua gestão, seja municipal, estadual ou federal correlacionando o seu papel institucional e do governo no processo de viabilização de políticas públicas dentro do sistema de gestão de recursos hídricos, onde estão as principais engrenagens do mecanismo de governança, cabendo a regulação do uso das águas subterrâneas e das águas superficiais. Diante do fato, a identificação dessa insuficiência corrobora o que consideram haver Silveira *et al.* (2016) e ANA (2016): uma lacuna política e de gestão. Os autores apontam a adoção de políticas como fator-chave para o entendimento das ameaças à segurança hídrica da bacia (Silveira *et al.*, 2016).

Todos esses fatores atribuem para a elevada complexidade ao modelo brasileiro de governança das águas, exigindo dos gestores públicos um esforço continuado de cooperação entre os envolvidos. No decorrer da análise desses dez anos de trabalho (2011-2021) realizado pelos comitês que são objeto deste estudo, foi possível identificar que, em muitas situações em que o conflito esteve presente havia também a busca pelos membros na resolução desse conflito por meio da cooperação entre eles, pois juntos estariam em maior representação e fortalecidos dentro do sistema de gestão de recursos hídricos, principalmente nas pautas que envolviam a porção fluminense do rio Paraíba do Sul. Assim no foco de cooperação Elaboração de instrumentos de gestão algumas das evidências de cooperação puderam ser elencadas através dos registros nas atas analisadas nesse período:

[...] do Plano de Bacia CEIVAP – COHIDRO 2013, Resolução CBH MPS n.º 43/2014, Resolução n.º 49/2015 dispõe sobre a prorrogação da AGEVAP como entidade Delegatária, Recomposição dos Grupos de Trabalho Plano de Bacia e acompanhamento do Contrato de Gestão (2021), Revisão do Plano de bacia Hidrográfica, Resolução ad referendum CBH-R2R n.º 059/2019, Objeto da contratação de empresa para complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia Hidrográfica Afluentes, Grupo de Trabalho CG 01/2010, Oficina Agevap x Ineax CBHs, Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, SIGA CEIVAP, Deliberação da Nota Técnica elaborada pela CTRHEH decisão do comitê acerca da redução da vazão de chegada à transposição em Santa Cecília e Acordo que ocorreram entre RJ, SP, MG e MP de Campos foi base a Nota técnica do Baixo sobre a crise hídrica.

A disputa pela água com base em uma nova transposição, a qual tiraria água do Rio Paraíba do Sul para São Paulo, foi identificada em registros desde 2011. Sendo assim, em decorrência dessa situação de escassez e diante da possibilidade de uma nova transposição – uma vez que as chuvas de 2014 foram especialmente anômalas, ficando entre as três piores

quedas pluviométricas já registradas e no estado de São Paulo –, o registro desse fenômeno foi ainda mais alarmante (Jacobi; Grandisoli, 2017).

No decorrer dessa disputa foi possível observar contradição em relação a essa transposição. Num primeiro momento, nas discussões ocorridas em agosto daquele ano, a ANA informou prejuízos e redução de vazão com a transposição. Entretanto, quatro meses depois ela disse não haver problema algum. A redução da vazão em Santa Cecília foi discutida nesse fórum na proposição de uma Resolução da ANA, mas o CBH-BPSI reclama da postura do Fórum em não levar ou encaminhar a reclamação sobre melhor distribuição da vazão para o comitê. Nesse contexto, acontece uma cooperação por meio de uma ação conjunta, objetivando a não concretização dessa adaptação e gerando uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a transposição do rio Paraíba do Sul e seus afluentes que correu, na 2ª Vara Federal do município de Campos dos Goytacazes/RJ, pois, além de não resolver problema do estado de São Paulo, a transferência de água da bacia do rio Paraíba do Sul para o sistema paulista poderia afetar o abastecimento no estado do Rio de Janeiro.

No Brasil, os conflitos pela escassez de água ligada às metrópoles ou ao semiárido são os casos mais emblemáticos. Em geral, a maior parte dos conflitos por água no mundo se dá pela escassez, mas no Brasil algumas disputas se dão pela elevada oferta, como ocorre na bacia do rio Paraíba do Sul na região Sudeste, conhecida por sua força econômica e suas grandes cidades, sendo a mais populosa e a região mais rica do país. Com isso, verifica-se a instalação de atividades intensivas em uso da água, como a agricultura, a produção energética e a mineração (Ribeiro; Santos; Silva, 2019).

Vale ressaltar que essas duas situações de conflito geradas nesse foco estão classificadas, também, em dois outros focos de conflito: foco falta de transparência de informações e dados; e o foco interferência de poder. É importante a percepção do entrelace desses focos de conflito em torno do foco central disputa pela água e conseqüentemente o movimento que os atores fazem em busca da resolução a partir da cooperação dos envolvidos.

Acreditamos que sozinhos sejamos capazes apenas de promover a identificação e dimensionamento dos problemas atuais e projetar algumas conseqüências futuras da crise que vivenciamos. Porém, só com a união e engajamento dos diversos atores da sociedade é que poderemos avançar na conquista de soluções efetivas, que passam fundamentalmente por aportes justos de recursos de compensações, de quem usa grandes volumes de água e que impõem a escassez para as populações a jusante
Nota à Imprensa do CBH BPSI/2019.

O conflito na disputa pela água se estende ao descumprimento da Lei ao estabelecimento de vazão mínima para o reservatório de Santa Cecília repassar para o rio Paraíba do Sul, sendo observada, nesse contexto, a presença do Foco de Conflito Negligência do Poder público. Na disputa pela água, representantes da nona região hidrográfica (RH-IX) emitem uma nota técnica em 2014, comprovando o contrário do que afirmam acerca da abundância de água na região, que sofrerá de forma significativa com qualquer nova transposição, ratificando a decisão do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana acerca da redução de vazões de chegada à transposição de Santa Cecília. Segundo dados apresentados pela empresa COHIDRO, contratada pelo CEIVAP para elaborar o Plano Integrado da Bacia do Paraíba do Sul, as vazões determinadas pela resolução da ANA em Santa Cecília não estão sendo respeitadas em vistas de haver registros de vazões mínimas de 63 m³/s a jusante da transposição (Nota Técnica BPSI, 2014).

Em 29 de outubro de 2019, por meio de uma Nota à Imprensa de Fechamento da foz do rio Paraíba do Sul, o CBHBPSI logo identificou a possibilidade de retirar mais água do Paraíba para solucionar com qualidade e quantidade o déficit do seu principal sistema de abastecimento da capital, o Cantareira. Assim, foi feito um acordo político para mais uma transposição. No entanto, por meio desta nota vê-se que o principal impacto decorrente desse acordo foi a elaboração de uma resolução, a Resolução Conjunta/DAEE/IGAM/INEA n.º 1382/2015, em que foram feitas mudanças significativas nas operações dos reservatórios com vista unicamente para a preservação do abastecimento da capital fluminense e da paulista em detrimento da porção final do Paraíba. Tais mudanças foram efetuadas sem respeitar nem mesmo a vazão residual ou ecológica do rio, o que manteria sua saúde e condições naturais mínimas, visando garantir a biodiversidade e a segurança hídrica da região da foz; fato que corrobora com o Foco de Conflito dano Ambiental, dando sequência à discussão.

Analisando os efeitos causados no foco de conflito disputa pela água a partir da transposição em São Paulo e no abastecimento da região metropolitana do RJ em 120m³/s, definido até 2040 no novo plano de bacia do Comitê Guandu, foi possível o reconhecimento de outro foco de conflito nessa disputa pelo recurso natural: o Foco Dano ambiental gerado pelos impactos causados com a transposição relacionados à precipitação, vazão e captação dessa água e a respeito de haver a retirada da água da bacia, mas não levar nenhuma contribuição de volta a ela no sentido de restauração e preservação ambiental. Para Brito *et al.* (2011), o conflito, no século XXI, que se apresenta com maior evidência se relaciona ao uso e preservação (e ou conservação) dos recursos naturais, denominado conflitos socioambientais.

Eles são fundamentais por conter em suas análises a discussão da permanência da humanidade no planeta, o que evidenciou na identificação do Foco de conflito dano ambiental no decorrer dos registros das discussões sobre a drástica redução da cobertura vegetal da região do rio Paraíba do Sul, na constatação da diminuição de espécies de ictiofauna e na proliferação de macrófitas, além da falta de menção sobre o impacto dos agrotóxicos na bacia que, por sua vez, tem poluição difusa, como informa a Nota 10/2019 do CBH BPSI sobre as inúmeras consequências na baixada campista, como: o aumento de salinidade na baixada campista, que é alimentada pelo rio; a redução do lençol freático de toda ela; a eutrofização acentuada de toda a rede de canais da baixada, que é também alimentada pelo rio; a redução do potencial agrícola de toda a região pela menor capacidade de produção de alimentos, fator importante da sua economia; prejuízos devido à redução da capacidade de garantir a dessedentação de animais; elevação da salinidade do lençol freático pela percolação da água do mar; aumento da concentração de diversos sais pela alta evaporação com a menor renovação das águas nos canais e lagoas; dentre outras, e sobre a magnitude de escórias da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no rio, gerando impacto para a comunidade pesqueira e ao setor do turismo (Rosa, 2019).

Em seu estudo, Rosa (2019) comprovou que segurança hídrica para a sociedade e para a biodiversidade ecológica dos rios compartilham muitas ameaças em comum. Por exemplo, a construção de reservatórios em um país onde há pouca segurança alimentar e escassez de água pode ser vista positivamente para o abastecimento humano, mas negativamente para a proteção da biodiversidade devido à interrupção dos fluxos naturais dos habitats. Para Jacobi, Fracalanza e Silva-Sánchez (2015) a reversão desse quadro de degradação urbano-ambiental é bastante complexa e demanda o fortalecimento de ações relacionadas à construção social para articular teorias, agendas, sujeitos e potencialidades em torno de alianças e cooperação.

O processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos qual suscetível a expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação, expressando aspectos de interesse de coletividades, com ênfase na prevalência do bem comum (Jacobi, 2012, p. 64).

Segundo Ribeiro, Santos e Silva (2019), uma ameaça a ser considerada importante por afetar negativamente a segurança da água seria a “falta de participação da sociedade civil e usuários na gestão das águas”; a “ausência de um Sistema de Informação consistente” ou, ainda, a “falta de prioridades no planejamento do uso múltiplo da água”. Essas informações vão em direção à necessidade encontrada na relação entre o G4 e outros entes do SIGRH,

impondo aprimorar a governança, pois Ribeiro, Santos e Silva (2019) afirmam que a crise hídrica e os conflitos contemporâneos estão relacionados com a capacidade diferenciada de sociedades se apropriarem da água ao longo do ciclo hidrológico, dando origem à noção de ciclo hidrossocial. Em outras palavras, o ciclo da água está entrelaçado com os ciclos de poder e as capacidades técnicas de diferentes sociedades de capturar, gerir e utilizar a água do ciclo hidrológico.

O fato de se ter formas de governar os recursos naturais envolvendo diferentes atores – governo, usuários (representado pelo empresariado) e a sociedade civil abre um espaço favorável para repensar as formas inovadoras de gestão, na medida em que fazem parte do sistema de governança o elemento político, que consiste em balancear os vários interesses e realidades políticas; o fator credibilidade, instrumentos que apoiem as políticas, que façam com que a população identifique nas ações e decisões políticas a solução de seus problemas; e a dimensão ambiental (Jacobi; Fracalanza; Silva-Sánchez, 2015; Ribeiro; Santos; Silva, 2019).

Nesse sentido, cabe destacar a importância dos dois focos de cooperação: Elaboração de Instrumento de Gestão e Compartilhar conhecimento. Ambos comungam com a abordagem sistêmica e integrada da bacia hidrográfica com base no tema Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (2022-2040), trazendo garantia, aperfeiçoamento, atualização e implementação dos planos de recursos hídricos no âmbito nacional, estadual e de bacias interfederativas. Em Ferreira (2022), encontramos consonância com esses focos de cooperação, uma vez que, para a autora, o ambiente democrático e as dificuldades impostas pela gestão de recursos hídricos, a articulação, negociação de interesses, pactuação de responsabilidades, geração de objetivos comuns e consensos são extremamente necessários, dando mais destaque e importância devido à falta de regras claras e sanções pelo não cumprimento como defendido na teoria do bem comum de Elinor Ostrom. A estudiosa deixa clara a possibilidade de evitar a sobre-exploração dos bens comuns a partir de uma gestão onde o conjunto de princípios e de regras de propriedade coletiva estejam bem definidos e sejam aceitos e respeitados por todos, retratando um ambiente ideal para cooperação num sistema de gestão de recursos hídricos.

Compõe esse sistema de gestão órgãos responsáveis por gerar informações e analisar a situação hídrica e outros que, a partir desses dados, deliberam soluções a fim de melhorar a relação entre os representantes e entes do sistema, inclusive para formular novas políticas e regramentos. Por isso a importância da veracidade, do acesso e do cumprimento dos trâmites

dessas informações com linguagem fluida e transparente, pois, diante de um parlamento heterogêneo como o CBH, de formação e qualificação profissional, faz-se necessário esse nivelamento de conhecimento desses atores representantes de diferentes segmentos para assim haver de fato a comunicação efetiva; motivo pelo qual também se faz necessária a capacitação desses representantes para atuar de um debate qualificado, permitindo a paridade nas decisões. No que diz respeito ao conflito por disputa de linguagens, Ribeiro (2017) mostra que introduzir valores distintos e muitas vezes incompatíveis pode levar a uma dissonância que, em geral, prejudica os mais pobres, resultando em injustiça ambiental ou espacial.

Essas observações vieram a partir da classificação da categoria Informação, na análise das atas onde identificamos focos de conflito como “Falta de transparência nas informações/dados”, “Falta de acesso às informações”, “Necessidade de capacitação” e “Falha em documento de gestão”. A seguir algumas evidências encontradas a partir da leitura das atas:

Falta de integração dos CBHs para participar de discussão percebida e identificada a fragilidade durante oficina.

Linguagem essencialmente técnica atrapalha a comunicação e o entendimento principalmente porque temos um segmento da sociedade civil.

Cabeçalho das Atas com preenchimento errado o que também foi identificado no site, isto é, erros e falta na disponibilização de material.

Governador do RJ em não reconhecer o problema da escassez hídrica junto a população. Não aceita divulgação da situação de crise hídrica.

Dificuldade em habilitação de municípios em projetos causando indignação por falta de comunicação CBHs.

Diferenças nos Editais, pois o Regimento Interno dos CBHs as informações são distintas.

O fato de que o papel da agência de água, está sendo realizada parte pelo órgão gestor, parte pela Delegatária e pelo CBHs, essa falta de definição de conceitos e funções vem atrapalhando o fluxo dos trabalhos e resolutividade.

A Necessidade de capacitação - Alegação de que as pessoas que atuam no CBH não têm noção do que está enfrentando precisa capacitar.

Uso de linguagem técnica em reuniões atrapalha entendimento da real situação, pois tem membros que não conseguem interpretar linguagem dentro das reuniões.

Abordam a necessidade de transparência nos usos, tanto nos 10% do INEA quanto 50% das delegatárias.

Fato de ocorrer sobreposição de lei, isto é, ressaltam que na transição de Lei, a antiga perdura por 2 anos até a nova Lei entrar em vigor.

Ainda na categoria Informação, os focos de cooperação evidenciados foram “Compartilhar conhecimento”, “Participação em evento/capacitação” e “Instituições de ensino/pesquisa base para conquista”. De posse do que propõe o PNRH (2022-2040), isto é, garantia de aperfeiçoamento, de atualização e implementação dos planos de recursos hídricos no âmbito nacional, estadual e de bacias interfederativas, é factível a observância dos atores atuantes no sistema de gestão de recursos hídricos nesses focos, uma vez que essa atenção

pode trazer mais propostas e planejamentos a fim de impactar positivamente mais projetos cooperativos além do que já vem sendo articulado entre eles, como oficinas de capacitação, experiência exitosas, dentre outros, que garantem o desenvolvimento do sistema de gestão desses quatro CBHs que visam o fortalecimento institucional. Tais dados corroboram com os resultados de Ribeiro, Santos e Silva (2019) e Wei *et al.* (2020), dando visibilidade ao desenvolvimento como um tema e ação crucial para proporcionar maior cooperação.

No apontamento sobre a categoria Valor, tem relevância o reconhecimento da água como um bem, dotado de valor econômico, partindo da Conferência sobre Água e Meio Ambiente realizada em Dublin, em 1992, passando a partir de então a influenciar as decisões nos debates e formulação de políticas sobre recursos hídricos onde este ora é entendido como um bem comum ora como uma mercadoria, desdobrando na formulação de políticas de privatização desses recursos.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos, por sua vez, tem como objetivo a racionalização do uso da água e a obtenção de recursos para realizar as ações, os planos e os programas previstos no plano de bacia, fazendo retornar recursos para cuidar da bacia, nos moldes previstos na Lei n.º 9433/1997. Essa cobrança está condicionada à existência de outorga, seja ela provisória ou definitiva. Durante as discussões sobre recurso financeiro registradas em ata foi possível categorizar focos de cooperação “Mobilização para fins financeiros” e focos de conflito, denominados “Dificuldade de aplicar recursos” e “Insatisfação com repasse financeiro”. Neste foco os representantes de cada segmento reunidos na plenária fizeram referência à necessidade de revisão da resolução que trata do repasse financeiro pelo percentual de água da transposição para o rio Guandu. O discurso no decorrer das análises em relação aos recursos era: “entrar na luta pela divisão dos recursos da transposição para o Guandu”, destaque nas páginas 78 e 79 desta tese a partir da leitura e análise da 9ª ATA RE/2015 - CBH MPS.

Diante da situação conflitante, surgiu a proposta da criação de um Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Transposição de Bacia, o que seria de fato uma construção democrática na busca de transparência nas informações e dados e até mesmo decisões e, para surpresa da maioria presente, foi revelado que esse grupo já havia sido criado entre 1999/2000, o que o tornava desconhecido por não ser atuante.

Essa situação de conflito se perpetua com uma afirmação, de uma representante, de interferência de poder em tomada de decisão acerca do percentual a ser repassado sem a representação necessária para tal e ignorando-se a resolução sugerida, na qual o repasse

chegava a 25% em projetos para os CBHs afluentes, além de destinar 5% para os afluentes e, desse percentual, 40% iriam para o CBH-BPSI. Tal situação levou a representante a abandonar a reunião, considerando um desrespeito para quem trabalha há meses para produzir uma primeira proposta de resolução – tanto essa tratativa com o repasse pela transposição para o rio Guandu quantas outras disputas pela destinação e distribuição de recursos financeiros.

Ostrom (1998 apud Ribeiro; Santos; Silva, 2019) já estabelecia a construção social de instituições capazes de normatizar e regular a gestão de recursos coletivos no marco de grupos de agentes heterogêneos com interesses rivais, em que dá ênfase especial às normas de reciprocidade. Para ela, a reciprocidade, a confiança e o prestígio, identificados como princípios no coração da ação coletiva, correspondem, ao mesmo tempo, a regras sociais e a valores humanos. A autora considera esses valores como “naturalmente” dados e intrinsecamente inseridos nos grupos sociais. Porém, a produção e a reprodução desses valores dependem da tensão entre princípios de intercâmbio e de reciprocidade e da polarização das prestações econômicas entre esses dois modelos. Nessa perspectiva, foram observadas, a partir das análises, que o Foco de Conflito Interferência de Poder esteve presente nessa rivalidade de interesses:

- ✓ Valor do repasse pela transposição Guandu em relação ao que recebe de água;
- ✓ Luta pela divisão dos recursos da transposição Guandu;
- ✓ Insatisfação com condução da aprovação da Resolução que respalda a partilha dos recursos da Transposição Guandu;
- ✓ Arresto do recurso dos CBH pelo governo do Estado e forma de devolução inviabilizando o funcionamento do Sistema;
- ✓ Documento do CEIVAP sem considerar a tratativa do colegiado acerca da cobrança da transposição para o Guandu;
- ✓ Retorno de recursos destinados para a por falta de projetos;
- ✓ Reivindicação que o Pleito continua visar aumentar esse repasse do Guandu aos CBH jusante;
- ✓ Insatisfação com o repasse de 70% dos recursos para saneamento em ações de coleta e tratamento de esgoto;
- ✓ Luta para que 20% dos recursos anuais do Guandu sejam aplicados nos CBH Fluminenses;
- ✓ CBH sofrendo dificuldades devido ao atraso do repasse dos recursos financeiros pelo Estado;
- ✓ CBH não tem recursos para aplicar em saneamento devido ao arresto do Estado;
- ✓ Lei federal aprovada que, cujas alterações comprometem de forma significativa o orçamento dos CBHs;
- ✓ Manifestação à derrubada da exigência em aplicar 70% em saneamento.

Porém, a reciprocidade, a confiança e o prestígio, identificados como princípios no coração da ação coletiva, também se manifestaram, satisfazendo, ao mesmo tempo, o cumprimento de regras sociais e de valores humanos, avançando com a cooperação

identificada pelo Foco Parceria financeira a fim de regular a gestão por meio de algumas ações, como:

- ✓ Contrato de Gestão 01/2010.
- ✓ Resolução ad referendum CBH- R2R n.º 048/2016.
- ✓ Resolução ad referendum CBH- R2R n.º 049/2016.
- ✓ Resolução ad referendum CBH- R2R n.º 063/2020.
- ✓ Resolução ad referendum CBH- R2R n.º 065/2020.
- ✓ Resolução sobre previsão de aplicação de recursos em município cuja área se divide entre o CBH BPSI e CBH R2R (G2).
- ✓ CBH MPS apoia BPSI que o recurso do PAP permanecesse na rubrica solicitada
- ✓ Participação do MP em ações dos recursos hídricos e cita a necessidade de iniciar essa pareceria para barrar problemas que vem sendo observado na aplicação de recursos na bacia.
- ✓ A Resolução 33/2020 foi editada por todos os CBHs, deliberada em função desse atraso no repasse de recursos dos CBH pelo INEA em 2020.
- ✓ Adoção de Resolução Conjunta G4 para Criação do Grupo de acompanhamento do Contrato de Gestão - CG 01/2010.
- ✓ Arrecadação dos CBH a partir do PPU.
- ✓ Dentre outras.

A identificação de múltiplos eventos cooperativos frente aos diversos focos de conflito no decorrer da análise corrobora com os achados de Wei *et al.* (2020). Ao fazer análise das dinâmicas de conflito e cooperação sobre eventos hídricos na bacia a partir da Literatura com 361 referências atuais, os estudiosos retrataram uma tendência de sentimentos excessivamente cooperativos em relação aos eventos hídricos na região. Por exemplo:

Como argumentou Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas em 2002, "...o os problemas hídricos do nosso mundo não precisam de ser apenas uma causa de tensão; eles também podem ser um catalisador para cooperação...Se trabalharmos juntos, um futuro hídrico seguro e sustentável pode ser nosso" (Wolf, 2007 apud Wei *et al.*, 2020, p. 34).

Nesse caso, o entendimento é que, na medida em que os eventos cooperativos acerca da água continuarem aumentando, os eventos negativos, ou seja, o foco do conflito, poderão ser identificados e gerenciados de forma colaborativa, possibilitando o alcance de uma gestão mais eficaz da água para a região.

CONCLUSÃO

Esta tese tem como primeira etapa da conclusão os pontos de partida e de interesse desta pesquisadora em contribuir com o tema água a partir de sua qualificação acadêmica, tendo em vista a relevância e a interdisciplinaridade dessa pauta.

Devido sua origem familiar agrária e graduação em enfermagem, suas práticas minuciosas de observação possibilitaram o desafio de escrutinar os percursos documentais originários das Atas, ao longo da implementação da PNRH, ainda não estudadas em sua totalidade no período de 11 anos, entre 2011 e 2021. Dessa forma, ao mesmo tempo em que desconhecia o campo de estudos acadêmicos sobre as águas, possuía formação metodológica curiosa e escrutinadora da enfermagem, que exige a prática de acessar o interior do sistema por meio da percepção dos atores e históricos documentais.

Os saberes e interesses desta pesquisadora encontraram o objeto temporal das memórias e arranjos processuais de suma relevância para delinear análises de conteúdos, alcançando, organizando e apurando dados que conclamam a importância de tornar-se acessível a quem quer que seja o cerne da logística desse sistema de gestão por meio dos seus representantes legalmente constituídos, possibilitando reconhecer “focos” de poderes, valores e informações por meio das categorias encontradas em cada ata.

As análises de conteúdos apresentadas sob o objeto denominado “foco” ou “focos” proporcionaram percepções sobre o quanto foi fundamental para despertar o olhar de doutoranda. Entretanto, esta estudiosa imaginou que os resultados de sua pesquisa pudessem despertar o olhar de especialistas e pesquisadores da área, a fim de contribuir para “desatar” os focos sinalizados pela pesquisa em questão.

Outrossim, ao contribuir com material acadêmico para possíveis estudos e debates interdisciplinares, esta pesquisadora posiciona-se como uma estranha nesta pesquisa. Entretanto, enquanto cidadã, mãe, enfermeira e professora, que nunca havia se deparado com os problemas hídricos em tela, e com base nos critérios metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), foi possível metodologicamente pensar perguntas e desafios por vir.

A partir de então, convencida das múltiplas e conflitantes demandas acerca do uso da água, uma vez que este recurso natural é insubstituível na manutenção da vida em nosso planeta, como pesquisadora, considerei uma condicionante *sine qua non* que os atores

envolvidos em todas as instâncias do SIGRH tenham lucidez do valor da água para a nossa existência.

Pautada nas análises de conteúdos e encaminhamentos, expressos nos dados estudados ao longo dos dez anos, o direcionamento das governanças e das políticas passam a exigir demanda e urgente necessidade de participação por parte de toda a sociedade, pois chama a atenção o fato de, em pleno século XXI, encontrarmos falhas primárias nesse sentido. Tal realidade gera questionamento sobre a veracidade da representação nessa disputa sobre o recurso, pois somente por meio de uma assertiva informação e municiamento de conhecimento para o cidadão ele poderá ser uma fonte participativa e inesgotável na busca da essência e do cumprimento de uma política pública.

O Governo, ao adotar como medida uma política pública, visa garantir que as pessoas gozem dos direitos garantidos por lei, isto é, a partir de objetivos claros, atingir metas específica a fim de atender às necessidades da sociedade como um todo, portanto, a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade e a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos estão no escopo da PNRH, também conhecidos como Lei das Águas.

Nesse sentido, as análises de conteúdos possibilitaram perceber respostas notórias à evolução dos CBH no decorrer das análises realizadas dentro do recorte temporal desta pesquisa. Em relação ao dever do cumprimento da lei, a partir dos dados obtidos pela Análise de Conteúdo, emergiu um questionamento, haja vista que os quatro comitês objeto deste estudo fazem parte de uma bacia hidrográfica localizada entre os maiores polos industriais e populacionais do país na qual as águas do rio Paraíba do Sul atendem em quantidade e qualidade uma porção do estado de São Paulo, inclusive com transposições que foram conflituosas. A principal delas ocorreu para o rio Guandu, com dois terços do volume do rio desviado atendendo à região metropolitana do Rio de Janeiro. A localização geográfica desses quatro comitês na bacia é exatamente após esse importante desvio que afeta, em quantidade e qualidade, a sociedade como um todo desse território. Isso não só no abastecimento da água, mas no desenvolvimento regional, na distribuição de recursos como alguns exemplos.

Diante do exposto, com perspectivas de solução, uma pergunta que replica aqui: se o SINGREH é instituído por lei, esta prima pelo gozo dos direitos da sociedade como um todo, e que conselhos, órgãos gestores, agências de bacias e comitê de bacias são entes deste Sistema Nacional por que a necessidade de tamanha articulação desses quatro comitês com vistas ao fortalecimento do grupo na busca de se fazer cumprir direitos?"

Vê-se que ainda há enfrentamento de problemas básicos e estruturais de proposta política da água democrática e participativa ao considerar e utilizar dados de análise das reuniões do Fórum Fluminense (FFCBH), colegiado com missão de articulação com outras instâncias de governança das águas com importante papel de dialogar com nível federal e estadual as decisões tomadas em conjunto com os CBHs.

Logo, após organizar e apurar dados a partir da análise de conteúdo das atas dos quatro CBHs, como demonstrado na sétima seção desta tese, possibilitou a esta pesquisadora reconhecer “focos” de poderes, valores e informações por meio das categorias encontradas em cada ata. Por isso, é possível afirmar que os quatro comitês fluminenses, objeto deste estudo, estão alinhados na sua totalidade na dimensão dos conflitos na categoria valor nos focos “Insatisfação com repasse financeiro”, “Dano ambiental”, “Dificuldade de aplicar recursos”; na categoria poder nos focos “Disputa pela água”, “Interferência de poder”, “Falta de ação do órgão gestor” e na categoria informação nos focos “Falta de transparência nas informações/dados”, “Falta de acesso as informações”, “Falha em documento de gestão” todos estão alinhados na sua totalidade entre o G4. Na dimensão cooperação na categoria valor nos focos “Aplicação de recursos”, “Mobilização para fins de recursos”, “Parceria financeira para gestão”, na categoria poder no foco “Elaboração de Instrumento de Gestão”, e na categoria informação nos focos “Compartilhar conhecimento”, “Elaboração de periódicos e publicações”, “Elaboração de projetos e ações” e “Organização de eventos”.

Dessa forma fica visível onde ocorre maior articulação com vistas ao fortalecimento desse grupo a partir das três categorias e seus respectivos focos. Posto isto, é gratificante para uma pesquisadora, que inicialmente estava distante dos bastidores desses debates, em torno do conflito e cooperação pré-existentes, dentro desses parlamentos com desdobramentos deles para o FFCBH entregar à comunidade interessada nesse tipo de dado para melhor desempenho de uma política de gestão.

Por conseguinte, na leitura das atas, das reuniões ordinárias e extraordinárias dos CBH e do Fórum Fluminense, com posterior participação em algumas reuniões oficiais nas quais os atores discutiam acerca do recurso natural, água, foi possível observar seus amadurecimentos, através de suas manifestações, pelo interesse em conhecer e entender o funcionamento do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e pela busca de capacitação para atuar como membro de um CBH.

Assim, em dez anos de trabalho registrado foi possível acompanhar um envolvimento inicial voltado para um instrumento de cobrança pelo uso da água que foi se empoderando na

medida em que visava fortalecer e se organizar internamente, voltado para seu regimento interno e para a sua divulgação em redes sociais do trabalho desenvolvido, a importância e busca de parcerias e uma gestão mais qualificada buscando capacitação e entendimento nos instrumentos de gestão e na política em si.

Vale ressaltar que os comitês de interesse neste estudo têm menos de duas décadas e que a política que os instituíram atualmente completou 27 anos, o que nos leva a concluir que estamos avançando positivamente na discussão via esse parlamento das águas, uma vez comparados com os CBH dos países europeus que enfrentam a escassez de água com disputas legais sobre direitos de acesso em vários países, incluindo Reino Unido, França, Espanha e Itália, tornando mais frequentes e acirrados os conflitos sobre quem pode usar a pouca água que resta, mas que são parlamentos experientes.

Dando continuidade aos temas fulcrais que delimitam o item conclusão recupero, em primeiro lugar, os pensadores que serviram para eu ter a dimensão complexa da gestão de um bem comum, no da água como um recurso vital para a sobrevivência humana, envolvendo as questões de origem técnica, social, ambiental, cultural, gerencial e política, exigindo entrelaces pautados em referências teóricas, a partir das quais nos apoiamos no caminho dessa pesquisa, a saber: Georg Simmel, Mancur Olson, Elinor Ostron, Henri Acselrad e Pedro Jacobi.

Em segundo lugar, recupero a redemocratização do Estado Brasileiro, a partir de 1988, cujas mudanças no processo de desdobramentos de políticos, geraram atualização passo a passo mecanismos de tomada de decisão e formas inovadoras de interação estado-sociedade, por mais críticas que haja entre grupos políticos.

No âmbito da gestão das águas, a governança participativa institucionalizou-se a partir do SINGREH, em 1997, criado pela Lei n.º 9.433, regulamento pela PNRH. Tal lei delimita complexidade em sua estrutura institucional, pauta por uma gestão descentralizada de recurso natural delimitado de usos múltiplos na qual a água é um bem de domínio público e dotada de valor econômico.

Como última etapa da conclusão da tese, configura-se o mapeamento e análises dos casos de conflito e cooperação associados aos quatro comitês de bacia hidrográfica fluminenses na bacia do rio Paraíba do Sul, a saber: os comitês do Médio Paraíba do Sul, do rio Dois Rios, do Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Impacta a realidade dentro dos CBHs o alto nível de graduação acadêmica dos membros representantes dos diferentes segmentos, sejam eles governo e suas autarquias,

usuários de água e sociedade civil, frente ao baixo nível de escolaridade dos representantes das comunidades pesqueiras, agricultores, moradores das áreas abrangidas, entre outros, dado a pouquidade de domínio desses últimos perante os termos e nomenclaturas técnicas empregadas nos debates das reuniões dentro desse espaço democrático.

Destarte é importante compreender a relação de partilha territorial desse finito recurso, a chamada água transfronteiriça, pois, ao se assimilar essa relação, poderemos identificar os fatores que encorajam ou não as mudanças rumo à cooperação ou conflito. De maneira geral, foi possível identificar o conflito como promotor da cooperação nos eventos hídricos que envolveram o G4 e sua relação com outros entes do sistema de gestão de recursos hídricos, pois, de fato, com a somatória de forças, foi mais factível a concretização de um objetivo comum, isto é, o fortalecimento institucional necessário na disputa pelo recurso natural água, diante da complexidade do seu uso e principalmente no modelo de desenvolvimento brasileiro.

No tocante ao mapeamento e análise dos tipos de conflito e cooperação entre os quatro comitês de bacia hidrográfica fluminense afluentes do rio Paraíba do Sul restou evidenciado o sucesso objetivo de pormenorizar os tipos de conflito e cooperação existentes, uma vez que a estratificação de conflito e cooperação em três categorias (valor, poder e informação) trouxe a luz da análise: facilidade, entendimento, materialização, domínio e respaldo para qualquer pessoa que incursione no universo da gestão hídrica e suas peculiaridades correlatas, quando em busca de produção acadêmica de relevância sobre a temática. Esta pesquisadora sente-se valorizada pelo esforço realizado bem como pelas avaliações da tese, que as identificam e as representam pelo conteúdo referenciado.

Dada também a finalidade norteadora desta tese sobre conflito e cooperação na gestão de recursos hídricos, os 12 focos categorizados metodologicamente no espaço conflito: “Insatisfação com repasse financeiro”, “Dano ambiental”, “Dano ao patrimônio/econômico”, “Dificuldade de aplicar recursos”, “Insatisfação com a delegatária”, “Disputa pela água”, “Interferência de poder”, “Falta de ação do órgão gestor”, “Falta de transparência nas informações/ dados”, “Falta de acesso as informações”, “Falha em documento de gestão” e “Necessidade de capacitação” e os onze focos categorizados metodologicamente no espaço cooperação: “Aplicação de recursos”, “Mobilização para fins de recursos”, “Parceria financeira para gestão”, “Elaboração de Instrumento de Gestão”, “Compartilhar conhecimento”, “Participação em evento/ capacitação”, “Instituições de ensino/ pesquisa base para conquista”, “Elaboração de periódicos e publicações”, “Aproximação entre instituições

“melhorar comunicação”, “Elaboração de projetos e ações” e “Organização de eventos” tornam-se primordiais para aqueles que buscam assimilar e nutrir-se de ferramentas que apoiem a gestão e tomada de decisões inequívocas, inerentes e propostas ao debate do recurso natural água.

Por fim, foi perceptível no desdobramento da análise de coexistência de conflito e cooperação sobre os eventos hídricos na região fluminense da bacia do rio Paraíba do Sul que, na proporção que a cooperação a respeito da água se avoluma, o foco do conflito se torna mais facilmente identificável, podendo, assim, ser gerenciado de forma participativa, corroborando com alcance de metas para uma gestão mais eficaz da água para a região.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, n. 24, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSERALD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. *In*: RODRIGUES, Ana Carolina; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Perspectivas teóricas dos conflitos socioambientais no campo do desenvolvimento. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 17, n. 1, p. 135-146, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). **A história do uso da água no Brasil: do descobrimento ao século XX**. Brasília: ANA, 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). **Alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos**. Brasília: ANA, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**. Informe 2014. Encarte especial sobre a crise hídrica. Brasília: ANA, 2015. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/docs/crisehidrica.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). **Gestão das Águas**. Brasília: ANA, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas>. Acesso em: 30 nov. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). Plano de Ações Complementares para a Gestão da Crise Hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul. **ANA**, jun. 2015. Disponível em: <https://agevap.org.br/gtaoh/pac-ana-jun15.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (AGEVAP). **Agência de Bacia**. Pioneira na Gestão das Águas. 2023. Disponível em: <http://agevap.org.br/apresentacao.php>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ALENCAR, Joana Luiza Oliveira. Participação Social: institucionalização e Integração ao ciclo de políticas públicas. *In*: MONASTERIO, Leonardo Monteiro; NERI, Marcelo Cortês; SOARES, Sergei Suarez Dillon (Eds.). **Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014.

ALMEIDA, Debora C. Rezende de; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A Análise da Deliberação Democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. *In*: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. p. 109-123.

AMBROSIO, L. L.; FORMIGA-JOHNSON, R. M. Impactos da crise hídrica 2014/15 sobre os principais usuários da bacia do Guandu. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS*, 22., 2017. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2017.

ARAÚJO, Suely M. V. G. Vinte e cinco anos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. **Plenarium**, v. 5, p. 236-243, 2008.

AVRITZER, Leonardo. Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Diretoria de Governança e Desenvolvimento Institucional (DGDI). **O que é Governança**. 2023. Disponível em: [BRASIL. **Lei n.º 9.433 de 08 de Janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília: Presidência da República, 1997.](https://www.dgdi.cefetmg.br/governanca2/governanca/#:~:text=%E2%87%92%20compreend e%20essencialmente%20os%20mecanismos, servi%C3%A7os%20de%20interesse%20da%20sociedade. Acesso em: 10 nov. 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Decreto 10.455, de 11 de agosto de 2020 atualiza a estrutura organizacional**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 11 set. 2021.

BRITO, D. M. C. *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. **Pracs: revista de Humanidades do curso de ciências sociais da uniFaP**, v. 4, n. 4, p. 51-58, 2011.

CAMPOS MAGAZINE NEWS (CMN). **Baixa vazão do rio Paraíba gera alerta**. 2019. Disponível em: <https://www.camposmagazinenews.com.br/2019/08/baixa-vazao-do-rio-paraiba-gera-alerta.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARVALHO, Rocine Castelo de. **Gestão dos recursos hídricos: conflito e negociação na questão das águas transpostas da bacia do Paraíba do Sul**. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Estratégico) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CHHOTRAY, Vasudha; STOKER, Gerry. **Governance Theory and Practice: A Cross Disciplinary Approach**. England: Palgrave Macmillan, 2009.

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação**. Fundamentos da Sociologia de Max Weber. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (CEIVAP). **Plano de Bacia do rio Paraíba do Sul**. 2018. Disponível em: <https://www.ceivap.org.br/apresentacao.php>. Acesso em: 19 dez. 2020.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade Deliberativa**: Estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997/ 2006). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DA SILVA, Elmo Rodrigues. **O curso da água na história**: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos. 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1998.

DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STERN, Paul C. The struggle to govern the commons. **Science**, v. 302, n. 5652, p. 1907-1912, 2003.

FERREIRA, Ingrid Delgado. **Integração e Pactuação na elaboração de Planos de Recursos Hídricos em Bacias Interfederativas**: o caso da bacia do rio Paraíba do Sul. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROF-ÁGUA)) - Centro de Tecnologia e Ciências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

FORMIGA, Rosa. **Cobrança pelo uso da água no Estado do Rio de Janeiro – situação em 2011**. Brasília: ANA, 2011. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/1357233/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FRANK, B. Formação e experiência: os organismos de bacia hidrográfica são capazes de lidar com a complexidade da gestão de recursos hídricos? *In*: ABERS, Rebecca Neaera (Org.). **Água e Política atores, Instituições e Poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 39-68.

FUNDER, Mikkel; MWEEMBA, Carol; NYAMBE, Imasiku, VAN KOPPEN, Bárbara; RAVNBORG, Helle Munk. Understanding local water conflict and co-operation: The case of Namwala District, Zambia. **Physics and Chemistry of the Earth**, n. 35, p. 758-764, 2010.

GANEM, Roseli Senna (Org.). **Legislação brasileira sobre meio ambiente**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

GARJULLI, Rosana. Os recursos hídricos no semi-árido. **Ciência e Cultura**, v. 55, n. 4, p. 38-39, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). **Ar, água e solo**. 2023. Disponível em: <https://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/seguranca-hidrica/estiagem/>. Acesso em: 10 maio 2023.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). 2020. Disponível em: file:///D:/Perfil/Downloads/inea0118222_alta-resolucao.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). **Nota Técnica DIGAT/INEA nº 01-A/2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:
<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zew/mdiw/~edisp/inea0020132.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). **Ar, água e solo**. Estiagem x seca. 2022. Disponível em:
<http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/seguranca-hidrica/estiagem/>. Acesso em: 30 maio 2021.

JACOBI, Pedro Roberto. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. *et al.* (eds.). **Gestão da natureza pública e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2012. p. 343-361.

JACOBI, Pedro Roberto; EMPINOTTI, Vanessa Lucena; SCHMIDT, Luisa. Escassez Hídrica e Direitos Humanos. **Ambiente. Soc.**, v. 19, n. 1, p. 1-5, mar. 2016. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 fev. 2021.

JACOBI, Pedro Roberto; FRACALANZA, Ana Paula; SILVA-SÁNCHEZ, Solange. Governança da água e inovação na política de recuperação de recursos hídricos na cidade de São Paulo. **Cadernos Metrópole**, n. 17, p. 61-81, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cm/a/7dKLF4jML3CwyqwNMt3QNzz/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

JACOBI, Pedro Roberto; GRANDISOLI, Edson. **Água e sustentabilidade: desafios, perspectivas e soluções**. São Paulo: IEE-USP e Reconnecta, 2017. Acesso em:
https://macroamb.files.wordpress.com/2018/11/jacobi_grandisoli2017_aguaesustentabilidadeedesafiosperspectivasesolucoes.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

JACOBSON, Maria *et al.* **User's guide on assessing water governance**. Oslo: UNDP Governance Centre, 2013.

LEVINE, D. N. **A teoria social como vocação**. New Brunswick, NJ: Editores de transações, 2015.

LIBANIO, P. A. C. Two decades of Brazil's participatory model for water resources management: from enthusiasm to frustration. **Water International**, v. 43, n. 4, p. 494-511, 2018.

MATOS, Fernanda. **Retratos de governanças das águas no Brasil: um estudo sobre o perfil dos representantes membros de Comitês de Bacia Hidrográficas**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

MEADOWS, D. L. *et al.* **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOCELIN, Daniel Gustavo. **Quatro olhares fundadores: pistas para desvendar a sociologia clássica de Marx, Durkheim, Weber e Simmel**. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

MOSTERT, Erik. Conflict and co-operation in international freshwater management: A global review. **International Journal of River Basin Management**, v. 1, n. 3, p. 267-278, 2003.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. *In*: MOURA, Adriana Maria Magalhães de. **Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016. p. 13-43.

MUTAHARA, Mahmuda; WARNER, Jeroen; KHAN, M. Shah Alam. Analisando a coexistência de conflito e cooperação em um sistema de gestão de delta regional: Tidal River Management (TRM) no delta de Bangladesh. **Política e Governança Ambiental**, v. 29, n. 5, p. 326-343, 2019.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the United Nations Conference on Environment and Development**. Rio de Janeiro, 3-14 June 1992. (United Nations publication, Sales No. E.93.I.8.).

OSTROM, Elinor. **Governando os bens comuns: a evolução das instituições para a ação coletiva**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4xg6oUobMz4C&oi=fnd&pg=PR11&dq=OSTROM,+Elinor.+1990&ots=aQ3qvLqG0n&sig=TUI_UvOx2ihau2VyPWKbMFUthfM#v=onepage&q=OSTROM%2C%20Elinor.%201990&f=false. Acesso em: 11 set. 2020.

OSTROM, Elinor. Reformulando os bens comuns. **Ambiente & sociedade**, v. 10, p. 5-25, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/b9vdr8nFV3FNpnwtZnK86CC/?lang=en>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. Política Ambiental no Brasil. **Brasil Escola**, 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/politica-ambiental-no-brasil.htm>. Acesso em: 11 set. 2021.

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA – PNSH. Segurança Hídrica: do conceito à aplicação prática no planejamento da infraestrutura hídrica estratégica do Brasil. 2024. Disponível em: <https://pnsh.ana.gov.br/home>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PODER. *In*: Meu Dicionário. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.meudicionario.org/poder>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Londrina: Editora Feevale, 2013.

REVISTA EM DISCUSSÃO. **Senado Notícias**, 2023. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx>. Acesso em: 11 set. 2021.

REVISTA QUATRO ÁGUAS. 2019. Disponível em: <http://www.cbhbaixoparaiba.org.br/revista/revista-quatro-aguas-2019.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

RIBEIRO, Wagner C. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. **Estudos Avançados**, v. 31, p. 147-165, 2017.

RIBEIRO, Wagner C.; SANTOS, C. L. S. dos; SILVA, L. P. B. da. Conflito pela água, entre a escassez e a abundância: Marcos teóricos. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 2, p. 11-37, 2019.

ROCHA, J. C. D. S.; COSTA KHOURY, L. E. da; DAMASCENO, Â. P. D. Direito das águas-trajetória legal, conflitos e participação social. **Revista de Direito Sanitário**, v. 18, n. 3, p. 143-166, 2018. Disponível em : https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=DIREITO+DAS+%C3%81GUAS+-+TRAJET%C3%93RIA+LEGAL%2C+CONFLITOS+E+PARTICIPA%C3%87%C3%83O+SOCIAL&btnG=. Acesso em: 10 maio 2024.

ROSA, Alexsandra Matilde Resende; DE MIRANDA GUARDA, Vera Lúcia. Gestão de recursos hídricos no Brasil: um histórico. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 197-220, 2019.

ROSA, Larissa Alves da Silva. **Segurança Hídrica: Um olhar sobre a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVEIRA, C. da S. *et al.* Mudanças climáticas na bacia do rio São Francisco: uma análise para precipitação e temperatura. **RBRH**, v. 21, n. 2, p. 416-428, 2016.

SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito. *In*: MORAES FILHO, Evaristo de. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SIMMEL, Georg. **Sociología: estudios sobre las formas de socialización**. Traducción de José Pérez Bances México: FCE, 2015.

TATEMOTO, Letícia C. B. **Poder e conflito em bacias hidrográficas internacionais**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_TatemotoLC_1.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

TEIXEIRA, Vera Lúcia; BRANQUINHO, Fátima Teresa Braga; DE LACERDA, Fátima Kzam Damaceno. Avaliação e análise dos dados sobre a escassez hídrica na bacia do rio Paraíba do Sul período de 2014-2015. *In: SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL*, 3., Juiz de Fora, 2015. **Anais [...]** Juiz de Fora: SRH-PS, 2015.

THOMÉ, V. C. **A Construção da Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2018.

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. **Gestão das águas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul: governança, instituição e atores**. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2008.

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (Org.). **Governança das águas no Estado do Rio de Janeiro: elos, nós e caminhos**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2020.

TOTTI, Maria Eugênia Ferreira; THOMÉ, Vanda Corrêa. Governança no Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: efetividade da lei e importância do tema para a agenda pública. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 126-136, 2020.

WEI, J. *et al.* Uma análise das dinâmicas de conflito e cooperação sobre eventos hídricos na bacia do rio Lancang-Mekong. **HESS**, v. 25, n. 3, p. 1-37, 2020. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=An+Analysis+of+Conflict+and+Cooperation+Dynamics+over+1+W+ater+Events+in+the+Lancang+2+Mekong+River+Basin&btnG=. Acesso em: 23 abr. 2024.

ZEITOUN, Mark; MIRUMACHI, Naho. Transboundary water interaction I: Reconsidering conflict and cooperation. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 8, n. 4, p. 297-316, 2008.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS MEMBROS DE CADA COMITÊ DE
BACIA HIDROGRÁFICA**

REGIÃO FLUMINENSE DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL: ANALISANDO
COEXISTÊNCIA DE CONFLITOS E COOPERAÇÃO NA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS

Prezado(a) respondente, esta pesquisa está vinculada ao projeto “Governança das Águas: caminhos e descaminhos” (Edital Cientista do Nosso Estado - FAPERJ), que tem por objetivo analisar as relações de cooperação e conflito entre os quatro comitês fluminenses da bacia do rio Paraíba do Sul.

O tempo estimado de resposta é de apenas 5 (cinco) minutos. Seguindo as normas de confidencialidade das informações a identidade dos respondentes está resguardada. Desde já agradeço a sua atenção e me coloco a disposição para esclarecimentos, se necessário: Neila Faber da Silva Prucoli - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UENF) - neilafaber@pq.uenf.br

1-QUAL É O SEU NOME?

2-QUAL É O SEU SEXO?

Masculino

Feminino

outro

3-QUAL É SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto

Ensino Fundamental (1º Grau) Completo

Ensino Médio (2º Grau) Incompleto

Ensino Médio (2º Grau) Completo

Superior Incompleto

Superior Completo

Mestrado ou Doutorado

4-QUAL É A SUA PROFISSÃO?

5-QUAL É A SUA FAIXA DE IDADE?

18-29 ANOS

30-39 ANOS

40-49 ANOS

50-59 ANOS

MAIOR QUE 60 ANOS

6-QUAL O SEU MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA?

7-ATUALMENTE VOCÊ REPRESENTA QUAL SETOR DENTRO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS?

USUÁRIOS - EMPRESAS PRIVADAS

USUÁRIOS - EMPRESAS PÚBLICAS

PODER PÚBLICO – MUNICIPAL

PODER PÚBLICO – ESTADUAL

PODER PÚBLICO – FEDERAL

SOCIEDADE CIVIL – ONG AMBIENTAIS

SOCIEDADE CIVIL – UNIVERSIDADE

OUTRAS ASSOCIAÇÕES. QUAL? _____

8- EM QUAL INSTÂNCIA DO COMITÊ VOCÊ FAZ PARTE?

MEMBRO DE CAMARA E/OU GRUPO DE TRABALHO

DIRETORIA

PLENÁRIA

9- HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ PARTICIPA DE COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA?

3 ANOS OU MENOS

DE 4 A 7 ANOS

DE 8 ANOS OU MAIS

10-DE QUAL COMITÊ DE BACIA VOCÊ É MEMBRO?

CBH MÉDIO PARAÍBA

CBH PIABANHA

CBH RIO DOIS RIOS

CBH BAIXO PARAÍBA DO SUL

11-COMO VOCÊ JULGA A SUA PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ DE BACIA?

PARTICIPAÇÃO INTENSA NAS DISCUSSÕES/ ATIVIDADES/ PROJETOS

PARTICIPAÇÃO MODERADA

PARTICIPAÇÃO BAIXA

OUTROS

12- CONSIDERA QUE EXISTEM SITUAÇÕES DE CONFLITOS ENTRE OS QUATRO COMITÊS DE BACIA: MEDIO PARAÍBA, PIABANHA, RIO DOIS RIOS, BAIXO PARAÍBA DO SUL?

SIM

NÃO

13- SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR POSITIVA, QUAIS SITUAÇÕES DE CONFLITO ENTRE ESSES QUATRO COMITÊS AFLUENTES DO PARAÍBA DO SUL, O(A) SR(A) SE RECORDA?

14- CONSIDERA QUE EXISTEM SITUAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE OS QUATRO COMITÊS DE BACIA: MÉDIO PARAÍBA, PIABANHA, RIO DOIS RIOS, BAIXO PARAÍBA DO SUL?

SIM

NÃO

15- SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR POSITIVA, QUAIS SITUAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE ESSES QUATRO COMITÊS AFLUENTES DO PARAÍBA DO SUL, O(A) SR(A) SE RECORDA?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS ATORES QUE ATUAM NA
DELEGATÁRIA DE CADA COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA**

REGIÃO FLUMINENSE DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL: ANALISANDO
COEXISTÊNCIA DE CONFLITOS E COOPERAÇÃO NA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS

Prezado(a) respondente, esta pesquisa está vinculada ao projeto “Governança das Águas: caminhos e descaminhos” (Edital Cientista do Nosso Estado - FAPERJ), que tem por objetivo analisar as relações de cooperação e conflito entre os quatro comitês fluminenses da bacia do rio Paraíba do Sul.

O tempo estimado de resposta é de apenas 5 (cinco) minutos. Seguindo as normas de confidencialidade das informações a identidade dos respondentes está resguardada. Desde já agradeço a sua atenção e me coloco a disposição para esclarecimentos, se necessário: Neila Faber da Silva Prucoli - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UENF) - neilafaber@pq.uenf.br

1-QUAL É O SEU NOME?

2-QUAL É O SEU SEXO?

Masculino

Feminino

outro

3-QUAL É SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto

Ensino Fundamental (1º Grau) Completo

Ensino Médio (2º Grau) Incompleto

Ensino Médio (2º Grau) Completo

Superior Incompleto

Superior Completo

Mestrado ou Doutorado

4-QUAL É A SUA PROFISSÃO?

5-QUAL É A SUA FAIXA DE IDADE?

18-29 ANOS

30-39 ANOS

40-49 ANOS

50-59 ANOS

MAIOR QUE 60 ANOS

6-QUAL O SEU MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA?

7- VOCÊ ATUA NA SECRETARIA EXECUTIVA DE QUAL COMITE DE BACIA?

CBH MEDIO PARAÍBA

CBH PIABANHA

CBH RIO DOIS RIOS

CBH BAIXO PARAÍBA DO SUL

8- HA QUANTO TEMPO VOCÊ ATUA NA SECRETARIA EXECUTIVA DESTE COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA?

3 ANOS OU MENOS

DE 4 A 7 ANOS

DE 8 ANOS OU MAIS

9- CONSIDERA QUE EXISTEM SITUAÇÕES DE CONFLITOS ENTRE OS QUATRO COMITÊS DE BACIA: MEDIO PARAÍBA, PIABANHA, RIO DOIS RIOS, BAIXO PARAÍBA DO SUL?

SIM

NÃO

10- SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR POSITIVA, QUAIS SITUAÇÕES DE CONFLITO ENTRE ESSES QUATRO COMITÊS AFLUENTES DO PARAÍBA DO SUL, O(A) SR(A) SE RECORDA?

11- CONSIDERA QUE EXISTEM SITUAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE OS QUATRO COMITÊS DE BACIA: MEDIO PARAÍBA, PIABANHA, RIO DOIS RIOS, BAIXO PARAÍBA DO SUL?

SIM

NÃO

12- SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR POSITIVA, QUAIS SITUAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE ESSES QUATRO COMITÊS AFLUENTES DO PARAÍBA DO SUL, O(A) SR(A) SE RECORDA?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS ATORES QUE ATUAM NO ÓRGÃO
GESTOR – ANA E INEA**

**REGIÃO FLUMINENSE DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL: ANALISANDO
COEXISTÊNCIA DE CONFLITOS E COOPERAÇÃO NA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS**

Prezado(a) respondente, esta pesquisa está vinculada ao projeto “Governança das Águas: caminhos e descaminhos” (Edital Cientista do Nosso Estado - FAPERJ), que tem por objetivo analisar as relações de cooperação e conflito entre os quatro comitês fluminenses da bacia do rio Paraíba do Sul.

O tempo estimado de resposta é de apenas 5 (cinco) minutos. Seguindo as normas de confidencialidade das informações a identidade dos respondentes está resguardada. Desde já agradeço a sua atenção e me coloco a disposição para esclarecimentos, se necessário: Neila Faber da Silva Prucoli - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UENF) - neilafaber@pq.uenf.br

1-QUAL É O SEU NOME?

2-QUAL É O SEU SEXO?

Masculino

Feminino

outro

3-QUAL É SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

Ensino Fundamental (1º Grau) Incompleto

Ensino Fundamental (1º Grau) Completo

Ensino Médio (2º Grau) Incompleto

Ensino Médio (2º Grau) Completo

Superior Incompleto

Superior Completo

Mestrado ou Doutorado

4-QUAL É A SUA PROFISSÃO?

5-QUAL É A SUA FAIXA DE IDADE?

18-29 ANOS

30-39 ANOS

40-49 ANOS

50-59 ANOS

MAIOR QUE 60 ANOS

6-QUAL O SEU MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA?

7- VOCÊ ATUA EM QUAL ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA DE RECURSOS HIDRICOS?

ANA – AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

INEA – INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

8- HA QUANTO TEMPO VOCÊ ATUA NESTE ÓRGÃO GESTOR?

3 ANOS OU MENOS

DE 4 A 7 ANOS

DE 8 ANOS OU MAIS

9- CONSIDERA QUE EXISTEM SITUAÇÕES DE CONFLITOS ENTRE OS QUATRO COMITÊS DE BACIA: MEDIO PARAÍBA, PIABANHA, RIO DOIS RIOS, BAIXO PARAÍBA DO SUL?

SIM

NÃO

10- SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR POSITIVA, QUAIS SITUAÇÕES DE CONFLITO ENTRE ESSES QUATRO COMITÊS AFLUENTES DO PARAÍBA DO SUL, O(A) SR(A) SE RECORDA?

11- CONSIDERA QUE EXISTEM SITUAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE OS QUATRO COMITÊS DE BACIA: MEDIO PARAÍBA, PIABANHA, RIO DOIS RIOS, BAIXO PARAÍBA DO SUL?

SIM

NÃO

12- SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR POSITIVA, QUAIS SITUAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE ESSES QUATRO COMITÊS AFLUENTES DO PARAÍBA DO SUL, O(A) SR(A) SE RECORDA?